

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

GRAZIELE CRISTINA DAINESE DE LIMA

A EXPERIÊNCIA SEM TERRA:
UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA SOBRE A VIDA NO ACAMPAMENTO

PORTO ALEGRE

2006

GRAZIELE CRISTINA DAINESE DE LIMA

A EXPERIÊNCIA SEM TERRA:

UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA SOBRE A VIDA NO ACAMPAMENTO

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO STEIL

PORTO ALEGRE

2006

ao pai operário (*in memoriam*),
à mãe camponesa.

O Proletariado achou a vingança
De short, mini-blusa, barriguinha de fora
Ela pisca, pisca a ordem de comando:
“*La revolución* não demora!”
Cunhada chega trazendo os sobrinhos
E eu aqui piscando: “fora! fora!”
A classe operária vai ao paraíso
Por mim tudo bem,
Mas por que logo agora?

Mundo Livre S.A – Bolo de Ameixa

AGRADECIMENTOS

Quando coloquei minha mochila nas costas e vim de Londrina para Porto Alegre sabia que faria dívidas. Pouco pensava, porém, nas dívidas impagáveis. E como fiz dívida desse tipo nessa cidade!!! Neste espaço, quero registrá-las para não esquecê-las.

Foram várias as dificuldades que encontrei para realizar essa dissertação, principalmente os dias de solidão em frente ao computador após o período em que estive com os sem terras. Como registrar essa experiência? Como traduzir aquela sensação de estar tão distante do “meu mundo”, quando na verdade eu estava apenas a setenta quilômetros de casa? Como traduzir todas as transformações pelas quais passei? Quero agradecer a todos os sem terras do acampamento “Unidos Venceremos” pelas experiências compartilhadas, principalmente, às novas amizades construídas nas estradas do cerrado brasileiro e às margens da rodovia federal: a Paulo, Lori, Michael, Alessandro, Alef e Alan pelos cuidados, pela preocupação, pelas infintas conversas à luz de vela. João, Roger e José Carlos, companheiros sempre presentes nos momentos de festa, de apreensão e de debates acalorados sobre utopias compartilhadas.

Ao meu orientador, Carlos Alberto Steil, pela dedicação, seriedade e respeito confiados ao meu trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que possibilitou a realização desse trabalho através da concessão da bolsa de auxílio financeiro.

A todos os colegas da turma de mestrado. Ao grupo de estudos formado por Patrícia, Heloísa, Patrick, Paula e Lorena. Em especial a Patrick, pelas conversas estimulantes, e a Lorena, a “brasiguia” que sempre tinha o remédio certo para a dor do momento: emprego, conversas, florais, silêncio e cerveja.

Ao mestre Bruno: meu caro, o *tai chi chuan* não me conduziu a iluminação, mas me ajudou a permanecer, por alguns momentos, relativamente calma na cadeira em frente ao computador. Obrigada pela presença, pelas leituras e comentários sempre pertinentes em relação aos meus escritos, pela cadeira, pelos ouvidos, pela paciência, por me ensinar a arrumar a mochila para o longo caminho que percorreria até Brasília. Mas principalmente pelos “diálogos mocozianos”, altamente produtivos.

A Cadore, porque além de ser um profissional admirável é também um ótimo amigo. Obrigada pela paciência, por ter disponibilizado tanto do seu tempo para a realização deste trabalho, mas, sobretudo, pelas conversas esclarecedoras e sempre muito divertidas!

À minha mãe, Salete, que mesmo não compreendendo muito bem as escolhas da filha em “virar uma andarilha com os sem terras”, sempre me apoiou, mesmo durante todo esse tempo em que estive tão ausente.

A Greize, minha irmã, por ter compartilhado comigo os momentos mais difíceis do início dessa jornada, lá nos nossos prados, no interior de São Paulo, garantindo que eu poderia ir tranqüila porque os problemas tinham solução, como sempre tiveram.

A Fran, por ser minha amiga e por ter me proporcionado o banho de mar que foi como um “descarrego” em um momento em que eu não conseguia escrever nada!

A Magoo (Piper), que compartilhou comigo os últimos momentos, os mais apressados, os mais estressantes... Enquanto eu corria aqui em Porto Alegre para terminar a tempo, ele, em Curitiba, cuidava dos erros, filhos da pressa.

A Alessandra (Sana) pelas inúmeras conversas divertidas entre historiadores e “antropólicos” e pela ajuda com a língua dos *yankees*.

Ao Marcio, por estar presente e, mesmo quando ausente, por ser o mais esperado.

SUMÁRIO

05	AGRADECIMENTOS
09	INTRODUÇÃO
13	CAPÍTULO I – DOS DESLOCAMENTOS DA ANTROPÓLOGA: SOBRE A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO
16	JOANA QUE CONHECIA ABRAÃO, QUE CONHECIA OS SEM TERRAS
25	SOBRE BOLHAS E CHIMARRÃO: A MARCHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E O CONTATO COM A “BASE”
30	O ACAMPAMENTO NA BR 290 E A OCUPAÇÃO DA FAZENDA CABANHA DRAGÃO: DE “COMPANHEIRA” A “ESPIÁ”
37	CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA SEM TERRA
40	OS SEM TERRAS DO ACAMPAMENTO “UNIDOS VENCEREMOS”: TRAJETÓRIA
42	A ROTINA DO ACAMPADO
44	O COTIDIANO NO ACAMPAMENTO “UNIDOS VENCEREMOS”
53	O RITUAL: A OCUPAÇÃO DA FAZENDA CABANHA DRAGÃO
67	CAPÍTULO III – QUERO SER COLONO NA PÁTRIA LIVRE OPERÁRIO-CAMPONESA: A DISTINÇÃO “URBANOS” E “CAMPONESES”
68	NO ACAMPAMENTO DO INCRA
71	COM O PÉ NA ESTRADA
72	EM BRASÍLIA
74	CAMPONESES TATUADOS? NÃO SE FAZ MAIS SEM TERRA COMO ANTIGAMENTE
85	CAPÍTULO IV – QUEM É AUTORIZADO A FALAR? REFLEXÕES SOBRE A VERSÃO SEM TERRA DAS RELAÇÕES DE PODER
86	A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA: A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE MEDIADORES
92	“PICUNHAS” E POLÍTICA: A DINÂMICA DA CONFLAGRAÇÃO DOS CONFLITOS
101	O MAESTRO E A SINFONIA DAS VOZES DISSONANTES: SOBRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS

103 TERRA EM TRANSE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

108 REFERÊNCIAS

112 RESUMO/ABSTRACT

INTRODUÇÃO

Dois temas centrais perpassam esta narrativa e ambos estão intimamente relacionados: trata-se da reforma agrária e dos movimentos sociais. Reforma agrária entendida aqui como política pública reivindicada por determinados atores, dentre eles os movimentos sociais do campo. Esses dois temas foram abordados em diversos vieses e perspectivas. Dessa forma, a breve apresentação de algumas dessas abordagens tem como objetivo situar esse trabalho em um grande campo de debate, discussões e opções políticas.

Muito foi escrito sobre “quando os novos atores sociais entraram em cena” a partir da década de 1970 e 1980. Em um primeiro momento, a literatura especializada retratou os movimentos sociais do campo, ao lado dos movimentos sociais urbanos, como agentes políticos capazes de atuarem na democratização do sistema político brasileiro. Isso porque a ação desses agentes, ao participarem, através da organização de diversas camadas sociais em associações diferentes dos partidos políticos, da resistência contra o regime autoritário instaurado em 1964, questionava as formas tradicionais de se fazer política marcadas pelo autoritarismo, pelo clientelismo e pelo atrelamento ao Estado. Dessa maneira, mais que direitos básicos (transportes, saúde, educação, moradia e terra), suas reivindicações envolveriam o direito de definir e participar de políticas públicas, promovendo assim a ampliação da noção de cidadania.

Essa leitura sobre a ação dos movimentos sociais caracterizava como reivindicação maior o “direito a ter direitos” e deixava claro que o legado de mobilizações, tais como as Comunidades Eclesiais de Base ou os acampados da Encruzilhada Natalino, tratava da mudança na “cultura política” do país. Afirmações desse tipo davam o tom ao debate: “Devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominante na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas.” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR: 2000: 26).

No entanto, devido ao que Martins (2000) denominou “dificuldade da travessia” – ao tratar dos impasses no tocante à implementação de um ideal de modernidade pautado, entre outras coisas, na democracia –, o tom das discussões foi mudando aos poucos: da celebração otimista caiu em um pessimismo profundo! Basta compararmos duas obras de um mesmo autor para apreendermos essas transformações.

José de Souza Martins, ao questionar, em “A sociabilidade do homem simples” (2000), leituras marxistas que propunham a centralidade do proletariado nas transformações sociais, indica que, no Brasil, aqueles que se apresentavam como agentes da transformação eram um movimento de camponeses – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) –, ou seja, os mesmos sujeitos que estavam condenados à idiotia rural, de acordo com a interpretação de Marx.

Todavia, em “Reforma Agrária: o impossível diálogo” (2004), o mesmo autor avalia da seguinte maneira a ação política dos sujeitos retratados como transformadores da “cultura política”: “Ficou claro que esses novos sujeitos não tinham condições de exercitar um protagonismo hegemônico e decisivo. (...) Tornaram-se cativos de concepções políticas hierárquicas e corporativas que comprometiam justamente sua novidade e criatividade. Os movimentos sociais ao se deixarem aparelhar pelos partidos, dessacralizaram a esperança.” (MARTINS, 2004:79).

Em se tratando especificamente das organizações dos trabalhadores rurais, Martins é enfático ao afirmar o distanciamento entre representantes e representados na “luta camponesa”, que se evidencia na não-coincidência do “vocabulário da luta com o vocabulário da vida”: “Mesmo demandas que se tornariam explosivas no período ditatorial e sobretudo no período pós-ditatorial, como a da reforma agrária, não expressavam de fato as verdadeiras necessidades dos pobres do campo (...) Correspondia muito mais a uma visão dos problemas sociais de setores radicais da classe média, na esquerda e também na direita, do que

propriamente ao que pensavam e pensam, e precisam, as diferentes e desencontradas categorias de trabalhadores rurais.” (MARTINS, 2004:75).

Tendo em vista essa abordagem, esses agentes políticos, tal qual os personagens do conto popular, teriam sido seduzidos e cativados por uma Iara transvestida de recursos públicos, protecionismo, paternalismo e autoritarismo. Logo, teriam sucumbido ao que pareciam estar imunes.

A perspectiva adotada neste trabalho, informada por esse campo de discussões, pautou-se em um olhar por dentro de um movimento social que se insere na disputa por e pela definição da Reforma Agrária – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST). Ao priorizar essa abordagem, fiz uma opção, a saber, decidi pela etnografia de um dos espaços de atuação dessa organização de trabalhadores rurais: o acampamento.

Assim, essa narrativa se constrói a partir do encontro etnográfico com os sem terras do acampamento “Unidos Venceremos”, situado às margens da BR 290, a setenta quilômetros da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados etnográficos apresentados neste trabalho foram coletados em três etapas de pesquisa, a qual teve início no mês de novembro de 2004 e término em janeiro de 2005, período em que os sem terras estavam acampados na sede regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Porto Alegre. A segunda etapa compreendeu os vinte dias em que estive com os acampados durante a realização da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo MST em maio de 2005. Por fim, a terceira etapa se deu em junho de 2005, quando passei vinte dias no acampamento às margens da BR 290 e na ocupação da Fazenda Cabanha Dragão, situada na cidade de Eldorado do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste trabalho não priorizei a “descrição densa” (GEERTZ, 1989) de um desses momentos. A partir dos encontros, construí um texto que contemplasse algumas temáticas que caracterizavam a vivência dos acampados, e que também eram de meu profundo interesse. O texto se divide em quatro capítulos. No primeiro, apresento e discuto as condições de realização da pesquisa de campo enfocando o processo de negociação com os sem terras, processo esse marcado pela tessitura cotidiana das relações de confiança. No segundo capítulo, trato da organização do acampamento e do cotidiano dos acampados e retrato um dos momentos rituais: a ocupação da área que visam a conquistar. Os dois últimos capítulos contemplam aspectos conflitivos da vida de um acampado a partir da abordagem de duas dimensões: a distinção “urbanos” e “camponeses” apresentada pelos sem terras, a qual se ancorava em idealizações sobre a vida no campo e na cidade; e as relações entre lideranças e

liderados. Nesse último capítulo também destaco alguns elementos sobre a versão sem terra das relações de poder.

Dawsey (2005), ao tratar do intento da sociologia das décadas de 1970 e 1980 em enquadrar os bóias-frias em classificações como “proletários” ou “camponeses”, questiona-se se essa tentativa de categorização não contribuiu para transformá-los em “fósseis recentes da produção acadêmica”. Os sem terras também não foram excluídos dessa tentativa de enquadramento. No que se refere à temática da reforma agrária, Fillipi (2005) menciona não apenas a “ideologização e vulgarização de um debate” que se limita a posicionamentos contrários ou favoráveis à realização de uma política de redistribuição de terras, mas também à disputa entre intelectuais, partidos e movimentos sociais pela definição do modelo de política pública. Ao disputar pela definição de um modelo de reforma agrária, também estão disputando pela definição de um possível sujeito, nesse caso, pela definição da categoria “sem terra”: são camponeses, operários ou se trata de uma nova ruralidade?

A perspectiva adotada neste trabalho partilha dessas discussões e objetiva lançar luz sobre as especificidades, contradições, conflitos e estratégias que configuram e conferem matizes diversos ao que os indivíduos que vivem “sob a lona preta” designam como “luta pela terra” (expressão aprendida e apreendida com a inserção no MST). O que se segue é uma narrativa sobre o que denominei experiência sem terra: esse período em que algumas pessoas ficam acampadas na esperança de melhorarem suas condições de vida.

CAPÍTULO I – DOS DESLOCAMENTOS DA ANTROPÓLOGA:
SOBRE A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

A princípio, minha proposta de pesquisa tinha como tema o espaço midiático e as disputas entre práticas discursivas para a sua conquista, tendo como foco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O material empírico recolhido para estudar a relação entre mídia e MST incluía as publicações do movimento e da imprensa de grande circulação.

Ao realizar a revisão bibliográfica sobre isso, percebi que os trabalhos chegavam a conclusões similares: a relação entre mídia e MST é construída a partir do confronto de textos e ações.¹ Tais trabalhos, porém, partiam sempre de um único espaço no qual se desenrolava o confronto: os textos. Após o contato com essa bibliografia, meu pressuposto era que outros aspectos desse embate poderiam ser contemplados se realizasse uma abordagem sobre as ações do movimento com o intuito de entender como ele se posicionava em relação à mídia. Isso fez com que eu saísse de dentro das bibliotecas e fosse ao encontro dos sem terras.

¹ Dentre os trabalhos que enfocam o tema mídia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaque: Berger (2003) e Bertol (2003).

Durante a leitura da bibliografia sobre o tema, realizei uma pesquisa inicial em jornais regionais.² O que mais se noticiava sobre o movimento naquela época, principalmente sobre suas ações no Rio Grande do Sul, se referia a um grupo de sem terras que se encontrava na sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Porto Alegre. Foram essas notícias que despertaram o meu interesse em relação ao grupo destacado, na medida em que esse era um evento que chamava a atenção da mídia. Logo, tratava-se de um acontecimento privilegiado para desenvolver o estudo proposto.

Iniciei a pesquisa em outubro de 2004, quando esses sem terras estavam acampados no INCRA, ainda que esse grupo tenha transitado por vários lugares ao longo da pesquisa. Também houve uma modificação significativa no número de famílias: de quinhentas que estavam no INCRA, no final da pesquisa havia cento e vinte.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu em maio de 2005, durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizada pelo MST. O objetivo desse evento era demonstrar o descontentamento dos sem terras no tocante à política agrária do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Desse acampamento, saíram quarenta sem terras para participar do evento. Acompanhei os acampados nos dezesseis dias de caminhada pelo trajeto Goiânia-Brasília.

Em junho de 2005, continuei a pesquisa no acampamento às margens da BR 290, local para onde os sem terras se deslocaram após a desocupação do INCRA. Após uma semana de permanência no acampamento, os acampados se deslocaram de lá para ocupar a Fazenda Cabanha Dragão, situada na cidade de Eldorado do Sul. Permaneci nessa ocupação por vinte dias. Quando finalizei o trabalho de campo, os sem terras ainda estavam nessa área.

Foi a militância estudantil realizada durante a graduação que influenciou a escolha do tema de pesquisa. Assim como alguns colegas de faculdade, eu admirava a organização dos sem terras que se refletia nas grandes ocupações de terras e em outros protestos. Decepcionados com a desorganização do movimento estudantil, víamos no MST a experiência histórica daquilo que alguns estudiosos denominavam de “sociedade civil organizada”.

No entanto, nunca tinha entrado em um acampamento antes da pesquisa de campo. Essa distância contribuiu para a construção de uma visão idealizada em relação aos “pobres da terra”. Pensava que essas pessoas passavam por uma “ruptura” a partir do momento que se inseriam na “organização”: deixavam de ser submissas para se organizarem pelos seus

² Priorizei, nessa pesquisa, os jornais “Correio do Povo” e “Zero Hora”. Durante os meses de junho e julho de 2004, eles noticiaram fatos sobre a trajetória do grupo, desde quando saíram de seus acampamentos até a ocupação do INCRA.

interesses, como se antes elas vivessem sob uma espécie de escuridão, dissipada após a entrada no MST. Sendo assim, eu pouco pensava nas contradições, antagonismos e conflitos da experiência dos sem terras.

De certa forma, essa idealização era nutrida pelas leituras acadêmicas sobre o movimento, que falavam do acampamento como um momento de “união na luta” e mencionavam uma ruptura entre um universo de valores que conduziam a submissão para valores de caráter contestatório.³

Todavia, dois dias depois de ter iniciado a pesquisa no acampamento do INCRA, deparei-me com fatos que maculavam a imagem ideal que tinha dos “nativos”. Uma mulher me confessou que, apesar de ser uma acampada, tinha uma casa na cidade e que por isso não permanecia muito tempo no acampamento, “pois lá não tem chuveiro quente”. Mas onde estaria aí o “espírito de sacrifício” sempre evocado pelo movimento?⁴ Tomar banho em sua casa na cidade? Não se tratava de camponeses expropriados? Eram questões que me atormentavam enquanto caía meu castelo de cartas...

E a cada nova etapa desenvolvida do trabalho (do INCRA para a marcha, da marcha para a ocupação), mais as contradições e os conflitos se apresentavam. Assim, a justificativa para a escolha das temáticas enfocadas na dissertação (como a questão do conflito e das relações de poder) se encontra nessa nova perspectiva que se desenvolvia a partir do contato com os sem terras. Aos poucos eu percebia que a experiência sem terra, construída cotidianamente, não passava apenas pelo confronto com outros atores sociais (Estado, fazendeiros, policiais, etc.), mas também por pequenos dilemas, como o de ficar em casa ou no barraco. A centralidade dessas temáticas está, portanto, relacionada com o próprio processo de inserção em campo.

Não quero dizer que ao tratar também das dimensões conflituosas que marcam a experiência dos acampados eu esteja descrevendo as coisas como elas realmente são, algo como “os sem terras são assim”. Baseio-me na proposta de Clifford (2002) ao tratar da alegoria etnográfica. Para esse autor, o texto etnográfico é alegórico tanto no conteúdo quanto na forma: “a alegoria nos incita a dizer, a respeito de qualquer descrição cultural, não ‘isto

³ Concordo com Turatti (1999) no que tange à perspectiva crítica em relação a alguns trabalhos que tratam a experiência no acampamento como um momento de ruptura dos sem terras em relação à trajetória anterior, como se ocorresse um processo homogêneo de substituição de valores. Dentre esses trabalhos, a autora destaca: Gaiger (1995) e Fernandes (1994).

⁴ O “espírito de sacrifício” é uma das “qualidades imprescindíveis de um militante social”, de acordo com a definição de um dos integrantes da direção nacional do MST, Ademar Bogo: “Um militante só o é se estiver disposto a sacrificar-se mais do que o povo. Terá que ser o primeiro no trabalho e na pior tarefa e o último na hora da comida e da festa” (MST, 2005:35).

representa, ou simboliza, aquilo’, mas sim ‘essa é uma história (que carrega uma moral) sobre aquilo’ (CLIFFORD, 2002:66).

Ao problematizar a prática etnográfica, Clifford (2002) também pondera que o texto etnográfico faz parte de um sistema complexo de relações. Desse modo, deve ser pensado como condições e efeitos de uma rede de relações vividas pelo etnógrafo, nativos e outros personagens.

Baseando-me nesses pressupostos, o objetivo desse capítulo é descrever o contexto do encontro etnográfico, através do qual se construiu essa narrativa. Problematizo as condições de realização da pesquisa a partir dos deslocamentos da imagem que os sem terras atribuíam a mim em cada contexto diferente. Tendo em vista o caráter alegórico do texto etnográfico, essa narrativa trata também das transformações de uma perspectiva sobre os sem terras.

JOANA,⁵ QUE CONHECIA ABRAÃO, QUE CONHECIA OS SEM TERRAS: A TESSITURA DAS RELAÇÕES DE CONFIANÇA

Os primeiros contatos realizados com o MST ocorreram no primeiro semestre do ano de 2004, quando eu precisava pesquisar as revistas e jornais publicados por essa organização. Nesse período, ainda não tinha decidido fazer trabalho de campo; meu enfoque seria sobre os documentos. Procurei a secretaria regional do movimento no Rio Grande do Sul e lá fui recebida por Samuel, coordenador estadual do setor de comunicação da organização. Eu não tinha encontrado em Porto Alegre nenhuma biblioteca que tivesse a coleção das revistas publicadas pelo MST. Nem a própria secretaria do movimento tinha esse acervo. No entanto, após apresentar minha proposta de pesquisa e relatar as dificuldades em obter o material empírico, Samuel gentilmente disponibilizou sua coleção pessoal da revista Sem Terra⁶ para que eu realizasse uma primeira aproximação com as fontes.

Não é novidade para o MST a presença de estudantes, professores e pesquisadores interessados em conhecer a organização e seus espaços de atuação, motivo pelo qual não encontrei dificuldades nessa primeira aproximação com o movimento. Esse encontro ocorreu em maio de 2004, mas só entrei em contato com a organização novamente em outubro de

⁵ Todos os sujeitos com os quais interagi tiveram seus nomes trocados por outros, fictícios.

⁶ “A Revista Sem Terra surgiu há oito anos com o objetivo de aprofundar o debate com a sociedade sobre a questão agrária, mas sem deixar de abordar temas de caráter nacional e internacional. A Revista tem periodicidade bimestral, 64 páginas e tiragem de 10 mil exemplares”. In: www.mst.org.br

2004, quando me interessei por pesquisar uma forma específica de ação do movimento: o acampamento.

Alguns amigos da faculdade tinham me informado sobre a presença de sem terras na sede regional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Porto Alegre. Para minha sorte, o acesso à sede do INCRA era muito fácil, ficava no caminho que fazia quase todos os dias da casa para o *campus*. Foi em uma tarde de quinta-feira, de volta do *campus*, que decidi observar a presença dos sem terras naquele espaço.

A sede regional do INCRA localiza-se na Avenida Loureiro da Silva, lugar caracterizado pelo que se pode denominar complexo administrativo, na medida em que do lado direito está situada a sede regional do Ministério da Fazenda e no seu entorno se encontram a Câmara dos Vereadores e outros prédios, como a Secretaria da Educação e a Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul.

Desci do ônibus na Avenida Borges de Medeiros e me dirigi à Avenida Loureiro da Silva, a qual me conduziria até o INCRA. No caminho, chegando ao meu destino, vejo que do lado esquerdo do prédio do INCRA há um acampamento. Logo identifiquei, devido à arquitetura e à estética dos barracos, feitos com material aproveitado, que não era o acampamento que eu procurava. Andando mais uns metros, avistei o acampamento que buscava e os símbolos que o diferenciava do acampamento vizinho: os barracos de lona preta, a bandeira do movimento e cartazes com palavras de ordem.

Nas grades da entrada principal do prédio público estavam expostos quatro cartazes com as seguintes frases: “Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio”, “Renda se distribui aumentando o salário e repartindo a terra”, “Rosseto não queremos guerra, queremos terra” e “Fome se acaba com Reforma Agrária”. Os cartazes faziam clara referência ao descontentamento dos sem terras com o governo Lula, o qual pode ser identificado pela crítica ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e ao projeto governamental denominado “Fome Zero”⁷ (como pude perceber depois das primeiras conversas com os acampados). Além dos cartazes, a grade da frente também servia como varal para os sem terras, pois ali se encontravam suas roupas estendidas.

Era um final de tarde e havia muita movimentação dos funcionários daquela instituição por conta do fim do expediente. Os portões estavam abertos; todavia, uma guarita de lona preta construída ao lado direito do portão era mais um sinal de que o espaço dos

⁷ O “Fome Zero” é um projeto que o governo Lula apresentou em janeiro de 2002. O presidente Lula, quando o anunciou, mencionou que até o fim do seu governo todo o brasileiro faria, pelo menos, “três refeições por dia”. Desde a apresentação do projeto, o MST defende que a reforma agrária é a forma mais eficaz para empregar as pessoas e acabar com a fome no país.

funcionários públicos convivia com o espaço de outro grupo: os sem terras. Na guarita, havia um homem que apenas observava a minha entrada, assim como a de tantas outras pessoas que ali entram em dias úteis. O portão dá acesso a um pátio que antecede a porta do prédio. No pátio, havia uma bandeira do Brasil hasteada, e logo abaixo da bandeira nacional os sem terras hastearam a bandeira do movimento.

Parei no pátio interno e observei a movimentação das pessoas. A cena me pareceu surreal: no mesmo espaço onde transitavam os funcionários daquela instituição e outras pessoas que buscavam os seus serviços, havia mulheres lavando roupa em uma das torneiras do pátio, utilizando o chão de concreto como tanque. Eram quatro mulheres, rodeadas de crianças, ensaboando as roupas. Assim como a grade da frente do prédio, as grades laterais que fazem fronteira entre o espaço do INCRA e a sede regional do Ministério da Fazenda também eram usadas como varais. Apesar da presença dessas mulheres, havia poucas pessoas do Movimento Sem Terra andando pelo pátio; estas se encontravam nos seus barracos. Entre esses barracos e o local onde as mulheres lavavam roupa, havia um espaço para os carros dos funcionários da instituição.

Na posição em que eu me encontrava, situada defronte à entrada do prédio e no centro do pátio, pude avistar com mais detalhes a disposição dos barracos: havia, tanto do lado direito quanto do lado esquerdo, vários deles erguidos em um pedaço de grama, onde antes era o jardim frontal do prédio. Vi homens e mulheres sentados na frente desses barracos conversando e bebendo chimarrão.

Havia, do lado esquerdo do pátio, uma parede de concreto que separava o pátio de outro terreno. Nessa parede havia duas entradas de acesso ao terreno, onde não havia uma guarita, tal como no portão principal do prédio, mas sim pessoas que permaneciam lá. Imagino que faziam o papel de seguranças, assim como o homem da guarita.

As duas entradas delimitavam um outro espaço ocupado pelos sem terras, mas não consegui ver muita coisa desse lado. Para entrar no local, era necessário pedir autorização dos acampados. Para tanto, eu teria que sair de minha condição “quase invisível”, o que não era meu objetivo naquele momento.

Voltei ao local em um domingo para conhecer a dinâmica do espaço no final de semana. Agora, se durante os dias de semana eu pude transitar livremente pelo menos pelo pátio, no domingo a situação já era bem diferente. O portão central estava fechado e bem vigiado por pessoas que estavam na guarita. À medida que eu observava da calçada diante do prédio, minha condição era de observadora externa ao espaço.

Nesse dia, o pátio interno parecia um parque ou uma praça. Crianças, homens e mulheres, que pouco se via naquela quinta-feira, apareceram e tomaram conta do lugar. As crianças corriam, brincavam, outras choravam porque queriam sair pelo portão principal. Homens jogavam baralho. Em um momento, o portão foi aberto para a entrada de um carro que trazia comida, roupas e cobertores para os acampados.

Ao contrário do que propõe Winkin (1998) – quando aconselha seus alunos a escolherem lugares públicos para realizarem suas etnografias como forma de não encontrarem problemas de acesso ao campo –, esse lugar público não oferecia tantas facilidades para entrada. Mesmo no dia em que o portão estava aberto, não era fácil conhecer o local dos sem terras dentro daquele espaço, pois para isso era necessária uma autorização. Acabei não conversando com ninguém nesses dois dias. Apenas observei de fora, pois estava pensando na melhor maneira de me inserir no grupo.

Depois dessas duas visitas, a minha preocupação foi encontrar alguém que conhecesse as pessoas que estavam acampadas naquele local. Por que não Samuel, que me recebeu tão bem naquele primeiro contato realizado na secretaria estadual do movimento? Na verdade, eu me baseava na proposta de Cicourel (1975) sobre a busca de informantes certos para o que eu entendi ser uma melhor aproximação com os sem terras. Tendo em vista que Samuel trabalhava na secretaria e que exercia uma função mais burocrática, imaginei que ele não teria tanta disponibilidade e nem seria alguém tão próximo do grupo.

Encontrar outra pessoa não foi tão difícil assim, isso porque alguns amigos já tinham realizado algum tipo de trabalho com o Movimento Sem Terra, dentre eles Joana, que participou de um programa de extensão da UFRGS (“Convivência”) quando cursava a graduação.⁸ Joana faz mestrado em Pedagogia, e nos conhecemos tão logo iniciei o mestrado. Na graduação, período no qual participou desse projeto, Joana conheceu Abraão, que trabalhava nos assentamentos dirigidos pelo movimento, mas que também circulava bastante pelos acampamentos da região.

Em comparação à conversa com Samuel, a que tive com Abraão ocorreu em um lugar bem mais descontraído. Foi em uma sexta-feira à noite, em um bar em um bairro de Porto Alegre chamado Cidade Baixa. Abraão é formado em Agronomia e naquele período tinha se matriculado em um curso de pós-graduação na Espanha, de caráter multidisciplinar. Seu

⁸ Trata-se de um projeto institucional denominado “Convivência Rural”, que é oferecido aos estudantes da UFRGS através de sua Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) durante o período de férias letivas. Joana participou desse programa no ano de 2002. Nessa época, vigorava o convênio entre PROEXT e a Cooperativa de Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul (COCERARGS), a qual é vinculada ao MST. Durante esse projeto, uma equipe de alunos e professores visitava assentamentos rurais no Rio Grande do Sul e realizava atividades diversas nas áreas de educação, saúde e produção.

interesse era estudar as especificidades dos grupos camponeses. Para isso, ele achava importante conhecer mais sobre Antropologia. Nossa conversa versou sobre camponeses e conhecimento antropológico. Só foi depois de muita discussão que falei do meu interesse em fazer a pesquisa naquele acampamento.

Abraão disse que conhecia as lideranças e que as informaria do meu interesse. No entanto, mencionou que a autorização não viria tão rapidamente, pois, além de informar as lideranças, era necessário que elas consultassem parte dos integrantes do acampamento. Nessa conversa, Abraão me situou em relação ao grupo: as pessoas estavam acampadas há mais de cinco anos e aquele era um acampamento muito singular, uma vez que muitas pessoas eram do meio urbano e não do rural, como ocorre em outros acampamentos.

Nessas conversas, Abraão, ao mesmo tempo em que me informava sobre o grupo, também fazia propaganda da “organização”.⁹ Uma das formas de fazer propaganda das ações do movimento consistia em falar do passado dos sem terras e da “ruptura” que ocorre em suas vidas após a entrada no movimento. O agrônomo dizia que o período de acampamento significava para essas pessoas um resgate da auto-estima, pois naquele espaço todos eram solidários e viviam em harmonia.

Abraão iniciou seu trabalho no MST em 1995, depois de ter concluído o curso de Agronomia em uma universidade do interior do Rio Grande do Sul. Disse que não tinha se formado mais cedo devido aos compromissos assumidos com a militância estudantil, pois durante toda a faculdade militou na FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil). Chegou a ser coordenador nacional dessa instituição. A experiência na militância estudantil e a formação em Agronomia o capacitaram para atuar no MST. Estudioso contumaz, uma de suas bandeiras dentro do movimento é a defesa da utilização de técnicas agroecológicas na produção dos assentamentos. Acredita que tais técnicas são semelhantes à forma como os pequenos proprietários produziam no passado, o que ele concebe como “saber camponês”. Desde o início da pesquisa, Abraão demonstrou um grande interesse pelo campo da Antropologia, pois acreditava que apenas através da Antropologia é que se pode conhecer o “saber camponês”.

A curiosidade em relação à Antropologia fez com que Abraão se interessasse cada vez mais pelo meu trabalho e também se esforçasse para oferecer as condições necessárias para a sua realização. Através de Abraão, conheci os acampados do INCRA. Foi também por sua

⁹ “Organização” é a categoria que os sem terras utilizavam quando falavam sobre o MST.

intermediação que pude acompanhar os acampados na Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Tratarei de tais fatos com mais detalhes no decorrer desse capítulo.

Apesar de em cada momento da pesquisa uma pessoa diferente se destacar como informante, Abraão, com certeza, foi o principal deles. O fato de morarmos no mesmo bairro foi um condicionante para encontros mais assíduos e constantes diálogos. Mesmo no período de maior intervalo da pesquisa entre os acampados (devido aos compromissos acadêmicos, entre os meses de dezembro de 2004 e maio de 2005 não pude visitar o acampamento), foi possível me informar sobre o grupo e o movimento graças a esses encontros.

Destaco o fato de que toda a pesquisa foi marcada por uma negociação intensa entre eu e os sem terras. Desde a primeira conversa com o Abraão até o dia de minha despedida entre os acampados na Fazenda Cabanha Dragão, as explicações sobre os meus objetivos com esse trabalho foram uma constante. Dessa forma, a apresentação de Abraão – esse personagem tão central no trabalho – é importante para salientar um aspecto interessante do processo de inserção em campo. Trata-se das relações de confiança. Todo o trabalho de campo foi marcado pela construção de relações de confiança, que começou com a intermediação de Joana, minha amiga e amiga de Abraão.

Como Abraão tinha me advertido, a autorização para iniciar a pesquisa demorou a vir. Passado um mês da nossa primeira conversa, em uma sexta-feira à tarde, no mês de outubro de 2004, Abraão me ligou para combinar nosso encontro no INCRA, pois eu iria ser apresentada às lideranças do acampamento. Cheguei ao acampamento quinze minutos antes do horário que tínhamos marcado e novamente, como nas primeiras visitas, aguardei a chegada de Abraão à distância: os acampados não me viam, e se me viam, não me notavam. Só entrei naquele espaço após a chegada de Abraão.

Tão logo entramos, fui apresentada a Sara e Pedro. Sara é professora no acampamento e estuda Pedagogia no ITERRA (Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária), instituição ligada ao MST e situada na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. A professora já é assentada e sua presença no acampamento se deve ao cumprimento do tempo-comunidade.¹⁰

Pedro nasceu em Porto Alegre e trabalhava em um jornal em Tapes, cidade próxima a Porto Alegre. Com vinte e dois anos decidiu se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT), no período da campanha eleitoral do candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

¹⁰ O “tempo-comunidade” faz parte da grade curricular dos cursos promovidos pelo MST. Após três meses em sala de aula, os estudantes devem passar um mês em suas comunidades de origem (seja acampamento ou assentamento) para aplicar os conhecimentos adquiridos.

Com vinte e três anos resolveu deixar o partido e entrar no MST. Durante o período em que a pesquisa foi realizada, Pedro integrava a brigada de organicidade do acampamento.¹¹

Essas duas lideranças estavam no pátio do prédio e, quando informados de que eu era a pessoa interessada em fazer a pesquisa, convidaram-nos para uma conversa no barraco-escola do acampamento. E eis que entrei no espaço que antes observara de longe, o terreno situado ao lado esquerdo do pátio. Naquele espaço, mesmo na companhia de pessoas da “organização”, senti pela primeira vez a sensação de deslocamento, que seria recorrente em todos os momentos da pesquisa. Devido aos olhares curiosos de todos os que estavam naquele espaço, tive a impressão de que demoramos horas para percorrer o pequeno trecho do pátio até o barraco-escola, percurso o qual foi feito em apenas alguns segundos.

O meu desconhecimento sobre a vida em um acampamento fez com que eu me espantasse tão logo adentrei aquele espaço. Os inúmeros barracos, os homens e as mulheres conversando, as crianças. Quantas crianças não havia naquele lugar! Meu espanto veio da percepção de que as pessoas realmente moravam naqueles barracos e que o lugar tinha vida própria. Era um outro cotidiano, uma outra temporalidade instaurada naquele lugar que antes da entrada dos sem terras tinha um cotidiano com horário bem marcado, o horário de trabalho dos funcionários. Enquanto estes se preparavam para ir para as suas casas (e a movimentação dos carros no estacionamento era um sinal disso), alguns acampados preparavam o jantar, outros tomavam o chimarrão do final de tarde.

Ao nos aproximarmos de um barraco, Pedro e Abraão ergueram a lona, que fazia as vezes de porta, para que pudéssemos entrar. Era ali onde se materializava a escola itinerante¹² que eu conhecia apenas através dos informativos do MST e dos trabalhos acadêmicos. O barraco era formado por cadeiras e mesas, no fundo havia um quadro negro e nas laterais, os desenhos e trabalhos dos alunos.

Sara foi a primeira a me questionar sobre o tema da pesquisa. Ao saber que eu queria estudar a questão da mídia, a professora demonstrou espanto e o justificou dizendo que parte da mídia não é muito “amiga” do MST. Mencionou a última matéria da revista Veja, a qual caracterizava as escolas do MST como centro de formação de “talibanzinhos”, associando o Movimento Sem Terra com organizações terroristas.¹³ Mas disse também que tinha ficado

¹¹ A brigada de organicidade é formada por um grupo de sem terras acampados que têm como função auxiliar na implementação da estrutura organizacional do MST para acampamentos.

¹² As escolas dos acampamentos organizados pelo MST são denominadas escolas itinerantes. Essas escolas acompanham os sem terras onde eles estão: em ocupações, marchas, etc.

¹³ A revista fazia alusão à formação dos terroristas do grupo Talibã. Recorrentemente, a mídia nacional e internacional mostra os eventos de grupos terroristas, onde aparecem crianças lendo o Alcorão e portando armas

feliz ao saber que eu estava ali para entender o “outro lado”. A professora enfatizou a importância de as pessoas conhecerem o movimento a fim contrastar com o que era dito a seu respeito em alguns veículos de comunicação.

As primeiras perguntas de Sara marcaram o início do interrogatório, agora coordenado por Pedro. Estávamos sentados em círculo. À minha frente, Pedro, munido de caderno e caneta, perguntou se eu queria trabalhar com aquele acampamento específico ou com outros, pois aquele tinha data marcada para sair dali. No entanto, enfatizou que não havia problema se eu quisesse iniciar a pesquisa mesmo assim. Falou da grande procura de estudantes e pesquisadores interessados em desenvolver seus trabalhos naquele espaço e de que havia ainda dezesseis projetos de pesquisa a serem analisados pelas lideranças.

Um dos momentos mais tensos foi quando Abraão mencionou que os sem terras não davam mais entrevistas para a RBS (Rede Brasil Sul, filiada da Rede Globo de Televisão nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina), isso porque, segundo ele, esse veículo apenas deturpava as informações em relação ao movimento. Informei a Pedro e Sara que, apesar de interessada na questão da mídia, eu não era jornalista. Disse isso já pensando nas entrevistas que gravaria entre os acampados e nos problemas que poderiam advir do fato de eu estar com um gravador e pesquisando um tema tão delicado entre os sem terras. Ao ouvir essas explicações, Pedro e Sara riram da minha apreensão. A tensão foi quebrada nesse momento de mais descontração.

No entanto, a última pergunta de Pedro desencadeou a primeira profissão de fé da pesquisadora com relação ao movimento, profissão a qual seria constantemente exigida pelos sem terras durante o trabalho de campo. Pedro quis saber por que eu me interessava pelo Movimento Sem Terra. Falei do meu interesse de estudante e cidadã pelo MST. Disse que, pelo fato de apoiar suas reivindicações, gostaria de conhecer mais e que por isso transformei essa curiosidade em pesquisa acadêmica. A resposta surtiu efeito, sinalizado com a expressão “Seja bem-vinda, companheira” ao final da conversa.

Foram poucos os dias dedicados à pesquisa no acampamento do INCRA, se compararmos com as outras etapas (Marcha Nacional e a ocupação). Nessa época, eu trabalhava e estudava. Sendo assim, tinha combinado com Pedro e Sara que as minhas visitas se restringiriam aos finais de semana e, talvez, a algumas tardes durante a semana. Nas duas primeiras semanas, fiz visitas esporádicas, e nessas o meu contato se limitava às lideranças. Geralmente era Pedro quem vinha me receber e me apresentava a um ou outro acampado,

de fogo. De acordo com a revista, a formação escolar do Movimento Sem Terra é análoga à formação de pequenos terroristas.

muito embora as conversas com os acampados não fossem muito recorrentes. Além de ocupados com os afazeres cotidianos, estes também eram desconfiados e não se sentiam à vontade para conversar com a “menina que aparecia uma vez ou outra”. Depois da segunda semana, percebendo que não tinha muito sucesso nessas investidas, falei com Pedro sobre essa dificuldade e ele sugeriu a minha permanência durante os finais de semana no acampamento – poderia permanecer na sexta e ir embora no domingo. Achei a idéia interessante e ele me disse que a discutiria com os acampados. A resposta veio na semana seguinte. Depois de finalizarmos uma entrevista, Pedro informou que eu podia vir quando quisesse e que seu barraco estava à minha disposição durante o período em que eu ficasse no acampamento.

No INCRA, a pesquisa se desenvolveu até dezembro. Apesar das facilidades de acesso (pois além de se situar na cidade de Porto Alegre, ainda era próximo de minha casa), os compromissos acadêmicos (ainda cumpria os créditos do mestrado) não me permitiam uma maior dedicação. Tanto que, depois do combinado com Pedro, fiquei apenas um final de semana no acampamento. Nesse período, meus momentos mais significativos de conversa foram com as lideranças.

SOBRE BOLHAS E CHIMARRÃO: A MARCHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E O CONTATO COM A “BASE”

Para continuar a pesquisa, novamente foi necessária a intervenção de Abraão. Ao informá-lo de meu interesse, ele entrou em contato com lideranças que faziam parte da direção estadual, pois eram elas as responsáveis pela organização dos sem terras do Rio Grande do Sul durante a Marcha Nacional. Abraão me apresentou então Salomé, liderança responsável pela organização do grupo que tinha conhecido no INCRA. A negociação entre eu e Salomé foi rápida. Conversamos por telefone e marcamos um encontro no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, lugar de onde saíam os ônibus dos marchantes do Rio Grande do Sul.

O tempo que passei entre os sem terras durante a Marcha Nacional foi central para que eu pudesse realizar a pesquisa entre a “base”.¹⁴ Foram dezesseis dias de caminhada e quatro dias de viagem (ida e volta) de Porto Alegre a Goiânia, tempo suficiente para me familiarizar com o grupo.

¹⁴ “Base” é a forma como as lideranças do acampamento designam os que não estão em cargos diretivos, tais como a coordenação e a direção.

É preciso destacar que boa parte das lideranças desse acampamento pertence à mesma faixa etária que a minha. Pedro, por exemplo, tem a mesma idade que eu, vinte e quatro anos; Salomé tem vinte e seis. Isso facilitou o contato com essas lideranças. Por outro lado, não era vantajoso à medida que poderia distanciar as pessoas mais velhas. Para evitar esse distanciamento, tracei estratégias de aproximação que promoviam o convívio com os vários grupos existentes entre os acampados.

Aquela mesma sensação de deslocamento foi uma constante durante os dias dentro do ônibus e os primeiros dias de marcha. Eu não conhecia boa parte dos acampados selecionados para participarem do evento, do mesmo modo que eles também não tinham muita clareza do que eu estava fazendo ali. Nas reuniões de preparação que ocorreram no acampamento, as lideranças informaram que uma pesquisadora iria fazer um trabalho, mas eles não tinham muita noção do que se tratava.¹⁵

O fato de ser jovem também dificultou em outros aspectos. Quando eles viram que era eu a “pesquisadora”, não me deram muito crédito, tanto que na primeira parada do ônibus, já no interior de São Paulo, ouvi a seguinte pergunta de um acampado (a única que tinha sido dirigida a mim até então): “Sua mãe deixa você andar com sem terras?” Essa pergunta trazia em si a imagem que os acampados tinham de mim até então: uma “menina burguesinha”. Além da idéia que tinham de uma “pesquisadora” como uma pessoa mais velha, o fato de eu ser da “faculdade” era um sinal da distinção que existia entre eu e eles.

A rotina da marcha se iniciava por volta das quatro horas da manhã, e às seis já estávamos caminhando. Enquanto doze mil pessoas marchavam,¹⁶ um grupo de sem terras responsável pela infra-estrutura seguia de carros e caminhões para erguer acampamento em áreas previamente escolhidas pela organização da marcha. Foram quatorze ocupações de terras realizadas nesses dias, algumas vezes sob os olhares assustados dos proprietários, que resignados apenas observavam a movimentação de uma das entradas de suas propriedades, aguardando ansiosos pelo próximo dia, quando os sem terras saíam dali rumo a outra propriedade.

Durante a manhã de caminhada, era difícil conversar com as pessoas, principalmente nos últimos dias, quando o silêncio e a concentração eram necessários para andar tantos

¹⁵ Do acampamento “Unidos Venceremos” foram escolhidas quarenta e cinco pessoas para participarem da Marcha Nacional. Essa escolha foi realizada pelos acampados em reuniões que antecederam a marcha. Esse mesmo processo foi feito nos outros acampamentos e assentamentos organizados pelo MST. Os critérios adotados para a seleção foram: ser jovem e atuante, ou seja, participar das reuniões e atividades cotidianas do acampamento.

¹⁶ De acordo com a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, doze mil pessoas compunham as três fileiras da marcha. A delegação do Rio Grande do Sul era composta por setecentos e setenta e nove sem terras, entre acampados e assentados.

quilômetros. O principal momento para iniciar um bom bate-papo era depois das caminhadas, na hora de descanso, próximo ao horário de almoço. Minha estratégia era estender meu colchonete do lado de alguém ou de um grupo que me interessava naquele dia. Fazia isso rotativamente, pois a idéia era sempre descansar ao lado de pessoas diferentes. E deu certo: o fato de estar por ali uma hora antes dos compromissos da tarde permitia que a pessoa ao meu lado se familiarizasse comigo.¹⁷

No entanto, eu ainda encontrava resistência no grupo como um todo. Uma outra estratégia foi me apresentar em uma reunião de formação, no segundo dia de marcha. Pedi a palavra para um dos coordenadores para falar um pouco de mim, para que todos ali me conhecessem, pois afinal permaneceríamos alguns dias juntos. Expliquei sobre o curso que fazia, o estudo que me interessava e o início da pesquisa no INCRA. A recepção foi boa e após a minha fala alguns se sentiram mais à vontade para fazerem questões do tipo: “O que é mesmo Antropologia?” “Depois que você fizer o seu trabalho, você vai mostrar para a gente?” Ao final das perguntas, os sem terras me deram as boas-vindas com palmas.

No entanto, uma moeda foi central nesse processo de troca de informações: as bolhas nos pés. Após a primeira manhã de caminhada, descobri que meus pés estavam tomados por bolhas, tantas que não poderia mais colocar o tênis, apenas andar de chinelo. Começava aí o meu teste de resistência física. Aí também começavam as apostas entre os sem terras sobre quantas horas mais a “menina burguesinha” iria agüentar.

No outro dia, fiz os vinte quilômetros de caminhada de chinelo. Ao chegar no acampamento, enquanto eu descansava no colchonete, algumas pessoas vinham ver como eu estava. Na hora do almoço, Jeremias veio me entregar o prato de comida e falou em alto e bom som: “Essa é para nossa pequena guerrilheira”. Jeremias tem trinta e oito anos e está acampado há quatro anos. Antes de se inserir no MST, ele participava de um grupo que fazia ocupações de prédios urbanos: organizava um grupo de pessoas, escolhiam um prédio abandonado e ocupavam o lugar. Foi acampar sozinho, enquanto sua esposa, Ruth, e os quatro filhos permaneceram na cidade. Quando os conheci, fazia meses que Ruth tinha ido acampar com três filhos. O outro filho do casal ficou na cidade, morando com os avós, mas Jeremias e Ruth faziam planos de reunir toda a família no acampamento após o fim do ano letivo. Jeremias é coordenador do setor de finanças e já foi dirigente do acampamento.

¹⁷ Após o almoço, que ocorria por volta das treze horas, depois de uma manhã inteira de caminhada, ocorriam as “reuniões de formação” em cada brigada. A brigada – organização básica da Marcha Nacional – era formada pelo grupo que veio em um mesmo ônibus para Goiânia, ou seja, em média, quarenta e cinco pessoas. Nessas reuniões, os temas debatidos versavam sobre a política agrária do governo Lula, o agronegócio, o hidronegócio entre outros assuntos.

O fato de caminhar com bolhas nos pés fez com que os sem terras identificassem em mim o “espírito de sacrifício” daqueles que lutam. A partir desse dia, as coisas se tornaram mais fáceis, pois de “menina burguesinha” eu tinha me transformado em “pequena guerrilheira”, imagem que não representava um fosso tão grande entre eu e eles.

Todavia, entre as mulheres eu ainda encontrava resistência. E nesse caso o fato de ser jovem não ajudava muito, pois elas identificavam em mim um “perigo” em relação aos seus maridos e os homens do grupo. Algumas vezes não houve como evitar o mal-entendido, isso porque a imagem de uma mulher que conversa com os homens não é muito comum entre os sem terras. Apesar de todo o esforço da “organização” em fazer com que as mulheres participem da militância política, nas reuniões a maioria delas ainda exerce a função de mãe e esposa e fica calada enquanto o marido fala. O fato de eu transitar e conversar sempre com os homens, somado ao fato de ser jovem e estar sozinha na marcha, fazia com que a diferença entre eu e as mulheres se tornasse mais radical que a diferença entre eu e o grupo como um todo, ou seja, a diferença de classe, nesse caso, pesava menos que a diferença de gênero. Em relação a alguns homens, a minha postura em falar com todo mundo era admitida à medida que eu não era dali, entendiam que isso poderia ser comum no “meu mundo”. Em compensação, com relação às suas mulheres, esse era um comportamento que era recriminado.

A desconfiança das mulheres foi difícil de ser vencida. Apenas após cinco dias de marcha é que consegui conversar com uma delas, Ruth. Isso porque seu marido, Jeremias, depois do episódio das bolhas, começou a me convidar para tomar chimarrão quando chegávamos da caminhada. A minha inexperiência em fazer tarefas tão fundamentais para as mulheres sem terras (como por exemplo lavar roupa em um tablado tendo apenas um balde de água à disposição) fez com que Ruth me visse como alguém que precisava conhecer várias coisas para poder sobreviver àqueles dias de marcha.

Para Ruth, eu precisava de atenção redobrada em relação aos demais – principalmente depois das bolhas aparecerem nos meus pés e também após ter contraído uma gripe que tornou meus dias mais difíceis. Foi assim que fui adotada por Ruth, que me dedicava tanta atenção quanto aos seus dois filhos, um de onze e o outro de nove anos, que a acompanhavam na marcha. Essa aproximação serviu como porta de entrada para eu conhecer as mulheres casadas. Ao me ver fazendo (ou pelo menos tentando ao máximo aprender) tarefas comuns para o cotidiano da mulher sem terra (desde lavar roupa em tablados de madeira ou no chão cimentado até tirar piolhos das crianças), elas passaram a me admitir no seu meio.

Com relação às mulheres que exerciam alguma função de dirigente, o contato foi mais rápido, até mesmo pelo fato de que elas foram as primeiras a conversar comigo e a me apresentar o grupo. De certa forma, o meu trânsito entre essas pessoas fazia com que os acampados por vezes me identificassem como alguém que atuava em alguma instância do movimento e em outros momentos como alguém da liderança.

O papel exercido pelas mulheres lideranças, como porta-vozes da “organização”, favorecia a aproximação com pessoas que não são do movimento. Devido a esse trânsito por universos distintos do acampamento, as pessoas da universidade não eram tão estranhas a essas mulheres. Assim, as diferenças entre eu e elas não impediam uma relação amistosa.

As noites da marcha foram marcadas por festas e música nos acampamentos, o que aglutinava os jovens marchantes. Nos primeiros dias, a minha rotina de pesquisa (acordar às quatro horas da manhã e caminhar toda manhã, elaboração de estratégias para conversar com os sem terras à tarde e escrever o diário de campo) me deixava exausta, de forma que às dezenove horas eu já estava dormindo. No entanto, isso não foi possível após alguns dias, pois os jovens do grupo (tanto liderança quanto “base”) não compreendiam muito bem o fato de eu não querer participar da festa e usavam todo o tipo de argumento para eu sair do barraco. A insistência dos jovens fez com que eu conhecesse um outro lado da Marcha Nacional.

Uma das preocupações da organização da marcha se referia ao isolamento dos grupos no acampamento, isso porque os barracos estavam organizados por Estados. Várias vezes ouvíamos pelo rádio¹⁸ sobre a importância das pessoas interagirem mais umas com as outras para troca de experiências. Tais lembretes aos marchantes eram justificados pelo fato de que o “movimento era nacional”. E realmente o dia todo, tanto durante a caminhada quanto à tarde, a tendência era que as pessoas ficassem próximas aos conhecidos do mesmo Estado; poucas saíam dos seus barracos e iam visitar o barraco vizinho. No entanto, à noite as coisas mudavam. Era durante as festas que os jovens de todos os Estados participantes da marcha se encontravam e trocavam experiências, também realizavam contatos. Principalmente em relação às lideranças, as festas eram os momentos por excelência para fazer a “articulação”, ou seja, conhecer lideranças e dirigentes de outros Estados, o que possibilitaria, por exemplo, um convite para uma liderança do Rio Grande do Sul conhecer como o movimento atuava em Pernambuco. Era um momento de se fazer notar, o que poderia contar pontos na carreira de

¹⁸ Refiro-me à rádio “Brasil em movimento: tirando o latifúndio do ar”, que era transmitida por um carro de som, com alcance de três quilômetros. Tratava-se de um sistema de comunicação que era operado por vinte sem terras, e que acompanhava os marchantes. Cada sem terra recebeu um rádio de pilha emprestado, através do qual ouvia a programação específica para aquele evento. Os rádios de pilha foram emprestados pela organização do Fórum Social Mundial. A rádio itinerante era um projeto realizado pelo MST e a ABRAÇO (Associação das Rádios Comunitárias).

militante. E foi graças à insistência dos jovens em fazer com que eu participasse da festa com eles que pude entender que os grupos na marcha se fragmentavam de dia, mas se reuniam durante as festas. Era à noite que o MST se nacionalizava.

O ACAMPAMENTO NA BR 290 E A OCUPAÇÃO DA FAZENDA CABANHA DRAGÃO: DE “COMPANHEIRA” A “ESPIÃ”

Eu acho importante a gente se dar conta, a gente valorizar as pessoas que pesquisam e estudam e buscam a realidade sem terra, como você, como outros apoiadores do Brasil e da América Latina. Buscam a nossa realidade para compreender porque essas pessoas, que são chamadas de vagabundas pela maioria, estão debaixo da lona preta e se organizando. Acho que a experiência que você teve, não só para o seu trabalho, mas para a sua vida vai ser bastante forte, né? Mas essa corrente, esse vínculo com os apoiadores nos fortalece muito também. Porque você vai reproduzir isso em algum círculo de estudo e vai também despertar o conflito. Eu acho, Grazi, que o conflito também se estabelece a partir da apresentação do seu trabalho. Eu espero que sem constrangimentos você sempre se sinta à vontade no nosso meio, porque os problemas existem, eles são estruturais, emocionais, enfim, mas a nossa vida é assim mesmo, né? Muitas vezes eu senti vergonha por algumas coisas que você presenciou, mas acho que isso ensinou a você a compreender que a nossa realidade não é perfeita... (Entrevista concedida por Salomé, junho de 2005).

A entrevista com Salomé foi realizada no último dia do trabalho de campo. Nela, essa dirigente explicita um processo de negociação que até então era subentendido. Através do seu depoimento, podemos entender que assim como os Dogon, estudados por Marcel Griaule, os sem terras também tinham seus interesses com a pesquisa. Clifford (2002), ao tratar das relações de poder e diálogo no trabalho etnográfico de Griaule, explicita que os Dogon: “foram poderosos agentes do processo etnográfico: inicialmente, exibindo táticas brilhantes e resistência voluntariosa; depois, como professores e colegas” (2002:219). Guardadas as devidas proporções, podemos apreender outras semelhanças entre o interesse dos Dogon com o trabalho de Griaule e o interesse dos sem terras com essa pesquisa no que tange ao fato de que os Dogon elegeram Griaule como embaixador cultural – “um representante qualificado que defendesse essa cultura no mundo colonial” (CLIFFORD, 2002).

Salomé expõe que a presença de pesquisadores entre os sem terras pode ser interessante para o movimento, principalmente em relação ao que denominam como “conquista da sociedade”. Os trabalhos e as pesquisas sobre os sem terras atuariam como um meio de propaganda do movimento. Dessa forma, a minha inserção entre os sem terras foi desde o princípio concebida como algo que poderia ser vantajoso para o grupo. Devido a esse interesse, foram vários os momentos de negociação para a realização e a continuação da pesquisa. No início do capítulo, ponderei como esse processo de negociação se realizou a partir da constante construção de relações de confiança. Contudo, na última etapa do trabalho, precisei intensificar meu repertório de estratégias para a manutenção e a criação de relações desse tipo.

Durante o período em que estive no INCRA, fui recebida como um dos vários estudantes que chegam aos acampamentos e assentamentos interessados em conhecer o MST, em realizar trabalhos voluntários ou até mesmo em fazer pesquisas acadêmicas. Sempre fui bem recebida pelas lideranças e elas sabem como receber os “apoiadores”, designação referente às pessoas que expressam identificação com a luta dos sem terras e que por isso desejam conhecer mais o movimento ou até mesmo realizar algum tipo de trabalho. Quando alguém chega a um acampamento, o ritual é sempre o mesmo: as lideranças apresentam o espaço, respondem às perguntas dos visitantes, encaminham as pessoas para conversarem com quem está há mais tempo no acampamento ou para pessoas mais capacitadas a fornecerem as informações necessárias.

Já na Marcha Nacional, o clima de desconfiança, principalmente entre a “base”, foi bem maior que durante o período que passei no INCRA, e muitas vezes coube às lideranças me ajudarem no processo de aproximação com os outros acampados. Já entre as lideranças, essa desconfiança não era tão acirrada, isso porque boa parte delas eu conheci no INCRA. Todavia, um aspecto central nesse evento condicionou a minha inserção entre os dirigentes: a marcha era um momento de exposição dos sem terras no espaço público, era também um momento de festa entre os mesmos, e essa confraternização estava aberta a outras pessoas, haja vista o grande número de políticos, estudantes, padres e outros grupos que marcharam junto com os sem terras. Era comum a presença dessas pessoas nesse evento. Na verdade, era necessário para a imagem do movimento frente à sociedade o apoio de diversos grupos às reivindicações que faziam ao governo Lula.

Foram várias as formas com que fui identificada pelos sem terras, desde o INCRA até a marcha: de estudante interessada em conhecer o movimento a “pequena guerrilheira”. No entanto, durante o período do acampamento, outras identificações foram atribuídas a mim: umas designando aproximação e outras me transformando de forma radical no “outro”, tomado como o “inimigo”.

Entretanto, o “policiamento do olhar” foi uma prática recorrente das lideranças em relação à pesquisa. Essa é uma expressão que utilizo para caracterizar o esforço das lideranças em me falar constantemente sobre o que deveria constar ou não no trabalho. Nos primeiros tempos, tal prática se expressava através da propaganda das ações do MST (como apontei no início ao falar de Abraão). As lideranças me apresentavam os acampados que mais se identificavam com a “organização” e se esforçavam em caracterizar como as pessoas viviam em harmonia naquele lugar. No entanto, durante o período em que fiquei no acampamento,

esse “policiamento” se tornou mais radical e era expresso diretamente por meio de frases do tipo: “Olha o que você vai falar nesse seu trabalho”.

Realizada a marcha, decidi ficar um tempo no acampamento para conhecer mais o cotidiano dos acampados. Visitei o acampamento para conversar com a direção e integrantes da frente de massa¹⁹ sobre a possibilidade de continuar a pesquisa naquele espaço. A reunião foi bem tranqüila, falei do trabalho, da participação na marcha e do fato de que gostaria de permanecer uns vinte dias no acampamento para conhecê-los melhor. Fui autorizada a participar de todas as reuniões, exceto da reunião da direção do acampamento.

A minha rotina no acampamento parecia com a rotina das lideranças, isso porque eu estava em quase todas as reuniões, o que fez com que alguns acampados me confundissem com alguém que era da direção, ou de outra instância. Mas a minha presença nas reuniões que discutiriam a programação para a ocupação da Fazenda Cabanha Dragão gerou muita desconfiança entre alguns dirigentes do acampamento e principalmente entre aqueles que integravam o setor frente de massa. Isso porque, segundo justificativa de Pedro, não era muito comum alguém que ficasse tanto tempo no acampamento, acompanhando o mesmo grupo. O fato de eu estar ali com caderno, caneta, anotando tudo o que se passava na reunião, fazia com que algumas pessoas me vissem como um “infiltrado”, ou seja, como alguém da polícia que estava ali para colher informações.

Foi nesse período que sofri com a desconfiança das lideranças. Todos os meus atos eram devidamente observados. Para não alimentar o clima de desconfiança, tentava me comportar dentro das recomendações sugeridas aos acampados naqueles dias de preparação da ocupação: evitava falar no celular, evitava sair do acampamento para ir até Porto Alegre. Com o passar dos dias, o “policiamento do olhar” foi combinado com comentários. Tais comentários eram feitos em tom de brincadeira, como: “Nós não vamos deixar você sair com esse caderninho, menina”. O caderno de campo virou alvo favorito. Em todas as reuniões havia alguém do meu lado olhando o que eu estava escrevendo.

No entanto, foi durante a ocupação da Fazenda Cabanha Dragão que a desconfiança se acirrou. É necessário ponderar que a desconfiança não era comum a todos os sem terras e que uma vez conquistada a confiança de um grupo, era necessário traçar novas estratégias para conquistar o outro. Algumas lideranças, como Pedro e Lucas, sempre atuaram como mediadores para dissipar esse clima em relação a mim. Pedro é casado com Lucas,²⁰ este

¹⁹ A frente de massa é o setor do MST responsável pela “realização do trabalho de base” (trazer novos acampados, formar e organizar acampamentos).

²⁰ Trato dessa relação no terceiro e quarto capítulos.

integra a direção do acampamento e está há dois no MST. Antes de ser sem terra, Lucas trabalhava em uma empresa que fazia assessoria de imprensa para órgãos públicos, também em Tapes. Apesar de ter estudado até o Ensino Médio, sempre trabalhou como jornalista, fazendo *freelances*. Lucas tem trinta e sete anos e militou no Partido dos Trabalhadores (PT) por vinte e dois anos. Era secretário geral do diretório municipal do partido quando deixou Tapes para integrar o acampamento dos sem terras situado em Nova Santa Rita, cidade pertencente à região metropolitana de Porto Alegre.

Tal papel exercido por essas pessoas se deve ao fato de que os dois acompanhavam meu trabalho desde o princípio e era com eles que eu passava horas à noite debatendo algumas idéias que pensava discutir na dissertação. Com o passar do tempo, Pedro e Lucas demonstraram-se muito interessados com o trabalho. Esses dirigentes exerciam uma função muito parecida com a função que Abraão exercia, só que agora no espaço do acampamento. Toda vez que surgia algum problema, as duas jovens lideranças se esforçavam para resolver e oferecer as condições necessárias para a continuação da pesquisa. Justificavam tanto esforço com argumentos do tipo: “Seu trabalho é importante para nós também”. Com o tempo, a relação profissional se transformou em amizade, fundamentando e reforçando a relação de confiança que vínhamos construindo desde o tempo do INCRA.

Cinco dias após a ocupação da área, Edith me chamou para uma conversa. Edith é dirigente do acampamento e atuava no setor de segurança durante a ocupação. Conheci-a na marcha, mas nos tornamos mais próximas nos dias em que fiquei no acampamento às margens da BR 290. Sempre muito alegre e expansiva, estranhei seu comportamento quando me chamou para conversar longe das pessoas. A dirigente, apreensiva, deu-me a seguinte notícia:

Grazi, eu não devia estar te falando isso aqui, mas vou te avisar porque confio em você e não acredito no que estão falando por aí, mas parece que a polícia está com algumas fotos da ocupação, que segundo a informação que chegou até nós, foram feitas por alguém que estava aqui dentro desde o primeiro dia. Seu nome foi citado na reunião de segurança hoje. Achar que você está passando informações para a polícia.

Dessa forma, após um período de trégua, novamente eu era identificada como um “policial infiltrado”, “P2” na designação dos acampados. Segundo Edith, aqueles que me acusavam se baseavam no fato de eu sempre portar uma máquina fotográfica. No entanto, o fato fez com que parte dos acampados defendesse a minha inocência. Pedro e Lucas, bem como Jeremias e Ruth, foram à reunião do setor de segurança e argumentaram que estiveram comigo desde a saída do acampamento e que eu nunca tinha saído da fazenda. A articulação a

meu favor saiu vitoriosa, e consegui permanecer com o grupo em um clima mais pacífico por alguns dias, até concluir o trabalho de campo.

Dias após minha chegada a Porto Alegre, encontrei Abraão, e para minha surpresa a sua intervenção para a realização da pesquisa tinha sido mais constante do que imaginava. Durante os dias em que me vi presa em uma rede de desconfianças devido às fotos que estavam com os policiais, Abraão recebeu telefonemas de pessoas da “organização” de várias partes do Estado querendo saber quem era a menina que estava na ocupação. Segundo Abraão, alguns não acreditavam que alguém estaria em uma ocupação sem ter algum interesse maior que fazer um “trabalho para a faculdade”. Outros queriam confirmar se Abraão me conhecia. A associação de Abraão com relação à minha presença entre os acampados foi fundamental para que o clima de desconfiança não se acirrasse, o que se comprova quando Salomé defendeu a minha inocência para os outros integrantes da frente de massa com o seguinte argumento: “Ela é amiga de um velho companheiro nosso, o Abraão frequenta até a casa dela, podemos confiar”.

Apesar de ser uma “organização” com setores estruturados e pessoas destacadas para receber diversos profissionais, em nenhum momento do trabalho de campo os sem terras exigiram qualquer documento que comprovasse minha ligação com a universidade. Mesmo assim, quando fui para o acampamento levei o projeto de pesquisa para quem quisesse lê-lo. No meio do torvelinho da desconfiança, cheguei a ligar durante a ocupação para amigos em Porto Alegre para providenciarem algum documento ou carta de meu orientador comprovando que eu estava matriculada na pós-graduação em Antropologia da UFRGS. Também cogitei em apresentar o código de ética do antropólogo para comprovar às lideranças que eu também estava inserida em um grupo e que este não tinha como princípio fazer espionagens. Mas desisti de todas essas iniciativas. De certa forma, eu sabia que a tessitura das relações de confiança era uma constante e que eu deveria passar por pequenos testes cotidianos, mesmo após terem se familiarizado comigo. Quando questioneei um dirigente sobre como eles identificavam um “P2”, ele me disse que um dos critérios era a forma como a pessoa se relacionava com a “base” e que por isso, para ele, eu não era um “infiltrado”: “Você brinca com as crianças, come com a gente e dorme em nossos barracos, e isso não é de hoje, eu acho que você gostou tanto que nem é pesquisa isso que está fazendo, acho mesmo que você já virou sem terra.”

A problematização da inserção em campo relacionada às imagens atribuídas a mim durante a permanência entre os sem terras deve ser pensada a partir da imagem que os próprios sem terras querem passar para a sociedade, bem como a imagem que outros grupos

fazem do movimento. Na Marcha Nacional, eu me tornei a “companheira”; no entanto, na ocupação, transformei-me em “espiã”. Apesar de o MST, nesses seus vinte e um anos de existência, ter conquistado apoio relativamente à legitimidade da ocupação de certas áreas, principalmente aquelas designadas “improdutivas”, as ocupações de terras ainda são o aspecto mais controverso da imagem do movimento na sociedade, principalmente no Rio Grande do Sul, onde a propaganda do agronegócio enfatiza que não há mais terra improdutiva no Estado e que apenas a produção de grãos em grandes extensões de terras aliada à mecanização e à alta tecnologia é que promove o progresso do país, garantindo a conquista dos mercados internacionais. Tal fato demanda um esforço de defesa dessas ações do MST perante a sociedade como forma de competir nessa luta pela definição do que é melhor para o desenvolvimento para o país: reforma agrária ou agronegócio?²¹

Dessa forma, o “policimento do olhar”, sintetizado em expressões como “Olha o que você vai falar nesse seu trabalho!”, faz parte dessa defesa da imagem, que é um outro aspecto da “luta pela terra”. Assim como era necessário traçar estratégias para lidar com os jornalistas naqueles primeiros dias de ocupação, cotidianamente os sem terras traçavam suas estratégias para apresentar a melhor imagem que deveria ser apresentada à academia através desse trabalho.

²¹ Ao tratar da estrutura do mundo rural no Brasil a partir dos ciclos de expansão econômica de meados do século XX, Filippi (2005) expõe como o agronegócio se tornou um dos temas centrais no debate da questão da terra. De acordo com o autor: “(...) o agronegócio transformou-se em tema de discussões acaloradas entre técnicos dos ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural, lideranças ruralistas e dos representantes de movimentos sociais rurais (...) Dentre as organizações que sustentam o chamado agronegócio encontram-se a Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a União Democrática Ruralista (UDR). Não raro, tais organizações nuançam o debate sobre a reforma agrária no Brasil através da tese de que o Brasil deveria acelerar políticas em direção ao agronegócio que, à semelhança do que ocorre na Europa (ocidental) e nos EUA, a agricultura familiar tenderia a desaparecer em benefício do modelo patronal.” (2005:123/124).

CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA SEM TERRA

Através de ações como acampamentos em beira de estrada, marchas, ocupações de terras e prédios públicos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindica a redistribuição de terras por meio da reforma agrária, criando fatos e se constituindo enquanto ator político na cena pública.

No que se refere ao acampamento, além de uma forma de ação direta que visa a criar notícias, o “estar acampado” é a condição imprescindível para o indivíduo, acompanhado ou não de sua família, que decide se inserir no MST para conquistar um pedaço de terra. Além da permanência no acampamento, o indivíduo, agora denominado sem terra,²² também participa das outras ações políticas realizadas pelo movimento.

A formação de acampamentos às margens de rodovias ou em propriedades rurais foi um recurso utilizado pelo MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terras) para pressionar a desapropriação de terras no início da década de 1960 (ECKERT, 1984). No entanto, foi o MST, organizado em 1984, que consagrou esse tipo de ação.²³ Neste trabalho,

²² Rapchan (1993), ao discutir sobre a identidade sem terra, expõe que a categoria sem terra é uma categoria de pressão política: “Sem terra são aqueles identificados e que se identificam com o MST organizados, enquanto instituição, a nível nacional (...) a identificação dos sem terra passa pela nomeação e pela auto-nomeação: eles são os sem terra, assim se reconhecem e assim são reconhecidos na dimensão pública da vida social e política.” (1993:17).

²³ O MST foi criado em meados dos anos 80, resultando da organização dos vários movimentos de esquerda engajados na questão da terra, em geral ligados à Igreja. Essa mobilização se intensificou depois da expulsão das

abordo um dos dezessete acampamentos organizados pelo MST no Rio Grande do Sul: trata-se do acampamento “Unidos Venceremos”.²⁴

O acampamento “Unidos Venceremos”, localizado na BR 290, a setenta quilômetros de Porto Alegre, tem cinco anos de existência. No entanto, assim como havia pessoas que participaram da montagem do acampamento, havia também aquelas que estavam ali há apenas dois anos. Na verdade, ocorreu um grande fluxo de pessoas nesse período. Enquanto umas chegavam, outras saíam porque tinham conquistado a terra ou simplesmente porque tinham desistido.

A permanência às margens da rodovia se justificava pela impossibilidade de ocuparem alguma área naquele momento. Segundo os sem terras, uma série de fatores contribuía para essa situação, dentre eles se destacavam a medida provisória promulgada no governo de Fernando Henrique Cardoso que dificultava as ocupações de terras²⁵ e a propaganda do agronegócio baseada no argumento de que no Estado não havia mais terras passíveis de desapropriação. Tendo em vista que é através da ocupação que os sem terras pressionam o governo para a desapropriação das áreas e que as possibilidades de ocuparem uma área se tornavam cada vez mais difíceis no momento, a perspectiva de saírem daquele espaço era muito limitada.

O cenário do acampamento às margens da rodovia se assemelha aos acampamentos observados por Sigaud (2000) na Zona da Mata pernambucana. A partir de uma análise das particularidades sócio-históricas subjacentes à disseminação dos acampamentos e à ocupação de engenhos nessa região, a autora elabora o conceito forma-acampamento: “uma forma levada ali pelo MST e difundida com a colaboração dos sindicalistas, uma afirmação simbólica cujos significados eram compartilhados pelos diferentes indivíduos envolvidos nos acampamentos e por isso mesmo eficaz.” (SIGAUD, 2000:91).

O conceito forma-acampamento se justifica pela recorrência de certos arranjos, que envolvem desde os aspectos físicos do espaço (como os barracos de lona preta, a organização

famílias que ocupavam reservas indígenas no Rio Grande do Sul, em 1977, e das que ocupavam as terras inundadas por Itaipu, a partir de 1979. As famílias que deixaram as reservas formaram o primeiro grande acampamento na rodovia que liga Passo Fundo a Ronda Alta (Rio Grande do Sul), e depois realizaram a primeira grande ocupação, da Fazenda Annoni, em 1985. Eram duas mil famílias. Vários trabalhos trataram da história do MST. Dentre eles, destaque: Marcon (1997), Stédille e Fernandes (1999) e Neves da Silva (2004).

²⁴ Segundo consta no *site* da organização na Internet (www.mst.org.br), havia, em 2005, duas mil setecentas e sessenta e cinco famílias acampadas no Estado do Rio Grande do Sul.

²⁵ A medida provisória assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso veta por dois anos a desapropriação de terras ocupadas e impede que pessoas que atuaram em ocupações participem de assentamentos financiados com dinheiro público. Devido a essa medida provisória, os sem terras diziam que tinham que se organizar ainda mais para a escolha das terras a serem ocupadas. Era preciso “não queimar terra”, ou seja, não podiam mais fazer ocupações em massa sob o risco de que essas áreas não fossem desapropriadas.

dos mesmos por meio do alinhamento em ruas) até a divisão do trabalho, a qual segue a estrutura organizativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo Sigaud (2000), há uma afirmação simbólica da forma-acampamento na medida em que o ato de instalar um acampamento é “uma forma apropriada de ‘dizer’ que aqueles que o ocuparam desejam que seja desapropriado” (2000:85).

Apesar da existência dessa forma comum dos acampamentos tanto no Rio Grande do Sul quanto em Pernambuco, há diferenciações entre os acampamentos observados por Sigaud e o acampamento “Unidos Venceremos”. Dentre essas diferenças, destaco o fato de que os primeiros estavam instalados dentro de um engenho, e mesmo quando fora dessas propriedades os acampamentos eram reconhecidos como associados àquele engenho. De acordo com a autora, “o que parecia identificar um acampamento com um engenho é o ato da ocupação. Um acampamento em beira de estrada *visa* um determinado engenho do qual foi despejado (...)” (2000:83). No caso do acampamento no qual realizei o trabalho de campo, não havia nenhuma associação deste com alguma propriedade rural, devido aos motivos explicitados acima.

Neste capítulo, apresentarei a trajetória dos sem terras do acampamento “Unidos Venceremos”, bem como alguns aspectos do seu cotidiano, tendo por pressuposto a proposta destacada por Sigaud para a abordagem desses espaços, a qual trata de “reconstituir e relacionar os diferentes pontos de vista e encontrar o significado que têm os acampamentos para os indivíduos” (2000:92). No entanto, devido à peculiaridade da trajetória do grupo aqui focado, entendo o acampamento não apenas como uma forma, mas como um processo marcado por múltiplas dimensões através do qual se constitui a experiência sem terra. São momentos cotidianos e extraordinários que configuram a experiência sem terra. Para os acampados, os momentos cotidianos são aqueles vivenciados às margens da rodovia, de modo que apresento alguns elementos da vida do acampado nesse espaço. No que se refere aos momentos extraordinários, enfocarei a participação do grupo na ocupação da Fazenda Cabanha Dragão, em junho de 2005.

Tomo a ocupação como um ritual que conforma a experiência sem terra. De acordo com Tambiah (1985), rituais são eventos que apresentam uma estrutura, um sentido de realização coletiva que visa a um objetivo e são percebidos pelos seus agentes como diferentes do cotidiano. Demonstro como a ocupação se constitui como um complexo de palavras e ações que fazem uma afirmação simbólica para outros atores sociais (como destacou Sigaud referindo-se à desapropriação das áreas), mas também como ela objetiva uma eficácia para o próprio grupo, tanto em relação à solução dos conflitos, da afirmação de uma

identidade, quanto no tocante à renovação dos propósitos daqueles que estão desmotivados devido às dificuldades inerentes a tal experiência.

OS SEM TERRAS DO ACAMPAMENTO “UNIDOS VENCEREMOS”: TRAJETÓRIA

O cenário já não impressiona tanto quem vem de Porto Alegre pela BR 290, seja de carro, caminhão, ônibus ou bicicleta: barracos de lona preta, bandeiras vermelhas hasteadas, crianças, fumaça dos fogões a lenha. Símbolos que identificam um acampamento de sem terras. Devido à movimentação dos sem terras, de seus familiares e de outros visitantes, o ônibus de linha que sai da capital com destino à pequena cidade de Arroio dos Ratos teve que adaptar suas paradas e incorporar mais uma no itinerário. Além das paradas próximas às cidades de Eldorado do Sul e Guaíba, é necessário que o ônibus pare em uma das duas entradas do acampamento antes de chegar ao seu destino, a três quilômetros dali.

Quem desce do ônibus e entra no acampamento percebe que os barracos estão alinhados em ruas. São ruas tortuosas que levam até a saída do acampamento, onde, como na entrada, há uma guarita e pessoas cuidando de quem entra e de quem sai do espaço. Com o convite para entrar no barraco, pode-se conhecer a arquitetura da moradia sem terra: pedaços de madeira (ou taquaras) formam a estrutura que é revestida pela lona preta.

Como expus na apresentação do capítulo, o acampamento está nesse espaço há cinco anos. Sua formação, porém, variou muito ao longo desses anos. Cada acampamento tem um nome específico, que é escolhido pelos acampados tão logo entram na área. Em cinco anos, esse acampamento também ganhou vários nomes. Hoje é denominado “Unidos Venceremos” e é formado por famílias remanescentes de três outros acampamentos que existiam na região metropolitana de Porto Alegre, os quais se situavam nas cidades de Nova Santa Rita e Pântano Grande, e também por famílias que já estavam nesse espaço próximo à cidade de Arroio dos Ratos.

A união desses sem terras em um só acampamento ocorreu após a ocupação da sede regional do INCRA na cidade de Porto Alegre. A ocupação foi realizada em junho de 2004, após uma série de protestos que marcaram o “Abril Vermelho” gaúcho.²⁶ Em abril de 2004, as

²⁶ O “Abril Vermelho” foi um período de intensa mobilização por parte do MST como forma de pressionar o governo Lula a realizar a reforma agrária. Ocupações, acampamentos e marchas eram realizadas para mostrar à sociedade que o governo Lula não estava cumprindo com suas promessas de campanha no que se refere à reforma agrária. Em contrapartida, a UDR (União Democrática Ruralista) noticiou que realizaria o “Maio Verde” para se contrapor e condenar as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Cabe destacar

famílias saíram dos seus acampamentos e realizaram uma marcha até Porto Alegre. Ao chegarem à cidade, acamparam no Parque Harmonia. Parte do grupo se deslocou do Parque Harmonia para a Assembléia Legislativa. O objetivo era chamar a atenção dos deputados e do governador para suas condições de vida, sendo que para isso fariam um jejum.

A escolha desse lugar para realizar o jejum se deveu à comemoração dos vinte anos de existência do MST, que ocorreria na Assembléia Legislativa. Além desse evento, um outro acontecimento conferiu certa notoriedade ao protesto do grupo: a morte de Leonel Brizola, presidente de honra do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul. O corpo do trabalhista seria velado no Palácio Piratini (sede do governo estadual, situado próximo à Assembléia). Na chegada ao Palácio, o caixão, transportado pelo carro do corpo de bombeiros, estava coberto com a bandeira do PDT, a bandeira nacional e a bandeira do MST. Segundo constou nos jornais regionais da época, a bandeira do MST era uma homenagem que o movimento fazia ao “avô do Movimento Sem Terra”, lembrando o papel de Brizola na organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, nos idos de 1960.²⁷

Dias após esses acontecimentos, o grupo de sem terras que estavam na Assembléia e o grupo restante, acampado no Parque Harmonia, ocuparam o INCRA. Permaneceram nesse espaço de junho de 2004 a janeiro de 2005, quando se deslocaram para o antigo acampamento próximo a Arroio dos Ratos. Nessa época, as famílias remanescentes já estavam unidas em um único acampamento, o “Unidos Venceremos”. Falo em “famílias remanescentes” porque no período em que estavam no INCRA ocorreu a desapropriação de uma área e parte dessas famílias seria assentada nessa área. “Assentado” é a categoria que designa o novo estatuto daquele que conquistou a terra, quando deixa de ser “acampado”.

A área em questão era propriedade dos empresários da Montepio Previdência Privada e foi ocupada, ainda em abril de 2004, por sessenta e cinco famílias que compunham o grupo que estava no INCRA. A fazenda foi a leilão devido às dívidas de seus proprietários. Nesse leilão, a propriedade foi disputada tanto pelo INCRA quanto pela empresa Zaffari/Bourbon, que objetivava construir um hipermercado na área. A justiça deu ganho de causa para o INCRA. A empresa, porém, recorreu várias vezes na justiça para reverter o veredicto. Devido

também que abril é o mês de comemoração das lutas camponês-populares. Tal data foi consagrada após o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará, em 17 de abril de 1997. Essas ações fazem parte das “Jornadas Nacionais de Luta”, um período no qual o MST realiza uma série de ações em todo o país. As “jornadas” não ocorrem em um mês fixo; isso varia de ano a ano. Em 2004, foi o “Abril Vermelho”, já em 2005 ocorreu o “Setembro Vermelho”.

²⁷ Os sem terras se referiam à relação entre Brizola e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), movimento de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul que atuou na década de 1960. Para uma maior compreensão da relação do MASTER e do governo Brizola, ver: Eckert (1984).

a essa disputa entre INCRA e Zaffari/Bourbon, as famílias que foram sorteadas para serem assentadas na fazenda aguardam até hoje a desapropriação e a emissão dos títulos de posse pelo órgão competente.²⁸ As famílias que não foram contempladas pelo sorteio estão acampadas às margens da BR 290. Atualmente, moram nesse espaço cerca de cento e vinte famílias.

A ROTINA DO ACAMPADO

Comerford (1999), em seu estudo sobre as organizações camponesas, indica que a reunião é um elemento importante na construção do universo social dessas organizações. Isso se comprova no cotidiano dos sem terras, pois as reuniões são uma das marcas da rotina do acampado. É através delas que estruturam seu cotidiano, desde as tarefas mais domésticas (por exemplo: quem vai ficar vigiando a entrada do acampamento) até a discussão sobre uma futura ocupação de terra. O espaço é organizado pelos próprios acampados, mas segundo o modelo organizacional proposto pelo Movimento Sem Terra.

Os núcleos de família são a unidade básica dessa organização e são formados por uma média de quinze famílias. Havia, nesse acampamento, oito núcleos. Em cada núcleo, um coordenador e um representante de cada setor, que, na estrutura organizativa, estão situados acima dos núcleos. São oito setores: saúde, educação, secretaria, produção, direitos humanos, comunicação e cultura. Acima dos setores está a coordenação, que é formada pelos coordenadores dos núcleos e pela direção do acampamento. A direção é eleita pelas famílias que constituem os núcleos. Coordenação e direção têm o mesmo *status* nos momentos de decisão.

Os horários das reuniões seguem o modelo organizativo. O dia do acampado começa às oito horas, com a reunião dos setores. Logo após, a coordenação se reúne para discutir os “pontos” apresentados na reunião que a antecedeu, bem como o que foi destacado na reunião dos núcleos do dia anterior. Uma parada para o almoço, e às treze horas começa a reunião dos núcleos, na qual as famílias apresentam algum “ponto” a ser solucionado. “Ponto” é a categoria que designa o assunto destacado pelo proponente. Por exemplo: se o sem terra precisa sair do acampamento para ir visitar um parente doente, no início da reunião ele

²⁸ É por meio de um sorteio das famílias que estão acampadas que o MST escolhe quem será assentado na área desapropriada pelo INCRA.

apresenta a questão e, depois dos relatos do coordenador, o núcleo delibera sobre os assuntos. As reuniões ocorrem nas segundas, quartas e sextas-feiras.

Nas reuniões, os acampados se familiarizam com as “linhas políticas” do movimento. “Linhas políticas” é a categoria que denota as formas de organização do movimento, bem como seus princípios políticos. No início de um acampamento, a frente de massa é responsável pelo processo de montagem da organização. Após um período no qual as pessoas são familiarizadas com o modelo, passa a caber a elas reproduzi-lo. Nesta fase, as lideranças da frente de massa exercem uma função de apoio.

Muito mais que um processo preparatório para a conquista da terra (onde serão assentados e não mais acampados), o tempo do acampamento é também o momento por excelência para a reprodução do quadro de militantes do MST. A carreira de um militante se inicia através das reuniões de coordenação. Dependendo de seu sucesso como coordenador entre as famílias, este pode conquistar uma função na direção do acampamento ou até mesmo em instâncias superiores, como a frente de massa. Ou seja, de “base” o sem terra pode se tornar um “dirigente”.

Esses são aspectos gerais que configuram a “forma-acampamento” apresentada por Sigaud (2000). A estrutura organizativa dos acampamentos objetiva um processo específico de socialização (divisão por núcleos, reuniões, etc.), a qual se caracteriza pela normatização de comportamentos e estabelecimento de formas de ação política. A partir do enfoque sobre a vivência desses processos, argumento que isso não é feito de forma homogênea e harmoniosa. Ao apontar alguns elementos que constituem a experiência sem terra, pretendo lançar luz sobre alguns dos conflitos advindos dos interesses e das diversas formas de inserção dos indivíduos no que denominam “luta pela terra”. A seguir, apresento o “fluxo regular dos acontecimentos cotidianos” (MALINOWSKI, 1984:27) no acampamento.

O COTIDIANO NO ACAMPAMENTO “UNIDOS VENCEREMOS”

Quando cheguei ao acampamento em uma sexta-feira à tarde, Jeremias veio ao meu encontro para me ajudar com a bagagem. Desde a Marcha Nacional, tinha combinado com ele que ficaria no barraco de sua família enquanto permanecesse no acampamento.

Jeremias e Ruth tinham um barraco grande, com dois quartos divididos por um espaço que era ao mesmo tempo cozinha e sala para a recepção de visitas. Um dos quartos foi reservado para mim durante o tempo que permaneci no acampamento. Jeremias informou que

Ruth estava na reunião do setor de educação. Na entrada do barraco estavam dois dos seus quatro filhos. Os meninos jogavam damas em um tabuleiro improvisado com tampinhas de garrafas, enquanto Jeremias e eu conversávamos perto do fogão a lenha, que ficava na “sala”.

Jeremias reclamava da falta de perspectivas em relação à desapropriação de áreas no Rio Grande do Sul, pois já fazia tempo que estava naquele lugar e não tinha levado sua família para permanecer tanto tempo em um barraco. Mesmo com a eleição de Lula e as negociações do MST com o governo, não havia possibilidade de novos assentamentos no Estado.²⁹ Jeremias também mencionava a desmobilização das pessoas que estavam naquele espaço. Para ele, não havia motivação no acampamento devido ao tempo que estavam naquele lugar. As pessoas já tinham se acostumado a ficar ali.

Esse comentário de Jeremias sobre a “desmobilização” das pessoas seria recorrente em outras conversas e com outras pessoas. Geralmente, há uma trégua durante o final de semana para a maratona de reuniões. No entanto, no outro dia, um sábado, ocorreu uma reunião extraordinária dos núcleos. O objetivo da reunião dos núcleos era apresentar os resultados de uma avaliação sobre o acampamento realizada entre os acampados. Pedro era o coordenador da reunião.

Antes do início da reunião, Pedro me explicou que a direção do acampamento propôs a avaliação para a “base” como uma forma de resolverem os inúmeros conflitos que ocorriam no acampamento. Esses conflitos iam desde a discussão entre vizinhos de barraco até a não-participação das pessoas na reunião de núcleos. Mas a avaliação também tinha sido realizada para tentar acabar com uma prática detonadora desses conflitos: a “picunha”. “Picunha” quer dizer fofoca, e em um lugar onde as pessoas estão muito próximas o tempo todo, onde há pouca privacidade, a “picunha” é uma prática mais que recorrente. No caso do acampamento, a fofoca tinha como alvo desde a mulher do vizinho até a liderança que não atuava de acordo com o que a “base” considerava como certo. Nos dois casos, a “picunha” tinha o poder de conflagrar brigas e discussões entre os acampados. Todavia, quando a fofoca tinha como alvo uma liderança e era realizada por outra liderança ou por alguém que visava a uma posição de liderança, a “picunha” recebia o nome de “articulação”.³⁰

Algumas lideranças, dentre elas o próprio Pedro, acreditavam que somente uma avaliação e uma conversa conjunta seriam capazes de resolver alguns conflitos e tentar

²⁹ Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, os sem terras acreditavam que o processo de assentamentos dos acampados seria mais intenso. No entanto, mesmo após a realização da Marcha Nacional, que tinha como objetivo pressionar a desapropriação de áreas, o governo Lula não tinha realizado nem um terço das promessas de campanhas referentes à reforma agrária.

³⁰ Discuto com mais detalhes sobre como a “picunha” atua na relação entre “base” e lideranças no último capítulo.

diminuir a prática da “picunha”. De acordo com a liderança, isso só seria possível se as pessoas parassem de fofocar pelas ruas do acampamento e passassem a fazer as reclamações durante as reuniões dos núcleos.

Durante a reunião, Pedro lia os pontos apresentados por cada núcleo na avaliação. Dentre eles, os acampados tinham destacado que as brigas, os conflitos e a desmobilização do acampamento faziam com que ele parecesse uma “favela”. Isso porque, segundo os sem terras, eles estavam ali com um objetivo que era pressionar os órgãos competentes para a realização da reforma agrária. Entretanto, a falta de perspectiva fazia com que aquele espaço se assemelhasse ao lugar de onde saíram em busca de algo melhor, ou seja, das periferias das grandes cidades. A reunião seguiu com a apresentação de Pedro e as críticas dos acampados. Nessas críticas, era recorrente a analogia entre acampamento e favela.

Pude entender melhor essa analogia em uma conversa com Jeremias após a reunião. Jeremias disse que sempre foi muito atuante no acampamento e concordava que a rotina devia ser de mobilização e de participação nas reuniões, mas ele mesmo reconhecia que cinco anos no mesmo lugar fazia com que os acampados não vissem mais sentido de terem saído de suas casas nas periferias.

Para melhor argumentar sobre a desmobilização dos acampados, Jeremias mencionava um indicador: a construção dos barracos, ou melhor, o estilo dos barracos. Segundo ele, o barraco deveria ter uma estrutura forte para sobreviver às intempéries. No entanto, para Jeremias, mesmo estando quatro anos naquele lugar, o barraco sempre foi pensado como uma moradia provisória: “Tem o mínimo para poder sobreviver, minha casa mesmo só vai ser construída no assentamento”. O que não acontecia com o barraco de sua vizinha: “Vai fazer uma visita para ela, aqueles lá já tão acomodados que no barraco tem até quarto de despensa, é uma casa, mais um tempo aqui e ela constrói uma mansão de lona preta”. A fala de Jeremias indica que mesmo o maior símbolo de unidade do Movimento Sem Terra – o barraco de lona preta – traz em si aspectos polissêmicos, os quais se referem às diversas formas de vivência no acampamento.

Não apenas o tamanho dos barracos era um sinal de “desmobilização” e, conseqüentemente, de que o espaço estava mais parecendo uma moradia permanente que provisória, mas também a quantidade de objetos, móveis e outros utensílios que possuía cada sem terra. Tais objetos são denominados “tralhas”. A vizinha de Jeremias tinha um barraco grande porque tinha muitas “tralhas”. Para Jeremias, as “tralhas” eram um sinal de que as pessoas ali não se movimentavam por muito tempo, visto que geralmente os objetos pessoais e utensílios se perdiam na “luta”. “Luta” é a referência para a participação em ocupações de

terras e outras ações como as marchas.³¹ A concepção de sem terra de Jeremias era de um indivíduo errante, que não deveria ficar muito tempo em um lugar para não perder de vista o objetivo, que era a conquista da terra. Se o sem terra tinha um barraco muito grande, organizado com muitos utensílios, era porque alguma coisa não estava certa. Assim, a categoria “favela” estava ligada a um ambiente em que as pessoas não tinham perspectiva de sair de lá, era concebido como uma morada “permanente” em relação ao acampamento que foi pensado para ser “provisório”.

Outro elemento dinamizado para justificar a analogia entre acampamento e favela se referia às relações com a prefeitura da cidade de Arroio dos Ratos. A prefeitura fornecia água ao acampamento em caminhões-pipa; a assistência médica aos acampados também era realizada nessa cidade. Para Ruth, o maior sinal de que o acampamento parecia mais com favela que com espaço de mobilização dos sem terras se devia ao fato de que o espaço estava cadastrado na prefeitura como um bairro dessa cidade: “Estão pensando até em trazer energia elétrica para cá”, dizia Ruth, indignada com a vinculação do acampamento à cidade, o que significava que a mudança dos sem terras daquele espaço poderia demorar mais um tempo.

Mas, se para alguns sem terras o tamanho dos barracos e as “tralhas” deviam ser uma preocupação menor no processo de “luta”, para outros acampados essas questões eram essenciais. Essa era a concepção da vizinha de Jeremias, a dona Judite. Essa senhora de traços indígenas conheceu os sem terras quando eles ocuparam o prédio onde ela trabalhava como faxineira: a sede regional do Ministério da Fazenda em Porto Alegre. Em todo final de expediente, Dona Judite conversava com os acampados, e através dessas conversas passou a não considerar mais os sem terras como “vagabundos”. Dona Judite se reconhecia nas histórias daqueles que viviam sob a lona preta. Depois de ter ficado muito doente devido à infecção com produtos químicos de limpeza, não pôde mais trabalhar e decidiu se inserir no MST. Dona Judite está acampada com os dois filhos adolescentes e também cuida de um neto, filho do seu filho que mora em Porto Alegre. Foi durante outras reuniões que percebi como as “tralhas” eram importantes não só para essa senhora, como também para outras pessoas.

O clima de “desmobilização” foi quebrado após o final de semana. Na segunda-feira, enquanto os setores estavam reunidos, uma movimentação no acampamento indicava que algo estava acontecendo. A movimentação se devia à presença de Mônica e Agostinho, dirigentes estaduais que faziam parte do setor frente de massas. Tanto Mônica quanto Agostinho já são assentados, mas devido à atuação nesse setor estão sempre presentes nos acampamentos. Os

³¹ Para uma abordagem dos vários significados atribuídos à categoria “luta” entre os trabalhadores rurais, ver: Comerford (1999).

acampados já os conhecem e sabem que a presença dos dois, principalmente a de Mônica, é sinal de que vem “luta” pela frente.

Mônica é um exemplo de militante para os acampados, devido à sua experiência na “luta”. Está no MST desde a década de 1980 e participou de uma série de confrontos entre sem terras e policiais no Estado do Rio Grande do Sul. Para atestar tal experiência, Pedro me informou que ela tinha sido a militante que mais tempo ficou presa, superando até os militantes homens. Apesar da participação das mulheres nesses confrontos, o fato de Mônica superar qualquer homem no número de punições significa coragem e “espírito de sacrificio”, características muito importantes para um militante sem terra. O fato de Mônica, mesmo quando grávida, não ter parado de trabalhar e agora, com a filha no colo, participar de ocupações e discussões nos acampamentos contribui para a legitimação de sua imagem frente aos acampados. Um outro elemento sempre é destacado pelos sem terras para caracterizar Mônica: “ela sempre está por perto e se preocupa com nossos problemas”, segundo dona Judite.

Mônica e Agostinho participaram da reunião da coordenação, que ocorreu logo após a reunião dos setores. Os assuntos discutidos na reunião da coordenação foram apontados logo no início pelos coordenadores de núcleo. Esse processo é denominado “construir a pauta” e há sempre um coordenador que exerce a função de fazer as anotações dos temas e organizar o debate. A cada quatro reuniões, os coordenadores se revezam nessa função. A pauta desse dia tratava do relato da reunião dos setores (que tinha ocorrido anteriormente, às oito horas), do “ponto” mobilizações (proposto pela frente de massa) e da avaliação de atividades ocorridas no acampamento durante o final de semana: o baile e uma cerimônia religiosa.

Após a pauta ter sido construída, cantaram o hino do MST. No espaço das reuniões, reza a cartilha do movimento que é necessário ter uma bandeira do MST hasteada e entoar o hino em toda reunião, bem como fazer a “mística”.³² Nesse dia coube a Jó realizá-la. Jó, um senhor que coordena o setor de saúde, distribuiu raminhos de salsa para os presentes. Perguntou o que era aquilo que tínhamos nas mãos, respondemos que era salsa, que era

³² A mística é um momento ritualístico. Tais momentos evidenciam a influência do elemento religioso no MST. Mas não se trata de uma liturgia propriamente dita, na medida em que os sem terras entendem que essa prática faz parte da vida cotidiana. Vários tipos de atividades podem ser concebidos como mística, por exemplo: a entrega de flores pelas crianças sem terras aos policiais designados para fazer a reintegração de posse da área ocupada, cantar músicas durante as reuniões. De acordo com a apresentação do Caderno de Formação nº 27 do MST: “Compreendemos que a prática da mística tem um papel fundamental, em termos individuais e coletivo, nas lutas de massa, nas comemorações e celebrações, nas alegrias, nas derrotas e nas vitórias. Tem o papel de nos animar, de nos revigorar para novas e maiores lutas. De nos unir e fortalecer. Tem o papel de nos dar consciência ideológica em nosso dia-a-dia.” Para uma abordagem sobre o papel da mística no MST, ver: Turatti (1999).

tempero. Jó explicou o mote da mística: a importância do tempero não só na alimentação, mas também para a vida, para a “luta”. Todos riram da simplicidade da mística, que parecia ter sido preparada às pressas devido à presença das lideranças de fora do acampamento. Apesar das normas para a realização das reuniões, tais como cantar o hino e fazer a mística, nem sempre isso acontece, como pude perceber em outras reuniões.

O “ponto” mobilizações apresentava dois aspectos: a questão do julgamento de militantes do movimento que ocorreria no Tribunal de Justiça de Porto Alegre e as próximas ocupações de terras. As lideranças da frente de massa propunham que os sem terras da região de Porto Alegre acampassem em frente ao Tribunal de Justiça, pois isso seria uma forma de sensibilizar o juiz e também de “dialogar com a sociedade”, isto é, de mostrar aos outros grupos sociais as reivindicações dos sem terras. As lideranças justificavam tais ações, explicando que o diálogo com a sociedade só seria possível por meio de uma ação que chamasse a atenção da imprensa.

Além dessa proposta, a frente de massa apresentou uma outra proposta de “luta” que deveria se articular com a primeira. Devido à demora da resolução da desapropriação da Fazenda Montepio, Mônica apontou que seria interessante aproveitar o período que ficariam em Porto Alegre para fazerem um protesto defronte de alguma loja da rede de supermercados Zaffari, devido à disputa judicial dessa empresa com o INCRA pela posse da Fazenda Montepio.

Mônica expôs o “caráter da ação”, designação para quais estratégias utilizariam enquanto estivessem em Porto Alegre: tratava-se de uma “luta pacífica”. O objetivo da ação era mostrar à sociedade que quem disputava aquela área não precisava dela para sobreviver e que a mídia, quando noticiava sobre o caso da Fazenda Montepio, nunca dizia que era a empresa Zaffari/Bourbon que a disputava com o INCRA. Sendo assim, ao “ocuparem” o Zaffari, não teria como a mídia esconder a presença dessa empresa na disputa.

Dessa forma, o “caráter da ação” se refere às estratégias de apresentação dos sem terras para a sociedade. Ocupar o Zaffari era uma forma de mostrar aos outros atores sociais que, diferentemente dos casos clássicos de conflitos no campo, não se tratava do proprietário ou da figura clássica do fazendeiro que defendia a terra para produzir, mas de um outro ator, que até então não era conhecido pela sociedade na disputa por terras: uma rede de supermercados.

Entretanto, se a justiça desse ganho de causa para o INCRA, não seriam os sem terras desse acampamento que seriam assentados. Como expus acima, havia outros candidatos para aquela área, que aguardavam o resultado da disputa judicial acampados em frente à Fazenda

Montepio: eram os “pré-assentados da Montepio”. A categoria “pré-assentado” retrata a situação indefinida das pessoas que foram sorteadas para serem assentadas naquela área mas que aguardavam a entrada na terra por conta da briga entre Zaffari e INCRA. A situação desses “pré-assentados” era definida da seguinte forma pelos acampados: “Ganhou, mas não levou”.

Para convencer os acampados a participarem dessa ação que não os beneficiava de forma imediata, os membros da frente de massa argumentaram que essa era uma ação do movimento de que faziam parte. Mônica questionou os coordenadores em relação à participação do grupo nessas ações. A resposta dos coordenadores só veio após a realização da “brigada do cochicho”. A “brigada do cochicho” consiste na formação de pequenos grupos de coordenadores (geralmente são cinco) que debatem as propostas da direção e depois apresentam suas idéias a todo o grupo.

Acompanhei uma das brigadas na discussão dos pontos destacados. Nessa brigada os acampados decidiram que deveriam participar em solidariedade aos “pré-assentados da Montepio”, pois em algum momento “iriam precisar deles”. Finalizada a discussão, as resoluções de cada grupo foram apresentadas. O tom que predominava nas respostas era o seguinte: que iriam sim para a mobilização, que deveriam realizar uma boa discussão nos núcleos para convencer a base a participar dessa luta porque, quando eles precisassem, os “pré-assentados da Montepio” também os ajudariam. Interessante notar as diferentes perspectivas (das lideranças da frente de massa e dos coordenadores) sobre a unificação dos acampados na luta: para os primeiros, a ação conjunta se justificava, pois todos eram sem terras organizados sob a mesma sigla; para os segundos, a participação se devia à reciprocidade futura.³³

Após a decisão, Mônica e Agostinho reforçaram as informações que deveriam ser debatidas no núcleo: o caráter pacífico da luta (por isso não deveriam levar ferramentas de trabalho como foice e facão), as informações do julgamento dos militantes e a proposta de lutas.

Nas outras reuniões da coordenação que ocorreram durante a semana, o tema da discussão era sobre a ocupação de áreas e sobre o fato de que essas ações teriam como objetivo resolver a situação dos acampados. Para tanto, se contava com a colaboração dos “pré-assentados da Montepio”. Uma das questões apresentadas pela frente de massa era se

³³ Em “Ensaio sobre a dádiva”, Marcel Mauss (2005) analisa como os grupos e os indivíduos trocam dádivas no seio de sistemas de reciprocidade, em uma lógica em que o bem engendra uma dívida simbólica a quem recebe. E é essa mesma dívida que conduz a eternização dos ciclos de dádivas nos círculos sociais. A troca diz respeito à sociedade como um todo e deriva da obrigação de dar.

todos os acampados saíam dali para realizar a ocupação. Dessa forma, ergueriam acampamento em outro lugar.

Isso porque o governo federal tinha impetrado uma ação na justiça para que os acampados desocupassem aquela área. No mês de maio, enquanto um grupo estava na marcha, as pessoas que permaneceram no acampamento receberam um aviso de expulsão. No entanto, devido à resistência dos acampados em sair da área, a justiça deu um prazo de mais alguns meses para desocuparem as margens da BR 290.

Tendo em vista essas condições, os acampados deveriam discutir se saíam dali de forma definitiva ou se resistiriam por mais um tempo na esperança de conseguir um outro prazo. Caso saíssem daquele espaço, a proposta era de um acampamento itinerante, ou seja, não mais permaneceriam em uma mesma área, mas levariam seus pertences para a fazenda ocupada e, caso fossem expulsos de lá, procurariam outro lugar para acamparem. A outra proposta era sobre o “acampamento permanente”: um grupo permaneceria no espaço para cuidar dos barracos, enquanto outro grupo faria a ocupação.

Na reunião em que foram discutidas essas questões, algumas lideranças se posicionaram a favor da saída definitiva. Defendiam essa proposta argumentando que os acampados já estavam acostumados a ficar ali por muito tempo e isso era prejudicial, pois estavam “desmobilizados” e, já que iriam ser expulsos, deveriam procurar outro lugar. O grupo que defendia essa proposta era composto basicamente por lideranças jovens, muito embora também houvesse pais de família, como Jeremias.

Não obstante, aqueles que não concordavam não permaneceram calados. Dona Judite defendeu a proposta do “acampamento-base”, pois não queria perder as “tralhas”, sendo que para isso era preciso escolher pessoas que cuidariam dos barracos. O argumento de Judite foi rebatido por outros coordenadores. A maioria deles dizia que a permanência de pessoas no acampamento iria favorecer os “sabonetes”. “Sabonete” é a categoria que designa as pessoas que não querem participar dessas ações. Segundo os acampados, um “sabonete” sempre inventa uma desculpa na última hora, de forma que, quando há a possibilidade de ficar um grupo cuidando dos barracos, são sempre as mesmas pessoas que optam por permanecer no lugar. Para conter essas atitudes, a coordenação sugeriu que as pessoas que não participassem da ocupação não seriam incluídas no próximo sorteio para assentamento.

Os coordenadores decidiram levar as duas propostas (manter o “acampamento-base” ou “acampamento itinerante”) para discutir com as famílias na reunião dos núcleos, que ocorreria após a pausa para o almoço. Jeremias e eu descemos até o seu barraco, situado há alguns metros do lugar onde se realizou a reunião. Jeremias, entusiasmado, comentava a

possibilidade de saírem dali. “É desse tipo de reunião que eu gosto, não de discussões que não levam a lugar nenhum”. Ele se referia à diferenciação que os sem terras faziam entre “assuntos políticos” e “assuntos cotidianos”: a ocupação de uma fazenda é “político”, já a saída temporária de um sem terra do acampamento é tema “cotidiano”. Para Jeremias e outras lideranças, a permanência dos acampados em um único lugar levava à proliferação de “assuntos cotidianos”. O caso das “tralhas” também era concebido como um “assunto cotidiano”, e por isso irritava tanto Jeremias.

Após o almoço, acompanhei Ruth na reunião do núcleo dois, no qual sua família estava inserida. O local da reunião ficava a alguns metros do seu barraco, sendo necessário atravessar a rua que separava os barracos da plantação de eucaliptos para ir lá. Todos os núcleos se reuniam em clareiras abertas entre os eucaliptos, situadas em pontos diferentes dessa plantação.

Chegamos ao local bem no momento em que Abisaí iniciava a reunião. Abisaí é o coordenador do núcleo dois, é casado e tem dois filhos. A tarefa do coordenador é fazer a pauta da reunião, que abrange as discussões trazidas da coordenação, dos setores e os temas destacados pelo próprio núcleo. Abisaí perguntou aos acampados que participavam dos setores se havia algum “ponto” para ser discutido na reunião. A integrante do setor de saúde, uma jovem que devia ter por volta dos vinte anos, indicou um “ponto”.

O primeiro momento da discussão foi dedicado ao “ponto” trazido pela coordenação. Nesse núcleo, a recepção da proposta de mobilização foi boa. Os homens em sua maioria disseram estar dispostos a participar e incluíam suas mulheres nessa participação. Faziam isto sem nem ao menos questioná-las se iriam ou não. Era quase um processo natural: vai o homem, vai a família. Algumas mulheres que estavam na reunião e não estavam acompanhadas dos maridos (seja porque eles não estavam no acampamento ou na reunião, seja porque não tinham maridos) não se dispuseram a participar ou a não participar. Elas permaneceram caladas.

No entanto, a discussão mais debatida entre as mulheres e os idosos ocorreu quando abordaram os temas propostos pelo núcleo. A jovem integrante do setor de saúde denominou de “ponto pulga” o assunto que apresentaria. Mencionou que a proliferação de cachorros no acampamento comprometia a saúde dos acampados devido à alta incidência de pulgas. Por isso, o setor de saúde entraria em contato com a prefeitura da cidade de Arroio dos Ratos para coletarem os cachorros. A discussão sobre a expulsão dos cachorros virou polêmica. Um senhor era contra a proposta do setor porque sua filha tinha um cachorro, que era muito bem cuidado. Argumentou que se o cachorro fosse embora, toda a sua família abandonaria o

acampamento. Após esse comentário, seguiram defesas apaixonadas sobre a expulsão ou não dos cachorros. O tema dominou a reunião. Era nítida a impaciência de Jeremias, do coordenador e de outras pessoas da reunião com a discussão quanto aos cachorros do acampamento.

A questão das “tralhas” novamente foi polêmica. A maioria dos acampados votou pela permanência de pessoas no acampamento. Estavam dispostos a participar da luta, mas não queriam perder o pouco que tinham. Defendiam esse posicionamento baseados nas circunstâncias da última ocupação realizada – a da Fazenda Montepio. Reclamavam das lideranças que tinham prometido outro lugar para acamparem caso fossem expulsos da fazenda. Quando isso aconteceu, porém, não havia outra área. Os sem terras rememoravam a situação: o grande contingente de policiais destacados para a expulsão chegou quinze minutos depois de terem rompido as cercas. Chovia muito naquele dia, e a correria fez com que perdessem parte das “tralhas”. Ao saírem da fazenda, não tinham para onde ir e tiveram que voltar para o lugar de onde tinham saído, motivo pelo qual era melhor não desmancharem todo o acampamento.

Para algumas lideranças, os “assuntos cotidianos” (cachorros e “tralhas”), além de atrapalharem o debate da “luta”, eram desgastantes em tempos nos quais não havia mobilização no acampamento; para outras pessoas, como Jeremias, era isso que cansava nas reuniões. No entanto, não haveria “luta” se as lideranças não se preocupassem com essas questões. O assunto voltou para a reunião da coordenação do dia seguinte. Quando alguns coordenadores criticaram a posição dos acampados, Mônica mencionou que essa era uma preocupação “base” e por isso deveria ser uma preocupação das “lideranças” também. Dona Judite saiu satisfeita da reunião. A imagem de Mônica como um exemplo de liderança para os acampados se fundamentava também nessa capacidade que a dirigente tinha de tratar dos “assuntos cotidianos” e do universo das preocupações políticas.³⁴

O RITUAL: A OCUPAÇÃO DA FAZENDA CABANHA DRAGÃO

As discussões ocorridas no acampamento entre acampados e frente de massa duraram uma semana. No domingo, um dia antes da ocupação, o clima era de preparação para uma guerra:

³⁴ Retomo a tensão entre “assuntos cotidianos” e “assuntos políticos” no último capítulo, ao tratar das lideranças. No quarto capítulo, enfocarei os elementos que legitimam a liderança frente à base, bem como a dinâmica da relação entre lideranças e liderados.

alguns homens cortavam lenha, outros caminhavam com arames, os integrantes do setor de saúde elaboravam remédios fitoterápicos, os professores da escola itinerante preparavam os materiais, homens e mulheres arrumavam suas “trilhas”, as lideranças faziam reuniões.

Cada núcleo escolheu uma família para cuidar dos barracos e dos pertences das outras famílias que participariam da ocupação. Tendo em vista que havia oito núcleos, permaneceriam oito famílias no acampamento.

Dias antes questionei Jeremias sobre o dia da ocupação. Jeremias me respondeu que saberíamos momentos antes. Isso porque apenas a direção e a frente de massa tinham a informação sobre o horário de saída. Apesar desses cuidados, um fato engraçado acabou com o “mistério”: seu Natanael, dirigente do acampamento, não resistindo à curiosidade dos seus vizinhos, informou-os que sairíamos na segunda de madrugada. A prática da “picunha” fez o seu papel, e em poucas horas todo o acampamento sabia o horário.

Às três horas da manhã acordei com o barulho da movimentação no acampamento. Após meia hora, eu, Ruth, Jeremias e os dois filhos do casal já nos preparávamos para partir: terminar de arrumar as “trilhas”, arrumar o colchão e levar tudo até o lugar onde estavam os caminhões da infra-estrutura. Havia dois caminhões para carregar as “trilhas” dos acampados e outros materiais como lona, madeira, alimentação, etc.

Apesar da luminosidade nos barracos devido aos fogões a lenha, o silêncio que reinava naquele lugar dava a impressão de que todos dormiam. Segundo Jeremias, no passado não se podia nem fazer fogo momentos antes de saírem do acampamento para a ocupação, para não chamar atenção. Agora o fogo é permitido, mas o silêncio tinha que ser mantido. Saí do barraco e caminhei pelas ruas do acampamento. Há também pessoas caminhando. Diferentemente dos outros dias, em que se cumprimentam efusivamente, naquele momento apenas se olhavam ou falavam aos cochichos.

Três grupos de sem terras participaram da ocupação: os acampados do “Unidos Venceremos”, os “pré-assentados da Montepio” e um grupo de acampados da cidade de Santa Cruz do Sul. Todos partiram do acampamento às margens da BR 290, pois era o mais próximo da área que seria ocupada.

As mulheres se dedicavam às tarefas domésticas. Faltavam poucos minutos para o horário da saída e Ruth fritava bolinhos, enquanto conversava com Betsabé, sua vizinha de barraco, que também ia para a ocupação com o marido e a filha de um ano e meio. Era a primeira vez que Ruth participava de uma ação desse tipo. Tentava ordenar essa experiência a partir do que fazia cotidianamente. Para aplacar o nervosismo, a mulher sem terra cuidava do café da manhã da família.

Às cinco horas e quarenta e cinco minutos, saíram três ônibus com os acampados, um ônibus com o pessoal de Santa Cruz do Sul e dois ônibus com os “pré-assentados da Montepio”. O horário era adequado para não chamar atenção, principalmente nos postos da polícia rodoviária que havia no trajeto. Próximo à entrada da estrada de terra que nos conduziria ao nosso destino, estava uma pessoa que acenou para o motorista de ônibus, orientando-o sobre o caminho que deveria fazer. No entanto, ocorreu um incidente com um dos ônibus que levava parte dos acampados do “Unidos Venceremos”: o motorista não viu a pessoa fazendo o sinal e continuou rumo à cidade de Eldorado do Sul. Todavia, através do telefone celular foram avisados a tempo pelas lideranças que estavam no nosso ônibus.

Chegamos por volta das sete horas. Quando o primeiro ônibus entrou na área, foram lançados fogos em comemoração à “tomada do latifúndio”. Foi uma entrada rápida. Dentro da área já estava demarcado o espaço no qual se levantaria o acampamento, para onde as pessoas foram encaminhadas. Esse espaço foi tomado o mais rápido possível, pois o acampamento deve ser montado mesmo quando o documento (o mandato de reintegração de posse)³⁵ chega aos sem terras momentos depois de terem entrado na área, quando ainda não montaram o acampamento.

Ficamos próximo à casa dos caseiros e ao lugar que, a princípio, pensei ser a sede da fazenda. Na verdade, tratava-se da morada dos cavalos. Segundo Pedro, o preço de cada cavalo girava em torno de cem mil reais. Além dos cavalos, ainda havia criação de gado e ovelhas.

Algumas medidas ritualísticas são tomadas após a ocupação: a entrada da área é fechada pelos sem terras e vigiada por uma equipe de segurança formada por sem terras dos três acampamentos. Cartazes com frases de ordem e bandeiras são colocados na porteira, bem como em toda a área. Na caixa de água da fazenda (na qual estava escrito o nome da propriedade), foi hasteada uma bandeira do movimento. Era comum os sem terras falarem que o símbolo no alto da caixa de água significava que o “dragão estava sob a bandeira vermelha”, uma referência ao nome da fazenda e à presença do movimento.

A montagem dos barracos demorou um pouco devido ao descarregamento das “tralhas” e também do material de infra-estrutura: lonas, paus, ferramentas. As “tralhas” eram deixadas em blocos, divididos por acampamento, de modo que cabia a cada um encontrar suas

³⁵ Mandato de reintegração de posse é um documento expedido pelo Poder Judiciário quando os proprietários da área contestam a ocupação dos sem terras. Após a entrega do documento, há um tempo determinado para a desocupação da área, que na maioria das vezes é de vinte e quatro horas.

bagagens. Enquanto os acampados procuravam as bagagens e iniciavam a montagem dos barracos e cozinhas coletivas, as lideranças realizavam as primeiras reuniões da direção.

A imprensa era uma das principais preocupações das lideranças naquele momento. Tão logo entramos na área, a coordenação – agora formada por integrantes dos acampamentos “Unidos Venceremos”, Montepio e de Santa Cruz do Sul – se reuniu para formar o grupo que faria a “linha de imprensa”. “Linha de imprensa” é a denominação para o grupo de sem terras que recebe os jornalistas, fornecendo informações sobre a ação e apresentando o espaço ocupado pelos acampados.

Na entrada da fazenda, a cena era de uma frente de batalha: do lado de dentro da cerca, sem terras munidos de foice e facão; do outro lado, quatro policiais em dois carros os observavam. Aparentemente tudo estava muito calmo. O mandato de reintegração de posse não tinha sido expedido, de maneira que os policiais não podiam fazer muita coisa a não ser observar.

A imprensa não demorou a chegar. Duas horas após a entrada dos sem terras na área outros carros estacionaram ao lado dos carros dos policiais. Esses podiam ser identificados pelos logotipos de suas empresas: Rede Bandeirantes, SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), entre outros. O grupo que formava a “linha de imprensa” se encontrava a postos na entrada da fazenda, ao lado dos que faziam a segurança. A disposição do setor de segurança e da “linha de imprensa” na entrada da fazenda simbolizava a concepção dos sem terras sobre o que deveriam proteger: a integridade física dos acampados, protegendo-os de qualquer investida violenta de quem viria de fora (isso incluía os policiais), bem como a própria imagem do movimento. Para isso, era preciso que a “linha de imprensa” recebesse os jornalistas já na entrada do espaço dos sem terras.

As armas de defesa do setor de segurança eram a foice e o facão, mas a munição, segundo os sem terras, estava nas mãos do grupo que formava a “linha de imprensa”. Tratava-se de documentos sobre a área ocupada, os quais traziam informações valiosas para a legitimação da ação dos sem terras frente à sociedade.

O proprietário da fazenda estava preso devido ao envolvimento com tráfico de drogas e crime organizado. Havia também suspeitas de que a área servia de ponto para o tráfico e que a criação de animais era apenas uma forma de mascarar a principal função daquele espaço. Segundo os sem terras, a própria imprensa, meses atrás, tinha noticiado a prisão do proprietário. Dessa forma, essas informações constituíam uma moeda de negociação muito importante para a “conquista da sociedade”.

Lucas fazia parte da “linha de imprensa”. Era com satisfação que falava daquelas informações e me questionava: “Quero ver a FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, órgão representativo dos proprietários de terra no Estado) defender a propriedade de um criminoso. E a própria imprensa será que vai ser capaz de nos acusar de ter ocupado uma área ligada ao tráfico?”

Nessa mesma época, grande parte dos fazendeiros da região (ligados à FARSUL) estava em Brasília realizando um protesto contra o governo Lula. Era o “tratoração”.³⁶ As notícias sobre a presença dos proprietários de terra no planalto eram recorrentes nos jornais regionais. O desafio dos sem terras no momento era não só ocupar a fazenda, mas também as manchetes. Disputavam com os protagonistas do “tratoração” um espaço para convencer outros grupos sociais sobre quais reivindicações eram mais legítimas. Dentre as reivindicações dos sem terras, constava a revisão do índice de produtividade das propriedades do Rio Grande do Sul, que, segundo eles, não era revisto desde a década de 1970, uma vez que essa medida era fundamental para acelerar as desapropriações de terra no Estado.³⁷

Em relação à ocupação do espaço, a estrutura organizativa se assemelha à organização do acampamento: há divisões de tarefas por setores, reuniões da direção e da coordenação, e também dos núcleos. Essas instâncias eram formadas por acampados dos três grupos que protagonizaram a ação. No entanto, se a estruturação desse evento se baseava em elementos selecionados das formas cotidianas de sociabilidade, ela também se pautava em outros. Já nos primeiros dias, os coordenadores informavam seus núcleos sobre as atividades que deveriam desenvolver naquele espaço. Tratava-se da instauração de uma nova dinâmica, que foi denominada de “mística da ocupação”.

A “mística da ocupação” era composta por uma série de atividades. Já durante a primeira reunião houve vários momentos ritualísticos, os quais faziam parte da “mística da ocupação”. Antes de iniciar os debates, a bandeira foi estendida no centro do grupo e todos cantaram o hino da organização. Agostinho pediu que buscassem um violão para que a “reunião ficasse mais animada”.

Entre uma discussão e outra, bradavam gritos de ordem e cantavam músicas do repertório sem terra. Agostinho, assim como outras lideranças da frente de massa, explicava

³⁶ Frente à movimentação dos sem terras em maio de 2005 durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, as entidades representativas dos proprietários de terras avisaram o governo Lula que, caso as reivindicações dos sem terras fossem atendidas, eles iriam de trator até Brasília. Os tratores estavam em Brasília no mês de junho.

³⁷ Os índices, aplicados somente a propriedades maiores de cinco módulos fiscais (mais de 500 hectares no Norte, de 120 em Santa Catarina ou de 200 em São Paulo, por exemplo), medem a produtividade das áreas para definir se cumprem sua função social ou se, improdutivas, são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Atualmente, apesar de todas as inovações tecnológicas no campo, os critérios utilizados ainda datam de 1975.

aos coordenadores que essas iniciativas “demonstravam força”. De acordo com Agostinho, eram necessárias porque horas após a ocupação teve início uma movimentação na entrada da área de carros dos fazendeiros da região. Por isso deveriam realizar atividades para chamar a atenção dos policiais, jornalistas e fazendeiros e lhes mostrar que “os sem terras estavam ali e estavam atentos a tudo”. Através dessas pequenas manifestações, visavam também a demonstrar união.

Cabia aos coordenadores pedir aos acampados para que não ficassem dentro dos barracos. Deveriam circular pela área munidos de foice e facão. Não se tratava de um confronto imediato, até mesmo porque a situação estava muito calma: apenas quatro policiais na frente da área, nenhum pronunciamento do proprietário, nem da justiça.

A “mística da ocupação” envolvia outras atividades. No terceiro dia de ocupação, a coordenação decidiu que deveriam se preparar para “entradas-surpresa” de policiais ou dos “bandidos”, isso porque desconfiavam que o proprietário deveria ter pessoas que faziam um serviço de segurança privada, devido à relação do proprietário com o crime. Os sem terras denominavam as supostas pessoas da segurança “bandidos”. O setor de segurança vistoriou as possíveis entradas no espaço onde estavam acampados. Cada núcleo ficaria responsável por vigiar uma entrada.

Para manter os sem terras atentos às possíveis entradas de “estranhos”, o setor de segurança preparou uma atividade em que todos participariam. Era o “trovão em alerta”. Após o terceiro estouro de rojão, todos deveriam pegar as ferramentas de trabalho e correr para uma das entradas do espaço onde estavam acampados. Com as ferramentas em punho, bradariam gritos de ordem.

Teoricamente, o “trovão em alerta” só ocorreria se detectassem a presença de “estranhos”. No entanto, nessa mesma reunião, os coordenadores decidiram realizar um teste com os acampados. Antes da reunião dos núcleos, enquanto conversava com Ruth e outras mulheres do barraco onde estávamos instalados, ouvimos um estouro de rojão, logo seguido por outro. Qual não foi o pânico das mulheres ao perceberem que aquele era o sinal do “trovão em alerta”! No terceiro estouro, Ruth segurou os dois filhos e não conseguiu se decidir se corria ou se ficava ali. Aia, uma outra mulher que estava na cozinha, em vez de correr para o lugar combinado, correu para dentro do barraco de tão apavorada que ficou. Jeremias, assim como os outros coordenadores, sabia que era um teste e mesmo assim gritava para Ruth correr, enquanto ela permanecia parada, atônita. Após alguns minutos de gritos de ordem e armas em punho, os acampados foram avisados que aquilo era um teste. A sensação de alívio fez com que boa parte risse da “brincadeira”.

O relato do teste demonstra que a “mística da ocupação” não objetivava apenas “demonstrar força” para os “estranhos”, mas também criar essa força entre os acampados. Todas essas atividades visavam também a uma eficácia: envolvê-los na “luta”. Essa era uma forma de fazer com que os conflitos existentes no acampamento não ocorressem dentro da ocupação, tendo em vista que para alguns sem terras era a rotina do acampamento que potencializava a conflagração das brigas. Já na primeira reunião dos coordenadores, era nítida a preocupação da frente de massa em “inserir os acampados no clima da ocupação”. Mônica e Agostinho pediam aos coordenadores que a discussão fosse “política” e que não se perdessem, naquele momento, em meio a assuntos “cotidianos”, como o fornecimento de água e a montagem dos barracos, pois tratariam disso depois. Naquele momento era necessário discutir outras questões, como a repercussão do evento na imprensa.

Isso porque já nas primeiras reuniões os coordenadores apontavam a existência não apenas de conflitos que eram recorrentes no acampamento, mas também de outros advindos da nova situação. A montagem dos barracos era um exemplo dos novos problemas. Diferentemente do acampamento, na ocupação os barracos deveriam ser coletivos, onde deveriam dormir uma média de quinze pessoas. Essa medida foi tomada para economizarem material, mas também para manter os acampados mais próximos. No entanto, já no primeiro dia algumas famílias fizeram barracos individuais, não agradando os outros que tinham que dividir o espaço onde dormiam. Mesmo sob os pedidos clementes das lideranças para que na primeira reunião da coordenação fossem debatidos “assuntos políticos” e não “assuntos cotidianos”, o tema dos barracos individuais superou qualquer debate mais “político”.

Uma outra atividade que fazia parte da “mística da ocupação” foi proposta pelo setor de comunicação. No acampamento, o setor de comunicação é responsável por realizar a programação da “rádio-poste”. A “rádio-poste” é um sistema de comunicação entre os acampados que é formado por um amplificador, um ou dois microfones e um alto-falante, o qual é instalado em alguma árvore ou poste do acampamento. No cotidiano às margens da BR 290, esse sistema era utilizado para chamar um ou outro acampado e para anunciar os horários das reuniões.

Como medida de segurança, Lucas (que devido à sua experiência com meios de comunicação auxiliava os integrantes do setor de comunicação) expôs que o som, na ocupação, não deveria proceder como nos acampamentos: chamando pessoas pelo nome para comparecer a alguma reunião, ou mães procurando os filhos. Segundo Lucas, o setor de comunicação, durante a ocupação, era um “setor estratégico”, pois deveria trazer informações para os acampados sobre o que a mídia noticiava, bem como o posicionamento do proprietário

e da justiça, ou seja, deveria promover o “debate político”. Essa função “estratégica” do setor exigia um outro “caráter” para a comunicação entre os acampados. O setor de comunicação propôs a elaboração de uma grade de programação que funcionaria pela manhã (no despertar) e no final da tarde (fim das reuniões), com músicas e entrevistas realizadas com dirigentes e acampados. A programação seria realizada pelos próprios integrantes do setor.

Essas medidas evitaram alguns conflitos, mas serviu de estopim para outros, principalmente para acirrar uma briga antiga entre acampados e “pré-assentados da Montepio”. Durante a reunião da coordenação que ocorreu na manhã do quinto dia da ocupação, Joab, o senhor que coordenava o setor de comunicação no acampamento “Unidos Venceremos”, destacou um ponto a ser discutido pelos coordenadores, o “ponto respeito”.

Joab tem quarenta anos, está acampado há três anos e de todas as funções que já realizou no acampamento, a com que mais se identificou é o setor de comunicação. Era a voz dele que mais se ouvia naqueles dias: lia poemas, anunciava músicas, apresentava as pessoas que seriam entrevistadas. Nessa reunião, Joab dizia estar chateado com a “falta de respeito de alguns companheiros”. Os poucos aparelhos do sistema de comunicação dos acampados ficavam em um barraco próximo ao barraco do núcleo seis, que era ocupado por jovens do grupo da Montepio. Principalmente no final do dia, por volta das dezoito horas (quando começava a programação da noite), eram recorrentes as brincadeiras desses jovens com aqueles que falavam na “rádio-poste”. Se alguém fosse ler um poema ou pedir uma música, virava alvo de chacota do grupo que estava no barraco vizinho. José se queixava desse comportamento dos jovens, uma vez que ele intimidava as pessoas que queriam falar na rádio.

Ao expor seu descontentamento, o coordenador do setor de comunicação enfatizou que esse era o comportamento do “pessoal da Montepio”. Tal comentário desencadeou um longo debate na reunião. Joab, ao falar que os “pré-assentados” não respeitavam os outros companheiros, tocou na delicada convivência entre acampados e “pré-assentados”.

Natanael (o mesmo dirigente que informou a todos sobre o horário da ocupação) concordou com Joab. Disse que os “pré-assentados da Montepio” se sentiam no direito de fazer essas coisas porque foram assentados, e que por isso se achavam “superiores” aos acampados. Mas Natanael também lembrava que o assentamento do grupo da Montepio só foi possível porque os acampados tinham também ajudado na “luta”. Sendo assim, os “pré-assentados” estavam em dívida com eles, o que não justificava o “sentimento de superioridade”. Berzelai, que é pré-assentado e dirigente do grupo, ofendeu-se com as acusações de Joab e retrucou dizendo que era uma injustiça o que estavam falando, porque

eles estavam naquela ocupação para ajudarem os acampados e que por isso não estavam em dívida com ninguém.

A briga continuaria a manhã inteira se Agostinho não intervisse. A liderança da frente de massa chamou a atenção dos coordenadores, pois estes estavam causando mais problemas que a “base” ao levar essas “picunhas” para uma reunião que deveria pautar o “debate político”, que naquele momento a preocupação era com a unificação do acampamento na “luta” e não com disputas internas. Também mencionou que a conquista da Montepio não era de um grupo só, mas do movimento como um todo. Para enfatizar essa união, Agostinho segurava a bandeira do movimento enquanto tentava acalmar os ânimos das outras lideranças. Seu gesto tinha como objetivo lembrar aos dirigentes que aquele era o símbolo da identidade sem terra. Mas a lógica dos dons e contra-dons predominava entre as outras lideranças. Estes se reconheciam e se identificavam com esses símbolos, mas ainda assim a diferença entre “acampados” e “pré-assentados” também fazia parte da experiência sem terra.

Podemos compreender a “mística da ocupação” a partir da abordagem de Tambiah (1985) sobre os rituais. Para Tambiah, os rituais são sistemas de comunicação simbólica que, além da função enunciativa, visam a uma eficácia. São rituais performáticos. Tais performances apresentam os seguintes aspectos: uma repetição de formas e seqüências que caracteriza o repertório de ações do grupo e elementos reflexivos próprios da singularidade do evento, os quais são dinamizados a partir dos interesses dos participantes. Dessa forma, estão abertos à significação em um contexto específico.

A “mística da ocupação” se constitui como ritual à medida que apresenta uma estrutura comum às formas de ação política dos sem terras (a própria forma-acampamento). Por meio das atividades que constituía a “mística da ocupação”, os sem terras visavam a transmitir mensagens para outros atores sociais (mídia, latifundiários e Estado). No entanto, a performance também agia sobre o próprio grupo, promovendo a identificação com os constructos ideológicos do Movimento Sem Terra. Através da performance, dinamizavam vários meios comunicativos que possibilitavam o envolvimento dos agentes na situação: a função “estratégia” do setor de comunicação, o “trovão em alerta”.

Outros trabalhos apontam para o fato de que o repertório de formas performáticas do MST é formado pelas marchas, ocupações, acampamentos e jejuns.³⁸ Dessa forma, poder-se-ia questionar por que abordo a ocupação como ritual, excluindo dessa concepção o acampamento às margens da rodovia. A explicação se encontra na teoria de Tambiah, a qual

³⁸ Aqui destaco o trabalho de Chaves (2000) sobre a Marcha Nacional por Reforma Agrária, emprego e justiça realizada pelo MST no ano de 1997.

destaca que os rituais não são definidos *a priori* pelo etnógrafo. A distinção entre o extraordinário e o cotidiano é realizada pelos próprios agentes, cabendo ao pesquisador detectá-la. Tendo em vista a especificidade da trajetória dos sem terras do acampamento “Unidos Venceremos”, a ocupação é o momento extraordinário. Isso se deve também à especificidade do contexto sociopolítico em que se movimenta os sem terras e a “organização”: acuados por medidas provisórias que restringem às ocupações em massa (como as realizadas no passado) pela idéia hegemônica de que no Rio Grande do Sul não há terras improdutivas (que encontrava respaldo nas propagandas das cifras do agronegócio e no alto índice de produtividade) e pela própria indecisão em relação a um governo que se apresentava como defensor da reforma agrária, mas que até aquele momento não cumpria as promessas de campanha: Que posição tomar? Romper com Lula ou apoiá-lo? Eis o dilema da “organização”.³⁹

A “mística da ocupação” não tinha uma fórmula pronta, apesar de se basear em outras experiências de ocupações. As atividades realizadas pelos sem terras durante a permanência na Fazenda Cabanha Dragão seguiam o ritmo da “conjuntura”. A categoria nativa “conjuntura” significa contexto, e esse contexto é construído pelos sem terras e pelos agentes do campo dos conflitos agrários (HOFFMANN, 2002).⁴⁰ Dessa forma, a dinâmica da ocupação era orquestrada a partir da reação desses agentes em função das ações dos sem terras. Assim, outras atividades marcaram a “mística da ocupação” a partir do momento em que o Poder Judiciário determinou que os sem terras saíssem da área.

A briga entre acampados e pré-assentados coincidiu com a chegada do mandato de reintegração de posse. Apesar de tantas brigas e confusões, todos estavam inconformados com o fato de que saíam dali para retornar aos seus barracos sem angariar resultados concretos. Um sentimento de impotência atingia a todos: “Quer dizer que saímos de onde estávamos,

³⁹ A hesitação em relação ao governo Lula se comprova em várias atitudes do MST. Os sem terras deram uma “trégua” (não realizavam ocupações ou outros protestos) de um ano para o governo Lula, esperando que ele realizasse as promessas de campanha em relação à reforma agrária. A trégua acabou com o “Abril Vermelho”, a primeira onda de ocupações realizadas pelo MST após a chegada dos petistas ao poder. Durante a Marcha Nacional (já em 2005), a hesitação continuava. A estratégia da “organização” era criticar Antônio Palocci (ministro da Fazenda) e não o presidente. Atribuía os rumos da política econômica ao homem que chefiava o ministério responsável pela mesma, enquanto Lula permanecia como um objeto sagrado que não podia ser profanado. Em meados de 2005, a onda de denúncias sobre corrupção no governo Lula fez com que os atores políticos (partidos, sindicatos e movimentos sociais) se posicionassem: uns defendendo o governo, outros o atacando. Enquanto alguns realizaram uma marcha contra o governo, outros protestaram contra a corrupção, mas não condenaram Lula. O MST estava inserido no segundo grupo.

⁴⁰ Em sua tese de doutorado, Hoffmann (2002), baseado na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, denomina “campo dos conflitos agrários” a relação dos sem terras com um conjunto de agentes que atuam nos conflitos por terras no Brasil: proprietários de terras, Igreja, sindicatos, Estado, imprensa.

chegamos aqui e agora vamos sair assim sem fazer nada?” Essa era uma questão comum entre “acampados” e “pré-assentados”.

Tanto as cartilhas e os livros da “organização” quanto trabalhos acadêmicos que tratam do Movimento Sem Terra apresentam a questão da resistência como uma característica atribuída aos sem terras devido aos exemplos históricos de permanência na área mesmo em situações muito difíceis, como as que envolvem confronto com a polícia e com os proprietários. Os acampados se identificavam com essa característica, mas não atribuíam essa resistência apenas à inserção no MST. A categoria que os sem terras utilizavam para se definir como resistentes era a “teimosia”. Jeremias definiu a “teimosia” ao me explicar o que tinha pesado em sua decisão de ir acampar. Jeremias mencionou que tinha saído da periferia não apenas em busca de soluções concretas, pois sabia que não era fácil ter um pedaço de chão: “Se eu fosse proprietário, também não daria a minha terra”, era explicação que ele elaborava ao se colocar no lugar do “inimigo”. O que Jeremias buscava era mais uma perspectiva, uma vida longe da violência da periferia. Nesse sentido, Jeremias considerava que era “teimoso” porque poderia continuar em um ambiente também identificado com violência e pobreza, mas “queria ser pobre de outro jeito”. “Ser pobre de outro jeito” sempre foi uma estratégia constante traçada por Jeremias, haja vista a gama de atividades que ele realizou: comerciante, articulador de ocupações urbanas e agora sem terra.

Viver às margens da rodovia era mais um tipo de resistência na vida de Jeremias e dos outros acampados. No entanto, como ponderei ao longo do capítulo, a rotina do acampamento se impunha de tal forma que a maioria dos acampados já não percebiam a permanência nesse espaço como resistência, mas sim como resignação. Por isso, o descontentamento dos sem terras em ter que sair da fazenda não se pautava na idéia de serem assentados ali o mais rápido possível. Os sem terras sabiam que as dificuldades em se conseguir terra eram tantas e a possibilidade de mudar radicalmente de vida era tão remota que essas pessoas reivindicavam apenas não ter que voltar para o mesmo lugar.

Quando o mandato de reintegração de posse foi lido para os coordenadores, a maioria deles defendeu a permanência no local e disse que se necessário entrariam em confronto com a polícia. As lideranças da frente de massa descartaram essa possibilidade de imediato devido à experiência em outras ocupações na região de Porto Alegre: para fazer as expulsões, a polícia militar destacava um grande contingente e havia poucas pessoas no acampamento para fazer esse tipo de “resistência”, assim como também era preciso pensar nas crianças.

A alternativa que restava aos sem terras era demonstrar união aos que consideravam “inimigos” e novamente realizaram atividades que chamariam a atenção da imprensa. A

estratégia era mostrar força mesmo em um momento em que se sentiam acuados. Para tanto, realizaram uma das últimas atividades que marcou a “mística da ocupação”: fazer uma horta no lugar onde estavam os bois.

A movimentação no acampamento marcou a manhã do sétimo dia de ocupação: mulheres e homens carregavam rolos de arames, paus e pedras para a construção de trincheiras perto da entrada da fazenda. Próximo ao espaço onde os cavalos ficavam alojados, havia um pasto para ovelhas e bois; nesse lugar os acampados plantaram sementes de hortaliças.

A eficácia de uma prática ritualística como a horta permite traçar uma analogia entre os Nuer, retratados por Evans-Pritchard, e os sem terras. Os Nuer apresentavam uma tendência à segmentação e oposição devido à variabilidade de disputas entre os grupos. Tal segmentação caracterizava tanto o sistema político quanto o sistema de linhagens. A unificação ocorria quando os Nuer entravam em confronto com os Dinka (tribo vizinha e rival). A relatividade dos grupos políticos Nuer se assentava em dois princípios: o de fusão e o de fissão. No caso dos sem terras, o cotidiano marcado por momentos de fissão era redefinido através das práticas ritualísticas que promoviam a fusão do grupo, principalmente quando o objetivo era chamar a atenção da imprensa. Era através da imprensa que se confrontariam com seus diversos rivais: os latifundiários, o Poder Judiciário...

Como podemos perceber ao longo da descrição dos eventos ocorridos na ocupação da Fazenda Cabanha Dragão, um outro aspecto importante constitui a experiência sem terra: trata-se da relação com a imprensa. É preciso considerar que “base” e “lideranças” concebem essa relação de formas diferentes, e as diferentes perspectivas promoviam conflitos sérios entre representantes e representados.⁴¹ Mas, se são as lideranças que mais se preocupam com as estratégias para chamar a atenção dos jornalistas, não há como negar o envolvimento da “base” nessas estratégias, isso tendo em vista que foi durante as atividades que visavam às pautas dos jornalistas que os sem terras se uniam, deixando as distinções do grupo em segundo plano (como o caso da horta).

A mídia é concebida de diversas formas pelos sem terras e tais concepções devem ser entendidas à luz das estratégias que o grupo traçava para alcançar seus objetivos. Em determinados momentos os sem terras entendiam a mídia como um ator social autônomo, o mesmo estatuto atribuído aos latifundiários. A imprensa era mais um grupo “inimigo” e por isso era necessário se salvaguardar de suas investidas. A principal investida da mídia, segundo

⁴¹ Problematizo essa dimensão entre lideranças e liderados no último capítulo.

os sem terras, eram as notícias que tentavam criminalizar o movimento e associá-los a criminosos. É por isso que as informações sobre a área ocupada eram uma moeda importante para os sem terras, pois a preocupação não era apenas atingir os fazendeiros da FARSUL, mas também a imprensa.

No entanto, em outras situações a mídia perdia esse caráter autônomo e era representada como um mero instrumento de classes, e no caso, dos “burgueses”. Há vários significados para a palavra “burguês” entre os sem terras: eles são os proprietários dos meios de produção (os proprietários, por exemplo), mas “burguês” também era utilizado para classificar as diferenças de trajetórias entre sem terras e pessoas que eram identificadas com outros espaços, como a universidade, por exemplo.⁴² O fato de os meios de comunicação da RBS não terem noticiado a ocupação, dando prioridade ao “trato” dos proprietários de terra, era explicado por Mônica da seguinte forma: “A RBS é a mídia do latifúndio, da burguesia”.

Contudo, ao nos determos nas práticas cotidianas dos sem terras, percebemos que a mídia é antes de tudo a mediação necessária para a legitimação de suas ações perante outros atores sociais. E para isso são desenvolvidas inúmeras estratégias para a ocupação das manchetes. Como respondeu Lucas ao ser questionado sobre essas estratégias, para os sem terras a relação com a mídia é um jogo:

Então, é uma relação ambígua, porque ao mesmo tempo em que você cria a relação hostil, até pela forma como a mídia nos ataca muitas vezes, ao mesmo tempo você tem que se utilizar dela. Então é um jogo, na verdade, é um jogo e vai depender do jornalista, vai depender da forma como você pauta, porque no momento em que você pauta uma ocupação, eles têm que noticiar, porque senão outra emissora vai noticiar. Aí eles são obrigados a noticiar, porque existe o fato que mexe com toda uma comunidade, com toda uma população e aí você também tem um outro processo de relação com a mídia que é muito interessante, é o fato de que tem repórteres e repórteres, jornalistas e jornalistas, uns mais comprometidos e outros não comprometidos com a luta. É importante para o trabalho deles e é importante para o nosso trabalho.

A partir das estratégias dos sem terras e do depoimento de Lucas, podemos entender que as ações se inserem em uma disputa pela imagem que se orchestra também a partir de relações personalizadas. Apesar de no discurso apresentarem a relação entre mídia e MST a partir de uma explicação classista (ora é instrumento de uma classe, ora se constitui como uma classe tão autônoma quanto os latifundiários), as práticas revelam que se trata também de

⁴² Como demonstrei no primeiro capítulo, o meu vínculo com a universidade fez com que os sem terras me identificassem como “burguesa” em um determinado momento da pesquisa.

uma troca: os sem terras fazem a ação que visam às margens das pautas jornalísticas e os jornalistas têm o material que garantirá o trabalho do dia.

CAPÍTULO III – QUERO SER COLONO NA PÁTRIA LIVRE OPERÁRIO-CAMPONESA: A DISTINÇÃO “URBANOS” E “CAMPONESES”

A caracterização do grupo sempre foi um tema recorrente nas conversas com os sem terras. Desde o primeiro encontro ocorrido naquele barraco-escola da ocupação do INCRA, conforme relatei na discussão sobre a inserção em campo, a diferença entre “camponeses” e “urbanos” era acionada toda vez que os acampados falavam de quem fazia parte daquela ocupação.

No entanto, as categorias “urbanos”/“camponeses” não eram acionadas apenas como forma de distinção dentro do grupo. Ao se relacionar com os jornalistas, juízes de direito, oficiais de justiça, os sem terras estrategicamente acionavam tais categorias de acordo com a imagem que acreditavam ser a mais legítima frente aos “outros” e ao contexto no qual se apresentavam.

Neste capítulo, enfoco alguns eventos e conflitos ocorridos entre esses acampados. Tais eventos demonstram como os sem terras redefinem suas práticas e narrativas a partir da relação entre “camponeses” e “urbanos” no acampamento. Para tanto, parto das discussões de Norbert Elias sobre as relações de poder fundadas na distinção. Em seus estudos sobre a sociedade de corte francesa e sobre a comunidade de Winston Parva, Elias nos apresenta chaves interpretativas importantes para entendermos as complexas diferenças entre grupos e

entre indivíduos dentro de um mesmo grupo. De acordo com este autor, é preciso atentar para os aspectos simbólicos em que se assentam tais diferenças. Tal leitura é sugestiva para o tema aqui debatido à medida que as diferenças entre “urbanos” e “camponeses” era destacada a partir do estilo de vida e comportamento, envolvendo elementos distintivos como o tipo de roupa, o gosto musical, dentre outros.

No que se refere às estratégias de manipulação dessa distinção, resgato as discussões de Edmund Leach sobre os sistemas políticos na Alta Birmânia. Ao tratar dos sistemas Gumsa e Gumlao, o antropólogo inglês os toma como idealizações apresentadas como diversas e antagônicas, mas em suas aplicações práticas estão inter-relacionadas, pois “em termos de organização política as comunidades Kachins oscilam entre dois tipos polares – ‘democracia’ gumlao, de um lado, e autocracia chan, de outro.” (LEACH, 1995:72). A distinção entre os sem terras acampados se baseia em identidades idealizadas, referentes à vida no campo e na cidade. Algumas características são atribuídas aos “camponeses” e outras aos “urbanos”, e estas são concebidas como antagônicas. Entretanto, alguns indivíduos no grupo, assim como o próprio grupo, manipulam essas identificações – ora acionando o ideal de “camponês”, ora acionando o ideal de “urbano” – de acordo com as estratégias convenientes ao contexto e à imagem com a qual querem ser identificados.

NO ACAMPAMENTO DO INCRA

Foi no final da tarde de uma sexta-feira que cheguei ao acampamento para permanecer durante todo o final de semana, conforme tinha combinado com Pedro e Lucas, o casal que gentilmente dividiu o barraco deles comigo nos primeiros tempos da pesquisa. Enquanto eu me instalava no barraco do casal, Lucas comentava sobre as pessoas que integravam o acampamento: “Nós aqui temos uma formação muito parecida com o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados)”. Lucas se referia ao fato de que naquele grupo havia muitos “urbanos” e poucos “camponeses”. Mas foi durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária que pude entender melhor a diferença destacada por Pedro e Lucas.

Realizamos o caminho de Porto Alegre a Goiânia em dois dias. Esse tempo dentro do ônibus foi importante para compreender como se configurava a distinção entre “urbanos” e “camponeses”. Se no primeiro momento da pesquisa meus anfitriões se identificavam como “urbanos”, durante a marcha quem fez o papel de porta-voz dos acampados foi Simão, que se dizia “camponês”.

Simão conhece bem a maratona de marchas, ocupações e acampamentos do Movimento Sem Terra. Sua família morava na zona rural de Palmeira das Missões, cidade situada na região norte do Estado. Como não tinham propriedade, trabalhavam de meeiros, ou seja, parte do que produziam era entregue como forma de pagamento ao dono da terra que cultivavam. Foi através da Igreja Católica que o pai de Simão conheceu o MST e em 1987 foi acampar. Simão tinha seis anos quando seu pai tomou essa decisão. Segundo me explicou, naquela época era comum apenas um membro da família ir acampar, porque não havia fornecimento de alimentação pelo governo, como ocorre hoje nos acampamentos. Dessa forma, cabia à própria família a responsabilidade pela alimentação do acampado.

Aos doze anos, após um período de estudo em um colégio no assentamento, Simão fez o primeiro curso de formação política para militantes.⁴³ Aos vinte anos, foi acampar para conseguir a própria terra. Devido à experiência acumulada em tantos anos de estudo e participação em ações do MST, foi convidado para trabalhar na região de Porto Alegre, na organização de acampamentos. Após três meses de trabalho, foi eleito para a frente de massa dessa região. Ao relatar sua trajetória, Simão expôs que a maior dificuldade nesses anos de militância foi quando tinha vindo para Porto Alegre, isso porque os sem terras daqui eram muito diferentes dos sem terras de seu acampamento de origem.⁴⁴

[...] e ali era para eu ficar quarenta e cinco dias e eu acabei ficando três meses, interno, dentro do acampamento... Foi o teste mais difícil para mim... Eu não saí para ir a Porto Alegre, três meses em Nova Santa Rita, coordenando acampado... Gente de outro mundo, eu com valores camponeses coordenando acampados... que vieram até da rua. E isso foi uma experiência muito forte para mim enquanto ser humano, enquanto ser humano mesmo. Não tinha, não tive esse contato até então com esse tipo de pessoa... E pela minha formação de vida, esse meu estilo meio calmo e tal, essa formação de Igreja, porque o meu pai vem desse ramo de Igreja, eu estudei em seminário...

A “gente de outro mundo” que a liderança mencionou eram os “urbanos”. Meninos tatuados, um *ex-hippie*, gente que nunca tinha trabalhado com a terra e que vivia nas periferias das cidades da região metropolitana de Porto Alegre. A diferença apontada por

⁴³ O MST tem diversos cursos para formação política dos seus militantes. O mais básico é o curso prolongado, que tem duração de quarenta e cinco dias. Nesse curso, os militantes estudam, entre outras coisas, História do Brasil e das lutas sociais pela terra. Cabe lembrar que foram os padres católicos os primeiros responsáveis pela formação política dos militantes nos primeiros anos de existência do MST. Em 1988, foi criada a Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU), que marca o desenvolvimento de uma estrutura de formação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁴⁴ “Acampamento de origem” é a forma como os sem terras designam o lugar aonde foram acampar. Essa categoria é utilizada pelas lideranças, pois transitam mais que a “base” devido à participação na organização de outros acampamentos.

Simão se refere às trajetórias anteriores dessas pessoas tanto em relação ao tipo de trabalho quanto ao local de moradia, bem como à inserção na militância política.

Ao ter se apresentado como “camponês”, Simão se distinguiu de outros dirigentes – as pessoas que exerciam alguma função diretiva no acampamento – como Lucas, que nunca estudou em seminário e iniciou suas atividades políticas dentro do partido, ou Jeremias, que atuava em ocupações urbanas antes de se tornar sem terra.

As primeiras horas dentro do ônibus foram de muita agitação entre os sem terras, principalmente quando era preciso escolher algum tipo de música. Discussões infundas sobre quem seria o *disc jockey*, mas principalmente sobre o tipo de música: uns queriam música regionalista ou caipira, a maioria queria ouvir *hip hop* e *rap*. Na entrada da cidade de Goiânia, a agitação, que tinha sido vencida pelo cansaço das horas de viagem, voltou de forma mais intensa principalmente quando os ônibus de sem terras de outros Estados passavam por nós agitando as bandeiras vermelhas, símbolo do movimento.

Motivado pelas luzes da capital goiana, Jacó, um jovem acampado, indagou sobre o número de habitantes daquela cidade. Disse que morou em uma das maiores favelas de Porto Alegre, uma das mais violentas também. As tatuagens que tinha no braço foram feitas quando ainda morava lá, mas disse que iria fazer outras. Quando eu o questionei sobre a decisão de vir acampar, ele respondeu: “Quero ser colono”. Para os acampados do sul do país, colono é quem mora ou veio do meio rural. Trata-se de uma referência às colônias formadas por imigrantes no século XIX no Rio Grande do Sul, os quais trabalhavam em pequenas propriedades.⁴⁵ Nesse sentido, “colono” é sinônimo de “camponês”. Jacó, apesar de nunca ter morado no meio rural, nem ao menos em cidades do interior do Estado, inseriu-se no movimento em busca de um ideal: “ser colono”.

Entretanto, o ideal do menino de se tornar “colono” não se realiza sem contradições, que se expressaram em um conflito ocorrido nos últimos dias da Marcha Nacional. As leituras que os acampados fizeram desse conflito nos informam sobre suas concepções do “urbano” e do “camponês”, que passarei a referir no item que se segue.

COM O PÉ NA ESTRADA

Após as quatorze ocupações de terras e um acampamento na cidade de Taguatinga, realizados entre os dias 2 e 15 de maio de 2005, chegamos a Brasília. Na capital, o acampamento foi

⁴⁵ Para uma maior compreensão da história da imigração no Rio Grande do Sul, ver: Dacanal (1980), Roche (1969), Zarth (2002), Silva (2004).

erguido em um espaço dentro da cidade, próximo a *shopping centers*, lojas e bares. Apesar das orientações de dirigentes estaduais e nacionais para que as pessoas não ficassem transitando pela cidade, era praticamente impossível conter a multidão de jovens dentro do acampamento, principalmente após o descanso de uma manhã inteira de caminhada. O barraco em que descansávamos era dividido com um grupo de assentados da região sul do Rio Grande do Sul. Na tarde do penúltimo dia de marcha, enquanto eu conversava com o dirigente dos assentados, este me informou que os “acampados” tinham envolvido os “assentados” em um problema que os envergonhava muito.

O problema era que um jovem do grupo dos acampados tinha sido pego pela segurança de um *shopping center* ao tentar roubar um tênis. Identificado o culpado, a direção estadual do movimento discutiu o assunto não apenas com o dirigente dos acampados, mas também com o responsável pelo grupo dos assentados. Os assentados estavam indignados, pois “aquilo não era com eles, era com os acampados”. O dirigente dos assentados tentava achar uma explicação para o fato: “Ele (o rapaz) nem fica envergonhado, mas já está acostumado mesmo, é menino de vila”. “Menino de vila” era a forma como os sem terras, tanto acampados quanto assentados, se referiam aos jovens que moravam antes em bairros da periferia das grandes cidades, no caso, da capital gaúcha.⁴⁶

Todo assentado presente na marcha foi, muito provavelmente, acampado algum dia na vida. Apesar de unidos pela mesma bandeira nesse protesto ao governo Lula, os interesses daqueles que lutam pela terra e dos que já a conquistaram eram bem diversos. Enquanto os assentados estavam atrás de crédito para a produção, os acampados questionavam a lentidão no processo de desapropriação de áreas para a reforma agrária. Mas essa era apenas uma das divergências; a outra forma de distinção entre os dois grupos era demarcada pelos assentados quando evocavam a sua experiência anterior de acampados. Afinal, eles já sabiam bem o que era ser um acampado e tinham ultrapassado essa etapa.

Para os assentados, alguns problemas só poderiam acontecer com os acampados, por exemplo: a “desorganização”. Um exemplo de desorganização apontado pelos assentados se referia à forma como as reuniões eram realizadas entre um grupo e o outro. Para os assentados, as reuniões entre os acampados duravam mais tempo porque estes não sabiam se organizar na hora da discussão das temáticas e não tinham clareza do que estavam discutindo.

O caso do roubo também era visto como uma desorganização do grupo, principalmente no que se referia ao processo de seleção de quem acompanharia a marcha. De

⁴⁶ A designação “vila”, em Porto Alegre, é equivalente a “favela”, termo utilizado em outras partes do país. Em algumas situações, os sem terras falavam “favela” em vez de “vila”, conforme aponto no segundo capítulo.

acordo com os assentados, os acampados deveriam ter mais cuidado nessas escolhas, pois a marcha era um evento importante para o movimento, de forma que era arriscado trazer qualquer pessoa dos acampamentos. Atribuíam a desorganização dos acampados à falta de formação política, que, segundo os assentados, eles já tinham adquirido quando estavam acampados. Sendo assim, a distinção entre acampados e assentados se pautava na experiência que uns tinham em ser sem terras e outros não. Como os assentados já tinham passado pela maratona de reuniões e ações realizadas durante o período em que estavam acampados, certos problemas só poderiam ocorrer com acampados e não com assentados.

No entanto, de acordo com a explicação do dirigente dos assentados, o caso do roubo, além de ser um problema de “organização”, próprio dos acampados, era também uma questão daquele acampamento específico, isso porque era formado por “meninos de vila” e não por “camponeses”.

EM BRASÍLIA

Ao chegarmos ao acampamento situado no estádio Mané Garrincha (estávamos muito próximos do Palácio do Planalto), os acampados se reuniram para esclarecer a questão do roubo e deliberar sobre o futuro do réu. Extraordinariamente, a direção estadual enviou um representante para aquela reunião; este era Mateus. Assentado ainda no início da década de 1990, Mateus era respeitado pelos sem terras devido à sua experiência de luta. Participou da formação do MST no Rio Grande do Sul e é da região norte do Estado. Ao seu lado na reunião estava Salomé, que era mais próxima dos acampados que Mateus, pois participava da organização do grupo. Ao contrário de Mateus, Salomé não tinha tanta experiência no movimento. Sua posição de destaque na organização se devia a outra experiência de militância adquirida antes de ter se tornado sem terra. A jovem dirigente participava de uma federação de anarquistas de Porto Alegre. Uma outra diferença que Salomé sempre destacava em relação aos seus companheiros era o fato de que é “urbana”.

Salomé iniciou a reunião apresentando Mateus e logo passou a palavra para o dirigente. Este lamentou estar ali para informá-los do caso do roubo. Seu objetivo era apenas relatar como a direção estadual ficou sabendo do ocorrido, cabendo ao próprio grupo de acampados resolver a situação de Esaú. A postura de Esaú durante a reunião foi a mesma de um réu. Apesar de não estar em um lugar de destaque, como acontece nos tribunais, Esaú

permaneceu de cabeça baixa o tempo todo e só se manifestou quando Mateus perguntou se ele tinha alguma coisa a esclarecer para o grupo.

Assim como Jacó, Esaú queria ser “colono”, apesar de ostentar todas as insígnias do ideal de “urbano” do grupo: o jovem de vinte anos tem várias tatuagens pelo corpo, gosta de *rap*. Apesar de ele morar com a família em um dos barracos do acampamento, apenas ele foi escolhido para vir para a marcha. Esaú disse estar arrependido por envergonhar os acampados e que tinha tentado roubar o tênis sob a influência de outros rapazes, também sem terras, mas de outro Estado. Seus companheiros de grupo balançavam a cabeça em tom de desaprovação ao ouvi-lo. Esaú pediu desculpas e logo se calou. Mateus disse já ter cumprido sua função. Antes de se despedir do grupo, porém, enfatizou o entendimento da direção estadual sobre o ocorrido. Tratava-se de uma irresponsabilidade individual que era responsabilidade do coletivo, fato que de certa forma comprometia o esforço de defesa da imagem da “organização” e da própria marcha. No entanto, como foi uma falha “contra o patrimônio e não contra o ser humano”, a direção estadual achava que o jovem merecia uma segunda chance, pois poderia ser “reconstruído”.

Após a despedida de Mateus, o caso foi discutido pelos acampados. Alguns concordaram com o argumento deste dirigente e advogavam, baseados na possibilidade de “reconstrução” do rapaz, uma segunda chance para Esaú. Outros achavam que o delito era muito grave e que por isso o réu deveria ser “punido”.

As categorias “punição” e “reconstrução” estão intimamente ligadas às categorias “vícios urbanos” e “valores camponeses”. Apesar de ter optado por ser colono, Esaú roubou um tênis, ou seja, um símbolo (ao lado das tatuagens e das roupas coloridas) do mundo urbano. Para os sem terras acampados, a ação de Esaú se justificou pelo fato de que este nasceu e se criou na periferia de Porto Alegre. É um comportamento marcado por “vícios urbanos” e não por “valores camponeses”. Entretanto, o que está em jogo nessas concepções sobre a cidade e sobre o rural?

CAMPONESES TATUADOS? NÃO SE FAZ MAIS SEM TERRA COMO ANTIGAMENTE...

Podemos pensar essas questões a partir das considerações que Norbert Elias destaca no livro *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000). Assim como os moradores de Winston Parva (ELIAS, 2000), as diferenças entre “urbanos” e “camponeses” se baseavam em um modelo moral. Ao estudar a pequena comunidade de operários ingleses, Elias demonstra que, apesar

da condição econômica similar, um grupo dessa comunidade se identificava e era identificado por outro grupo como superior. Elias os denominou, respectivamente, “estabelecidos” e “outsiders”. Tal superioridade era justificada pelos estabelecidos a partir de um princípio de antiguidade. Devido ao fato de residirem a mais tempo naquele lugar, o grupo teria desenvolvido um sentimento de pertença. Uma série de costumes, tradições e estilos de vida configuravam as distinções de um grupo em relação ao outro.

A diferença entre “urbanos” e “camponeses” se pautava em idealizações sobre a vida no campo e a vida na cidade. O relato de Simão sobre seu acampamento de origem nos fornece elementos para entender tais idealizações:

Na região⁴⁷ em que eu fui acampar existem muitos camponeses. Camponeses são muito conservadores, mas quando eles assumem uma causa, eles assumem, assumem e assumem, batem no peito e vão em frente. A região é uma região que constrói mais lutas: o MST, o MPA, o MAB. Todos os movimentos ligados à Via,⁴⁸ aqui no Brasil, nasceram nessa região. Então, vieram muitos da Igreja e tal. É nesse sentido que as pessoas assumiam mais a luta, mais a bandeira. Aqui as pessoas vieram do mundo, vieram do interior, mas já morando na cidade... Alguns nunca moraram no interior, perderam esses valores mais fundamentais, que são de fato os valores familiares, os valores da cultura, da mística, e que isso é uma dificuldade um pouco maior nesse sentido para que você resgate isso nos seres humanos, para que o movimento consiga trabalhar com essas pessoas.

O “camponês” é identificado com a família e a religião católica. É calmo e conservador, distinguindo-se do “urbano”. É conservador, mas assume a bandeira sem terra, ou seja, o camponês é pensado como o sujeito que vai promover as transformações no campo. A expressão “vieram do mundo”, atribuída aos “urbanos”, designa a não-pertença ao universo moral camponês. Assim como Simão, Lucas enfatizou a religião católica como um dos fundamentos desse universo moral:

Porque antigamente facilitava um pouco mais, porque a pessoa já tinha uma cultura camponesa, já tinha valores, já tinha, inclusive, uma religiosidade. Você vê hoje que na celebração às vezes não é porque as pessoas ficam dormindo nos barracos e não vão à celebração. Antigamente uma celebração no acampamento era a mesma coisa que uma assembléia... Não sobrava ninguém, ia todo mundo... Porque hoje as pessoas já não têm mais esse vínculo religioso, porque as pessoas vieram de periferia das grandes cidades. E aí também nesse aspecto acredito que na Annoni, nos primeiros acampamentos, tinha 99% de católicos [...]

⁴⁷ Região norte do Estado; foi nesta região que ocorreram as primeiras ocupações de terras no Rio Grande do Sul. Dessas experiências surgiu o MST.

⁴⁸ A liderança se refere à Via Campesina, uma organização internacional dos movimentos sociais do campo. Assim como o MST, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) são outras organizações de trabalhadores que fazem parte da Via.

Para os acampados, o modelo ideal do camponês enquanto sujeito da transformação eram os “colonos da Fazenda Annoni”. A ocupação da Fazenda Annoni, realizada por um grupo de trabalhadores rurais em 1985, foi transformada em um símbolo da luta pela reforma agrária, empreendida pelo MST.⁴⁹ A ação dos “annonis” (como ficaram conhecidos os acampados daquela fazenda) era como um mito de origem para os acampados. Isso porque quando falavam do processo de luta pela terra no Rio Grande do Sul, os sem terras representavam os “colonos da Fazenda Annoni” como pioneiros no enfrentamento contra o poder ditatorial, na forma inédita de questionamento dos fundamentos legais da propriedade fundiária, ou seja, através da ocupação. Assim, para os acampados, os “annonis” teriam partejado um novo mundo, pois se apresentava a possibilidade de conquista da terra.

Uma outra característica do modelo ideal do camponês para os acampados é a religião católica, devido ao papel central da Igreja na organização desses trabalhadores através da CPT (Comissão Pastoral da Terra). As primeiras ações reivindicativas, pautadas na ocupação de terras, no Rio Grande do Sul, precederam a existência da representação política dos trabalhadores rurais. Desse modo, a Comissão Pastoral da Terra no final da década de 1970 já era o principal mediador entre poder público e os sem terras. Criada em 1973, a Pastoral veio atuar principalmente no campo, tendo exercido durante as primeiras ocupações de terras no Rio Grande do Sul funções organizativas, educativas e diretivas com relação aos trabalhadores rurais.⁵⁰

Lucas acredita que a autonomia do MST frente à Igreja Católica foi uma conquista para a organização dos trabalhadores rurais. No entanto, no seu depoimento há a valorização da presença da religião católica entre os sem terras, visto que ela é concebida como base moral. Essa base moral, porém, é própria dos “camponeses” e não dos “urbanos”.

Para os acampados, a celebração realizada no acampamento é o termômetro das mudanças da religiosidade entre os sem terras. Conforme o relato de Lucas, antes, na Annoni, a maioria dos acampados participava da celebração; agora, nos acampamentos, não há participação. Os motivos apontados se referem à falta de religiosidade atribuída aos “urbanos”, bem como a suas diferentes religiões:

Porque hoje as pessoas já não têm mais esse vínculo religioso, porque as pessoas vieram de periferia das grandes cidades. Mas você encontra pessoal que é das religiões afro, você encontra batuqueiro, umbandista. Na direção atual, numa reunião dessas daqui, tem no mínimo

⁴⁹ Ver nota nº 2, segundo capítulo.

⁵⁰ Para uma maior compreensão da relação da Igreja Católica com a questão agrária, ver: Paiva (1984), Gaiger (1987), Poletto (1997), Novaes (1997).

duas, três pessoas ali que são de religião afro. Um inclusive era pai de santo. Quero dizer que os que vêm com alguma religião, que já não são mais da Igreja Católica os que predominam. E os anteriores, que estão excluídos do processo social, estavam excluídos da sociedade, morando em vilas, vivendo de biscate, muitos catando lixo. Há muito tempo tinham perdido sua fé.

Além das mudanças nas religiões professadas, Lucas e Simão afirmavam que a entrada dos “urbanos” acarretou alguns problemas para o MST, isso porque a organização tinha desenvolvido “métodos de trabalho” com pessoas que tinham algum vínculo com a terra. Os problemas que surgiam no acampamento, tais como roubo, uso de drogas, indisciplina em relação à participação das reuniões e no exercício de tarefas cotidianas, eram concebidos como “vícios” próprios do mundo urbano. Em contraposição ao “camponês” calmo, precavido, o “urbano” seria o “agitador”, assim como caracterizou Simão:

[...] ele (refere-se às pessoas que moravam na cidade) é muito no sentido de vamos lá... Não mede muito as conseqüências que isso pode tomar... Porque ele aprendeu a ser meio agitador... Muitas vezes o pai e a mãe brigaram com eles. Foi parar na rua, o patrão xingava, ou isso ou aquilo... Já o camponês é uma pessoa bastante retraída... Ele se cuida bastante, ele se liga: “Não, vamos com calma, vamos tomar mais cuidado”. Ele pensa muito mais, ele pensa umas dez vezes antes de fazer uma opção.

Quando Simão diz que o “camponês” assumia mais a luta que o “urbano”, isso também significa o cumprimento das decisões realizadas nas reuniões. De acordo com essa liderança, é mais difícil fazer cumprir tais decisões entre os “urbanos” que entre os “camponeses”. A “disciplina” está ligada ao cumprimento dessas decisões. Logo, a “indisciplina” é um “vício urbano”.

O processo de construção da distinção dentro do acampamento se fundamenta em idealizações sobre a vida no campo e na cidade. Certos aspectos são atribuídos aos “camponeses” e outros, aos “urbanos”. A distinção é acionada para pensar as especificidades dos sem terras da região de Porto Alegre em relação aos sem terras do passado. As especificidades se referem à profissão, à religião e às formas de se comportar. De acordo com os sem terras, seriam estas especificidades que causariam problemas que, por sua vez, demandariam soluções. Como destaquei acima, o meio encontrado para resolver os problemas, atribuídos à entrada dos urbanos, foi a modificação no “método de trabalho”. Tal categoria designa a forma como devem ser feitas as reuniões, de como deve ser o processo decisório e também de como tratar casos de roubo e uso de drogas nos acampamentos. É a partir dessas modificações que podemos entender as categorias “punição” e “reconstrução”. Simão indicou quais são essas mudanças:

No sentido de trabalhar propriamente as pessoas, em pequenas coisas... Como por exemplo: com um camponês você pode ser mais radical, você pode dizer que isso não é permitido... Agora, para um urbano, se você disser isso, você vai comprar uma briga direta... Tem que fazer de um outro jeito para conseguir alcançar o objetivo. Outro exemplo: tem que dizer que a cachaça não faz bem. Agora, se você disser que é proibido, ele vai roubar lá fora, vai comprar cachaça e vai dar um jeito de entrar. Porque está no instinto dele fazer esse tipo de coisa para conseguir de fato a sobrevivência. Ele aprendeu assim, teve que aprender a sobreviver na cidade, né? Então muda o estilo, o método de trabalhar com as pessoas, de valorização, precisa muito mais aperto de mão, muito mais sorriso, mais abraço, muito mais conversa do que propriamente normas e linhas...

Acompanhei, desde o início do trabalho de campo, as discussões e conflitos em torno da instauração de um “método de trabalho” denominado “nova organicidade”. Um dos elementos caracterizadores da “nova organicidade” é a descentralização das decisões nos acampamentos e assentamentos. A principal medida utilizada para descentralizar foi a criação dos setores, que executariam tarefas específicas, e a conferência do mesmo *status* da direção à coordenação no momento da tomada de decisões.

No entanto, antes da “nova organicidade” existia o “regimento interno”, que consistia em um conjunto de normas e regras de funcionamento do acampamento. Algumas questões não eram decididas pelos núcleos de base, mas impostas pela liderança, que fazia cumprir o regimento. Dessa forma, ao aplicar o “regimento interno”, a liderança punia aquele que não tinha cumprido alguma norma. Ou seja, a “punição” é uma categoria acionada pelos sem terras toda vez que falavam do “regimento”.

Dona Judite já estava acampada quando vigorava o “regimento interno”. Nos primeiros anos de acampada, Dona Judite conheceu um tipo de dirigente diferente dos atuais: “Tinha liderança para resolver tudo e qualquer briga era motivo para a pessoa pegar a faixa”. “Pegar a faixa” quer dizer ser expulso. Nessa época, cabia ao grande líder solucionar tudo. Dona Judite caracterizava esse tempo com o nome de uma famosa liderança, integrante de uma antiga gestão da frente de massa.⁵¹

Com a nova organicidade, o nome do setor de segurança (setor responsável pelo exercício das normas do “regimento interno”) é substituído por “direitos humanos”. Isso porque há modificações em relação à forma como se solucionam problemas como brigas, roubos ou uso de drogas. Em vez de expulsarem imediatamente o culpado pelo delito, busca-se entender o porquê da ação a partir da discussão no núcleo de base, e é nesse âmbito que se decide sobre uma possível penalidade ou não. Ou seja, a função do setor de segurança era

⁵¹ “Nos tempos do Moisés”. Era essa a designação de um período no qual um setor da organização se confundia com o próprio militante.

anteriormente observar a movimentação no acampamento, de forma que, se houvesse algo errado ou algum comportamento irregular, caberia a um grupo de liderança ou a uma liderança a aplicação do “regimento”.

Malaquias atribuiu essas mudanças à entrada dos urbanos, categoria na qual se identifica. Na verdade, podemos tomar Malaquias como o ideal do “urbano”, em contraposição ao ideal do “camponês”. Malaquias foi alfabetizado aos onze anos, depois de ter ido para um internato por conta de sua dependência de drogas. Quando decidiu entrar para o MST, ainda era dependente. Os primeiros meses foram difíceis porque não tinha como usar entorpecentes dentro do acampamento. No entanto, foram nesses primeiros meses que Malaquias se destacou como liderança e foi convidado para fazer um curso de formação política. Hoje, Malaquias integra o setor de formação, que tem como função coordenar as reuniões de formação política dos acampados.

Segundo Malaquias, com os “camponeses” é mais fácil a aplicação de normas: uma “punição” serviria de exemplo para o resto do grupo. Malaquias concorda com Simão sobre o fato de o “camponês” ser mais calmo. Já com os “urbanos”, seria necessário ser diferente. Era preciso conversar mais e ter mais paciência para resolver os seus problemas. O recurso à argumentação, à discussão nos núcleos sobre essas questões que se apresentam como problema para os sem terras constitui o que estes entendem por “reconstrução”. Dessa forma, de acordo com Malaquias, se não fosse assim, não iria ficar ninguém no acampamento, pois os “urbanos” não obedecem ao mando de ninguém, tem menos paciência e calma que os “camponeses”. O fato de ter se recuperado no acampamento fez de Malaquias um exemplo de “ser humano reconstruído” para o restante do grupo.

Como podemos perceber, apesar do “camponês” ser apresentado como um modelo moral para a formação do sem terra, a entrada dos “urbanos” promove modificações nas práticas dentro do acampamento. Nesse sentido, os “urbanos” e “camponeses” se distinguem dos operários de Winston Parva (ELIAS, 2000). Como destaquei anteriormente, Elias aponta como os “estabelecidos” acionavam um princípio de antiguidade para se distinguir dos “outsiders”. Dessa forma, havia uma clivagem social em Winston Parva que se expressava através das diferenças entre residentes antigos e residentes novos à medida que os residentes antigos excluía aqueles que não se inseriam no seu senso de valores. O autor cita o caso das associações de bairro enquanto locais exclusivamente freqüentados pelos “estabelecidos”. A classificação das famílias em Winston Parva desempenhava um papel central em todos os setores da vida comunitária, na medida em que a antiguidade constituía um trunfo social (ELIAS, 2000:166).

Já no caso dos acampados, não podemos falar em dois grupos, porque não há uma hierarquização entre “urbanos” e “camponeses”, mas sim duas idealizações tensionadas e em disputa. Os indivíduos no grupo e o próprio grupo acionam tais categorias a partir dos seus interesses específicos. A fala de Lucas é emblemática nesse sentido. No relato de sua trajetória, o dirigente destacou uma origem camponesa ao falar dos avós, os quais trabalhavam no campo. Lucas concorda com Simão em relação aos problemas que surgem com a entrada dos “urbanos” e entende que certas práticas e atitudes são próprias do mundo urbano, são “vícios urbanos”, como destaquei acima. No entanto, Lucas apresenta a “nova organicidade” como uma modificação provinda a partir da entrada dos “urbanos” e afirma que tais mudanças favorecem o Movimento Sem Terra. Uma dessas mudanças é no que diz respeito à sexualidade. Como relatei no início da dissertação, Lucas e Pedro são casados. De acordo com os mesmos, são o primeiro casal homossexual assumido que atua em instâncias diretivas no movimento no Rio Grande do Sul. Segundo Lucas:

Hoje a sexualidade é completamente diferente. Já tem casal homossexual... Não é mais aquele camponês clássico... a família clássica camponesa... O camponês é extremamente machista... vem de uma cultura machista, de um processo cultural... que é natural e que aqui no Rio Grande do Sul é muito forte mesmo... principalmente no campo e isso se reproduz no acampamento... Nós temos uma sociedade... Não basta vir para a lona preta, deixar tudo lá fora e vir para o acampamento: “Deixei os valores lá fora e trouxe umas tralhas para cá”... Não... Você carrega consigo isso aí, você vê... E um tempo atrás você tinha dirigentes extremamente machistas... Mas hoje eu já vejo que essas coisas mudaram de uns anos para cá e eu acho importante ver isso porque eu já vejo lideranças que foram criadas em outras gerações e que romperam com o machismo no processo.

Lucas caracteriza as antigas lideranças, as quais seriam representativas do “camponês clássico”, como machistas e autoritárias, principalmente quando destaca a importância da “nova organicidade” na modificação dos processos decisórios:

[...] o movimento mudou seu método... já não é mais o “método igreja”⁵². É um método mais... você vê até na forma como as reuniões são organizadas. Houve um processo, uma coisa de dez anos aí, que se discutiu no movimento, a tal da nova organicidade. Eu vejo a nova organicidade como uma resposta a isso, dessa formação. Porque hoje, quando constrói a organicidade nos acampamentos, com os núcleos de base, as pessoas tendo que ter um setor, a forma espiral como funciona, a relação núcleos de base, setor, coordenação, direção... Iguala a direção à coordenação... Porque há tempos atrás havia uma direção que estava acima, pairava acima, uma forma bem hierárquica. Acho que uma forma igreja de se trabalhar ou dos primeiros movimentos sociais... Hoje quando você tem um processo, quando a direção é muito mais político-organizativa e não administrativa de um acampamento, ou do próprio MST (a nível de instância de Estado e da nacional), enfim, você está criando as direções coletivas. São princípios que colaboram mais para a formação desse perfil que está chegando ao MST... Essa

⁵² Ao falar em “método igreja”, Lucas se refere às primeiras formas de organização do MST na década de 1980, época em que a Igreja tinha uma influência significativa na formação política dos trabalhadores rurais.

mudança de método eu acho que se dá com a nova organicidade. Essa é uma visão minha, eu não tenho certeza disso, mas eu sempre vi na nova organicidade uma forma de dar uma resposta a isso, a essa formação.

De acordo com Lucas, assumir a homossexualidade e superar o preconceito é algo atribuído à entrada dos “urbanos”, e isso se revela na própria atuação das lideranças, que antes eram mais machistas. Salomé também concorda com Pedro e Lucas em relação ao machismo relacionado ao campo e enfatiza as mudanças nas funções diretivas do setor frente de massa da região de Porto Alegre:

A nova organicidade é um tema que vem sendo debatido no Rio Grande do Sul há seis anos, mas ela vem sendo implementada na prática há dois. Porque primeiro é preciso você analisar e estudar bastante... No momento é pautada a questão principal: o gênero, que em cada regional tenha um companheiro, uma companheira dirigindo quinhentas famílias...

Nós aqui na nossa região tivemos um diferencial bastante interessante para o conjunto da direção do movimento. Em vez de ter um companheiro e uma companheira dirigindo a frente de massa, são duas mulheres: eu que tenho origem mais urbana e a Mônica, que é totalmente de origem camponesa... E a frente de massa, historicamente um setor masculino, porque quem organizava e quem fazia ocupações eram os homens... Então nós conseguimos quebrar muitos tabus, muitos... Faz dois anos que eu estou na direção do movimento e nós conseguimos então dar um salto de qualidade também aqui na região... Porque tendo mulheres dirigindo, ampliou significativamente a participação das mulheres nas instâncias, nas atividades em curso... Ampliou de forma geral e também pela questão do homossexualismo... Porque no momento em que os dois camaradas se inseriram no movimento, encontraram duas mulheres como dirigentes e que nós então conseguimos desenvolver esse debate. Toda a polêmica gira em torno com muita tranqüilidade... e assim por diante. Os núcleos e as famílias vendo que o preconceito, o “pré-conceito” poderia e conseguimos que fosse quebrado, ampliou muita coisa...

A inserção de novas práticas e experiências no Movimento Sem Terra não equivale apenas a “problemas”, mas também a inovações significativas. Aqueles que se identificam e são identificados como “urbanos” acionam aspectos referentes às transformações em “métodos de trabalho” e atitudes advindas com a inserção de sujeitos com trajetórias distintas dos primeiros sem terras. Tais transformações, no caso da região de Porto Alegre, são atribuídas à aliança entre homossexuais e mulheres que conseguiram incorporar a discussão de gênero nos debates do movimento, tanto que, com a “nova organicidade”, foi criado um setor específico para tratar dessas questões.

Edmund Leach (1995), ao tratar dos sistemas políticos da Alta Birmânia, propõe uma abordagem interessante para o presente estudo. Os sistemas políticos Gumlao e Gumsa são concebidos entre os Kachin como modelos distintos: no Gumsa, as linhagens são hierarquizadas, enquanto no Gumlao não há diferenças hierárquicas entre as mesmas. No entanto, na prática os dois sistemas se inter-relacionam à medida que tais sistemas se

articulam e se alternam a partir dos interesses dos grupos (LEACH, 1995:253). Dessa forma, Leach os toma enquanto idealizações sobre a distribuição de poder, que, apesar de serem concebidas como contrastantes, na ação são manipuladas pelos indivíduos de acordo com contextos e interesses específicos.

Assim como os modelos Gumlao e Gumsa, as categorias “urbanos” e “camponeses” são concebidas como distintas. No entanto, uma não exclui a outra, havendo um movimento pendular entre idealizações sobre o camponês e sobre o urbano. No caso do roubo na marcha, o “urbano” é concebido a partir de características concebidas como negativas, as quais não são atribuídas aos “camponeses”. Por outro lado, ao tratar das transformações na prática política do movimento, é acionado um ideal de urbano, atrelado ao moderno, que é entendido como positivo em contraposição ao camponês conservador.

A manipulação dessas idealizações a partir de interesses específicos fica clara quando o objetivo é apresentar-se para outros atores sociais. Nesse caso, o interesse é a imagem que os acampados querem passar para os outros. Dois fatos, que tratam da relação com a mídia e com o Judiciário, foram emblemáticos nesse sentido.

A ocupação da Fazenda Cabanha Dragão foi um evento importante para entender as estratégias de apresentação dos sem terras no espaço público. Devido à sua experiência na área de jornalismo, Lucas sempre participou do grupo da “linha de imprensa”. Cada integrante desse grupo recebia um jornalista, sendo que Lucas foi o anfitrião da repórter da rede SBT. Enquanto caminhávamos pela área ocupada, Lucas respondia às questões da jornalista, as quais versavam sobre a fazenda e o seu proprietário e sobre a reivindicação dos sem terras. Ao mesmo tempo, os outros acampados se ocupavam em erguer os barracos do lado direito da área, alguns metros depois da entrada. A orientação dos coordenadores era de que os jornalistas não poderiam entrar nem fotografar o espaço onde os barracos eram erguidos. A justificativa se devia à manutenção da segurança daqueles que participavam da ação. Todavia, mesmo sem conhecer o espaço onde se encontrava boa parte dos sem terras, a jornalista se impressionou com o grande número de jovens no acampamento, bem como com as características desse grupo, impressão essa sintetizada em um questionamento ao sem terra que a acompanhava: “Mas são todos filhos de colonos?” Ao que Lucas respondeu sem pestanejar: “Sim, são todos colonos”.

Cabe lembrar que, como expus no início do capítulo, sempre que Lucas falava do grupo, ele o comparava a um movimento de “urbanos”: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Nesse caso, porém, o dirigente não hesitou em dizer que todos os jovens eram “colonos”.

Convém comparar essa situação com outra, ocorrida dias após a ocupação da fazenda, para pensarmos nas estratégias dos acampados na manipulação das idealizações “urbanos” e “camponeses”. Três dias após a entrada na área, o juiz da comarca de Guaíba, cidade onde a área estava registrada, convocou o grupo de sem terras que ocuparam a Cabanha Dragão para uma audiência, na qual discutiriam com os representantes dos proprietários da fazenda. O objetivo da audiência era que proprietário e sem terras chegassem a um acordo. Da audiência também participariam representantes do INCRA. Essa audiência seria realizada no dia seguinte à convocação.

Às 8 horas da manhã, a coordenação se reuniu para discutirem sobre questões referentes à audiência. Salomé iniciou a reunião informando que na convocação o juiz pedia a presença de dois representantes dos sem terras. Tendo em vista essa exigência, a frente de massa tinha se reunido antes da coordenação para pensar em alguns nomes possíveis. Dessa forma, era preciso discutir se os coordenadores concordavam ou não com os nomes sugeridos.

Antes, porém, Salomé apresentou os critérios adotados: não podia ser ninguém da frente de massa, nem dirigente do acampamento, muito menos quem tinha participado da “linha de imprensa”. Essa foi a forma encontrada de fazer com que outras pessoas participassem da representação dos acampados e com que se preservasse a imagem daqueles que já tinham falado com a imprensa e com os policiais. Logo, era também uma medida de segurança para que alguns sem terras não fossem alvos de represália tanto do proprietário da área quanto da polícia. O último critério foi apresentado por Salomé com a seguinte frase: “Tem que ter perfil camponês, na medida do possível.”

O primeiro nome destacado foi o de Raquel. Segundo Salomé, Raquel tinha aparência de “colono”: origem polonesa, loira, alta, magra, tinha sotaque carregado. Raquel nasceu em Santa Catarina, mãe de três filhos, morava em Porto Alegre antes de se inserir no MST e tinha trabalhado em uma fábrica de sapatos. Morava na capital já há algum tempo. Seu filho mais velho, com dezoito anos de idade, nasceu quando Raquel já estava em Porto Alegre. Apesar de tanto tempo vivendo na cidade, Raquel se identificava e era identificada por seus companheiros de luta como “camponesa”.

O segundo nome foi o de Jeremias. Quando Salomé informou sobre essa escolha, os coordenadores se surpreenderam, isso porque Jeremias não parecia “camponês”. Lucas explicou aos coordenadores que, na escolha de Jeremias, o critério “perfil camponês” não foi central, mas sim um outro: Jeremias sabia conversar com o juiz, era astuto, característica adquirida com a militância no movimento de ocupações urbanas, que lhe conferiu certa

experiência em tratar com a justiça. Nesse caso, o critério que pesou na escolha de Jeremias se fundamentou na sua trajetória ligada à cidade e não ao campo.

No entanto, apesar de ter sido escolhido porque se inseria no ideal de “urbano”, que os sem terras concebiam como positivo, Jeremias teve que se submeter às exigências dos coordenadores. O nome de Raquel foi aceito por todos, mas o de Jeremias, segundo os coordenadores, precisava passar por uma metamorfose: de “urbano” teria que se tornar “camponês”. Tais exigências foram feitas em tom de piada entre os coordenadores, ao ver que Jeremias estava vestido com uma camiseta da banda de *rock* Legião Urbana. Simão disse que ele “não poderia ir vestido assim de jeito nenhum”, que era necessário usar calça, camisa e botinas para ser identificado pelo juiz como “homem do campo”. Os coordenadores riram da brincadeira feita por Simão e, no final, os nomes sugeridos pela frente de massa acabaram sendo aceitos pelos coordenadores. Apesar da menção à metamorfose de Jeremias ter sido feita em tom de brincadeira, no outro dia, logo pela manhã, eu estava com Ruth tomando café no barraco-cozinha quando Jeremias chegou vestido como Simão tinha sugerido na reunião da coordenação. Jeremias nos disse: “O juiz vai receber um autêntico camponês!”

Percebemos como as idealizações em torno do “urbano” e do “camponês” são acionadas estrategicamente quando o objetivo é também se apresentar para outros atores sociais. Em um primeiro momento, um modelo ideal de “camponês” é a imagem que os sem terras escolhem para se identificarem. Todavia, a questão que a jornalista fez a Lucas (“Todos são filhos de colonos?”) expressa que uma certa idealização do “camponês” está legitimada na narrativa da luta pela terra. O fato de Jeremias trajar calças e botinas sinaliza o conhecimento dos sem terras do peso dessa idealização na legitimação de suas reivindicações, bem como o reconhecimento dessa imagem.

CAPÍTULO IV – QUEM É AUTORIZADO A FALAR?
REFLEXÕES SOBRE A VERSÃO SEM TERRA DAS RELAÇÕES DE PODER

A cada etapa do trabalho de pesquisa uma liderança se destacou como porta-voz dos acampados: Abraão, Pedro e Lucas no período em que estive no INCRA, e Salomé e Simão durante a Marcha Nacional. Esses personagens também entravam em cena quando os sem terras se apresentavam no espaço público, como a Marcha Nacional e a ocupação da fazenda. Afinal, cabia às lideranças receber os jornalistas, bem como falar com os representantes do INCRA antes que a reintegração de posse fosse efetivada.

As lideranças são os autorizados a falar em nome dos acampados, são seus porta-vozes. Assim, uma das características da posição de liderança é a detenção do monopólio da fala. Denomino monopólio da fala o direito conferido às lideranças de falar em nome dos sem terras. Contudo, o monopólio da fala não é apenas ativado quando o objetivo é intermediar os acampados e outros atores sociais. Durante o tempo em que estão acampados, os sem terras passam por um período denominado “formação”. Trata-se da inserção no universo da participação política a partir das “linhas políticas” do MST. Dessa forma, a experiência sem

terra é também marcada por um processo constante de mediação entre os indivíduos acampados e a “organização”.

Cabe à liderança fazer o exercício de mediação entre esses diversos universos de significação. Ainda que meu objetivo seja fazer uma leitura sobre um processo de mediação mais específico – uma mediação dentro da mediação –, entendo que o próprio MST se apresenta como mediador na reivindicação pela redistribuição de terra empreendida pelos sem terras.

Neste capítulo, apresento algumas reflexões sobre esse processo a partir do enfoque em um dos seus momentos fundamentais: as reuniões. Assim, pauto-me nas discussões de Gilberto Velho (2001) sobre o papel do mediador. Segundo Velho (2001), a análise da mediação deve ter como objetivo identificar situações e contextos propícios à atividade mediadora, mas também deve ter em conta a construção de papéis dos mediadores por meio de suas biografias, memórias e projetos.

Ao focar esses momentos, argumento que uma das funções do mediador é atuar na normatização de comportamentos através da instauração do modelo organizacional do movimento, e que esse processo de normatização envolve uma complexa negociação de perspectivas entre lideranças e liderados.

A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA: A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE MEDIADORES

No acampamento, a liderança deve ser entendida como uma posição dentro de uma configuração de papéis, que é ocupada por diversos indivíduos conforme o êxito destes na disputa pelo lugar. Para se tornarem lideranças, os integrantes do MST passam por um ritual de iniciação constituído por reuniões e cursos. Esse ritual tem início com a participação nas instâncias organizativas do acampamento: núcleos de base, setores, coordenação. Ao se destacarem nessas funções, as futuras lideranças têm a possibilidade de realizar cursos de formação política oferecidos pelo próprio movimento.

Nesses cursos, entram em contato com jornais, revistas e livros que tratam da história do país, teoria marxista e se atualizam sobre a política nacional e internacional. Todas as lideranças que conheci no acampamento vieram da “base”, ou seja, foram galgando posições até alcançar um cargo diretivo, seja na coordenação do acampamento, na direção ou na frente de massa.

A trajetória de Simão pode ser tomada como um modelo exemplar da formação dos militantes do MST. Há uma tendência na “organização” em incentivar os filhos de assentados a participarem de cursos e ingressarem na carreira de militante; esse é o caso de Simão. Depois de seu pai ter se tornado um assentado na década de 1990, Simão foi estudar no colégio de um assentamento e, aos doze anos, fez o primeiro curso de formação política para militantes do MST. De acordo com Simão:

A princípio, eu não gostava muito dessa idéia de movimento, e era meio contra porque meu pai... Meu pai gostava de duas coisas: jogar futebol (ele joga até hoje) e fazer militância... E eu sentia essa ausência da parte do pai, por ele ficar tanto tempo longe da família devido à militância. Por causa disso, no início, eu não gostava muito do movimento. Aí eu estudei em colégio dentro do assentamento, Colégio Chico Mendes... Fui compreendendo a forma como a sociedade se organiza de fato... Mas muito do que eu não me sentia bem no movimento era também em relação à qualidade de vida, porque para nós, no início do assentamento, foi bastante difícil. Quando eu fiz o primeiro curso pelo MST, eu tinha entre 12 e 13 anos. Eu era muito novo... Mas foi um curso muito positivo, eu pude compreender de fato o que era a do movimento e foi a minha primeira saída de casa... Devido ao aprendizado daqueles anos de curso, eu comecei a gostar e a partir daí eu comecei a me integrar cada vez mais.

Nesse curso, além do domínio das “linhas políticas” do MST, Simão também aprendeu que a liderança deve estar informada sobre o que acontece no país e no mundo. A esse tipo de conhecimento dão o nome de “análise de conjuntura”. Simão, porém, só se tornou liderança quando foi acampar no ano de 2003. Tão logo chegou no acampamento foi escolhido para ajudar na sua organização, isso porque as lideranças da frente de massa daquela região – região norte do Rio Grande do Sul – conheciam a trajetória do seu pai, bem como a formação de Simão nos cursos do movimento. Ao se destacar nessa função, foi eleito coordenador de núcleo.

Já nessa época, Simão sabia que nas reuniões, geralmente naquelas em que tratariam da ocupação de uma área, era seu papel fazer a “análise de conjuntura”, ou seja, fornecer os elementos centrais que deveriam nortear o debate.⁵³ Pouco tempo depois seu acampamento elegeu seus dirigentes e Simão foi o mais votado. Entretanto, Simão não permaneceu muito tempo nesse cargo diretivo, pois foi convidado a ajudar na organização de acampamentos na região de Porto Alegre. Devido ao sucesso nessa experiência, foi o mais votado na eleição para a frente de massa dessa região. Essa eleição é mais complexa, pois é realizada em duas etapas: a primeira, com a participação de todos os acampamentos do movimento da região do Estado;⁵⁴ e a segunda, que é realizada pela direção estadual do movimento.

⁵³ É através desse conhecimento da situação política nacional e regional que os sem terras planejam suas ações.

⁵⁴ O MST, no Estado do Rio Grande do Sul, está organizado em três regiões: Norte, Centro e Sul. Em cada região há um grupo específico que forma o setor frente de massa.

No entanto, também havia, no acampamento “Unidos Venceremos”, lideranças que vivenciaram outras experiências políticas. Esse era o caso de Lucas e Salomé: o primeiro tinha sido filiado ao Partido dos Trabalhadores, e a segunda já tinha feito parte de uma organização gaúcha de anarquistas. Nas palavras de Lucas:

Ah, é uma longa trajetória. Eu comecei a militar com o movimento estudantil cedo. Com 15 anos eu já participava do movimento estudantil. A partir de então, eu participei dos primeiros anos de fundação do PT e a partir daí eu já era militante. Passei por várias instâncias e já em 2001, 2002 eu era secretário geral do partido no meu município. Mas já a partir de 1995 começou um processo de desilusão com a política institucional. Foram vinte e um anos de militância partidária. Eu cheguei no acampamento no início de abril de 2004. Participei das reuniões de núcleos de base, onde se reúnem as famílias, e em seguida havia uma brigada que se chamava brigada de organicidade, que organizava o acampamento. Algumas lideranças dessa brigada estavam mapeando alguns possíveis dirigentes... No meu caso, já havia um acúmulo político de militância política, que cabia dentro do perfil de um dirigente da brigada, que se chamava brigada de apoio, e seria na verdade os primeiros dirigentes do acampamento. Um ano depois foi realizada a eleição e eu permaneci na direção do acampamento.

Após a familiarização com a organização dos acampamentos, Lucas foi eleito dirigente de acampamento. Apesar de algumas lideranças ponderarem que todos os sem terras organizados sob a sigla MST eram militantes, era recorrente usarem a categoria militante para designar as pessoas que exerciam ou tinha exercido funções diretivas. Os acampados mais novos que se destacavam nas reuniões dos núcleos a partir da participação e do envolvimento nas discussões, mas que ainda não tinham realizado nenhum curso de formação política, eram vistos como “futuros bons militantes”.

Salomé fala de como chegou a ser dirigente estadual:

Comecei a militar nos movimentos sociais, na FAG (Federação Anarquista Gaúcha) aos quatorze anos. O ano em que fui acampar foi o ano 2000, mas eu fazia trabalho de base com o movimento desde 1998. Desde que eu entrei no movimento, eu sou ligada à frente de massa, que é onde os sem terras se aproximam para ir acampar... Dentro da frente de massa desenvolvi atividades na escola itinerante, alfabetização de jovens e adultos para a terceira idade... Então fiz durante quatro meses a alfabetização de uma turma de trinta e seis pessoas e a partir disso fui trabalhar no setor de jovens dos acampamentos, a nível estadual. Devido a essa experiência na formação de jovens, fui convidada pelo setor de formação do movimento para fazer parte da brigada nacional, que foi cumprir uma atividade de um ano no Nordeste e aí fui me inserindo no processo de formação dos acampamentos... Fui chamada de volta para o Estado para assumir com a companheirada a direção do movimento.

Resgato as trajetórias de Simão, Lucas e Salomé para apresentar a diversidade de experiências políticas das lideranças sem terras. Porém, as outras lideranças que constituíam a coordenação e a direção do acampamento não necessariamente tiveram algum tipo de experiência em participação política antes da inserção no MST. Ao expor essas trajetórias,

quero destacar que a entrada de pessoas que já exerceram algum tipo de atividade é importante, principalmente no início da organização dos acampamentos, quando a frente de massa e acampados escolhem pessoas para constituírem a brigada de organicidade.

Ao tratar do papel da liderança no acampamento, Simão expõe que o importante é o processo de “formação do sujeito da reforma agrária”:

[...]o acampamento é a experiência de o indivíduo conhecer o movimento: como se organiza, como funciona, que linha segue, qual o debate ideológico que defende... [...] Nós (as lideranças) precisamos trabalhar com essas pessoas para que elas consigam entender que o sujeito da reforma agrária são eles, e para eles serem sujeitos, eles vão ter que lutar e conseguir conquistar um pedaço de terra e produzir lá na terra... Caso nós não viabilizemos isso, nós não viabilizamos a reforma agrária...

Lucas complementa a idéia de Simão ao discutir o que entende por “formar consciências”. Para isso, é preciso que os acampados não conheçam apenas a forma como o movimento se organiza, mas que também se insiram em um processo de construção de novos valores. O papel da liderança é criar o “novo homem”:

[...] Tem o processo de reconstrução da pessoa... Por exemplo, lá fora a gente não tem aquelas questões da solidariedade, os valores como a solidariedade, a questão do companheirismo, valores que você vai reconstruindo dentro do MST, de um movimento social como o MST. Lá é o individualismo na empresa onde você trabalha, onde você estuda, o consumismo, o individualismo... Todos esses valores pequenos burgueses que fazem parte e que fizeram parte. É no acampamento que se desconstrói tudo aquilo que havia lá fora para reconstruir esse novo, aquilo que o Che falava na construção do novo homem, da nova mulher. Você tem que construir um novo homem e uma nova mulher a partir de valores diferenciados daqueles que ele tinha lá fora...

Ao serem questionados sobre o papel da liderança na “luta pela terra”, Lucas e Simão apresentam as características essenciais do mediador cultural, segundo a concepção de Velho (1996;2001). De acordo com Gilberto Velho (1996), os mediadores culturais são agentes da mudança de comportamento e de visões de mundo, no caso, cabe às lideranças realizar a normatização do cotidiano do acampamento através do estabelecimento da estrutura organizativa do Movimento Sem Terra, mas também inserir os acampados em um universo de valores que é concebido como diferente daquele no qual a pessoa estava inserida antes da entrada no MST.

É o acúmulo de capitais que capacita essas lideranças no exercício do papel de intérprete (VELHO, 2001) dos princípios do MST. Tendo em vista os elementos caracterizadores dessas trajetórias, os fundamentos do monopólio da fala se encontram no domínio de determinados capitais (“linhas políticas” e “análise de conjuntura”), bem como na

experiência acumulada através da participação nas instâncias organizativas. Mas cabe destacar um outro aspecto importante da experiência dentro da “organização”, que se refere ao reconhecimento da “base” em relação àqueles que os representam.

Ao focar a relação entre lideranças e liderados, trato de uma dimensão conflituosa da experiência sem terra. Um dos fatores que atuam na emergência do conflito se refere às diferentes perspectivas relativas à “luta pela terra”, tal como retrata a distinção “assuntos políticos” e “assuntos domésticos”.

Um outro aspecto dessa relação foi abordado por Cláudia Schmitt (1992) em seu estudo sobre os sem terras do acampamento do Salto do Jacuí (Rio Grande do Sul). De acordo com a autora, a demanda da “base” por soluções concretas está em descompasso com o tempo da política, o qual não é influenciado apenas pelo ritmo das ações do MST, mas também pelas negociações que envolvem outros atores sociais. A liderança sem terra tem que atuar nesse entremeio das soluções concretas e do tempo da política.

A idéia de “formar consciências” traz em si um reconhecimento parcial dos interesses da “base”. Tendo em vista esses elementos, podemos fazer uma leitura do discurso da liderança a partir das discussões de Homi Bhabha (1998) sobre a economia conflituosa do discurso colonial, principalmente no que tange a uma de suas estratégias, a mímica: “a mímica colonial é o desejo de um Outro reformado, reconhecível como sujeito de uma diferença que é quase a mesma, mas não exatamente. (...) A autoridade daquele modo de discurso que denominei mímica é, portanto marcada por uma indeterminação: a mímica emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa.” (BHABHA, 1998:130).

Tal como o discurso colonial, o discurso das lideranças é um aparato de poder, que se ancora no reconhecimento de alguns interesses e preocupações da base, mas também no repúdio de outros. É claro que no caso dos sem terras o repúdio pelas diferenças não se dá de forma tão extrema, mesmo porque os sistemas culturais em diálogo não são diferentes como entre colonizador e colonizado. De qualquer forma, o discurso da liderança produz a “organização” e a “base” como estereótipos opostos, ainda que não (sempre) conflitantes. O intento em transformar o Outro conforme o desejo do Mesmo, ainda que o mantendo enquanto Outro (BHABHA, 1998), cria uma dissonância de interesses e, por conseqüência, um conflito. Lucas reconhece que no acampamento ele próprio também passa por um processo de transformação, porém admite que a “tomada de consciência” da base se dá através da intervenção das lideranças:

O processo de reconstrução acontece comigo também, não só com as pessoas. Você tem uma visão lá fora e a visão que eu tinha da política mudou muita coisa da minha visão política. Eu estou sendo mais fiel naquilo que eu acreditava agora, e com as pessoas tem o processo de reconstrução da pessoa. Por exemplo, você tem que fazer um trabalho de formação dentro do acampamento para forçar as pessoas a romperem aquele processo cultural e aí você tem que fazer um processo crítico permanente, como, por exemplo, com o programa do Zambiasi⁵⁵. Muitos moradores de periferia se identificam com o Zambiasi, aquela coisa assistencialista, o sensacionalismo que tem no programa dele... Você tem que organizar o setor de comunicação, organizar uma programação de rádio, porque senão daqui a pouco está botando músicas que reproduzem os valores da burguesia, contrários ao projeto de sociedade que o MST quer. Então você tem que fazer um processo de formação. Os dirigentes têm essa tarefa de construir isso aí.

Podemos pensar a liderança sem terra como o sujeito híbrido (BHABHA, 1998), na medida em que é um acampado como os outros, mas que também mantém um vínculo mais próximo com a “organização” e o universo das preocupações políticas. Detém uma perspectiva diferenciada da “base” em relação à “luta pela terra” por conta dessa posição que ocupa, muito embora também seja um sem terra. Assim, ao se colocar no entremeio das preocupações políticas e das soluções concretas, ele se hibridiza.

O confronto entre essas perspectivas é uma constante em vários momentos do cotidiano dos acampados, mas é nas reuniões que podemos apreender de forma mais clara alguns aspectos que configuram a dinâmica da relação lideranças e “base”. Ao tratar das reuniões, concebidas como momentos centrais da mediação, argumento sobre como, nesses momentos, apreende-se a produção de um ponto de vista diverso, que se estabelece a partir de uma complexa negociação de perspectivas. Aqui estou dialogando com as críticas de Homi Bhabha (1998) sobre a possibilidade de um posicionamento político puro. De acordo com esse autor, a política está inscrita no deslocamento, não há uma posição política pura, mas esta emerge na performance, pois “cada objeto político é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura, cada objeto político é determinado em relação ao outro e deslocado no mesmo ato crítico” (1998:53).

Um acontecimento que demonstra de modo particularmente visível como, nos momentos de mediação entre os sem terras, as escolhas políticas emergem da tensão entre diversos interesses foi a questão das “trilhas”, relatado no segundo capítulo. Mesmo a maioria das lideranças no acampamento sendo a favor do “acampamento itinerante”, essa proposta foi derrotada pela proposta que veio dos núcleos de família para que continuassem naquele lugar. No processo de negociação para a realização da ocupação, a “base” discordou da realização de um acampamento itinerante e, para sustentar seus interesses, os acampados lembraram a

⁵⁵ Zambiasi é locutor de rádio e foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Lucas se refere ao programa de rádio de Zambiasi.

atuação das lideranças na ocupação anterior. A resistência da “base” em relação à proposta se pautava em um questionamento do comportamento de algumas lideranças que, de acordo com os liderados, não tinham atuado de uma forma que era adequada à posição que ocupam. A preocupação com as “tralhas” também era a expressão desse descontentamento. Assim, a proposta de ocupação da frente de massa foi modificada. Fizeram a ocupação, mas não levantaram acampamento. Podemos entender melhor este e outros aspectos da versão sem terra das relações de poder a partir de alguns eventos que marcaram os dias que antecederam a saída dos sem terras da Fazenda Cabanha Dragão.

“PICUNHAS” E POLÍTICA: A DINÂMICA DA CONFLAGRAÇÃO DOS CONFLITOS

Apesar das atividades que marcaram a “mística da ocupação”, dentre elas aquelas que visavam a chamar a atenção da mídia – como a horta –, o mandato de reintegração de posse tinha sido expedido, de modo que, mesmo com as negociações entre sem terras e juiz, não havia como permanecer por muito tempo naquela área.

Dessa forma, o interesse das lideranças da frente de massa era que os acampados saíssem dali. Durante a reunião que tratou dessas questões, Agostinho, para sustentar esses argumentos, fazia a “análise de conjuntura” das ações do MST no Rio Grande do Sul nos últimos tempos. Agostinho dizia estar muito feliz com a escolha daquela área, pois há tempos, no Estado, o movimento não fazia uma ocupação que tinha grandes chances de se tornar um assentamento. A ligação do proprietário com o crime organizado e as suspeitas de que a área era usada como ponto de distribuição de drogas eram fatos que facilitavam o processo de desapropriação. Isso sem falar que deixaram os inimigos de mãos atadas: a FARSUL não defendeu o proprietário, tampouco a imprensa o fez. Assim, inseriam novamente o debate sobre reforma agrária na mídia gaúcha sem que os inimigos pudessem se defender com os argumentos tradicionais, com os quais conseguiam impedir as desapropriações de terras no Estado (a defesa do agronegócio, por exemplo).

Para Agostinho, o sucesso da ocupação era importante para a “organização” em outro aspecto: a massificação. De acordo com Agostinho, a dificuldade em trazer pessoas para formar novos acampamentos se justificava também pela inexistência de conquistas pelo movimento no Rio Grande do Sul. Sem massificação, ou seja, sem pessoas e acampamentos não há como realizar ações de impacto, e sem realizar essas ações também era difícil conquistar áreas.

Para as lideranças da frente de massa, o processo de desapropriação dessa área seria longo, mas os sem terras deveriam aproveitar os ganhos, como a presença na mídia, e traçar novas estratégias de ação. Uma delas era se informarem mais sobre o inquérito criminal do proprietário e mais tarde ocuparem novamente a Fazenda Cabanha Dragão. Todavia, se em um primeiro momento as lideranças negociaram com a “base” a saída do acampamento, agora elas tinham que defender a proposta da volta. Podemos, nesse aspecto, apreender a impossibilidade da realização da intenção original das lideranças, à medida que a representação da “base”, a partir de seus interesses e preocupações, mas de acordo com as prerrogativas da “organização”, também promove a inscrição das prerrogativas da “base” no discurso da liderança. Além da não-realização dos propósitos originais, explicita também as renegociações que redefinem os posicionamentos políticos.

Para sustentar seus argumentos, a frente de massa convidou os advogados do MST para explicar aos coordenadores a situação judicial da área. Os advogados chegaram à ocupação naquela manhã, bem cedo, às sete horas, traziam as informações e logo retornariam a Porto Alegre. Segundo eles, a reintegração de posse seria feita de qualquer forma porque havia denúncias registradas na justiça contra o proprietário e não contra a propriedade. Dessa forma, o procedimento era o mesmo: a família do proprietário, através dos seus advogados, pediu a reintegração de posse, que foi aceita pela justiça, de modo que logo os policiais realizariam a expulsão.

Além desses argumentos, Agostinho sugeriu que, no momento da expulsão, fosse necessário fazer algum tipo de “resistência”, mas que se tratasse mais de uma “mística de resistência” que de um confronto direto. A “mística da resistência” consistia em atividades de caráter pacífico: fariam trincheiras, bradariam gritos de ordem, mas saíam da área. Outra forma de resistência apresentada por Agostinho era um pedido de audiência junto ao INCRA com o intuito de manterem as negociações sobre a desapropriação da área. Essas duas atividades tinham como objetivo criar um “fato político”: fazer com que antes da saída os sem terras figurassem nas manchetes dos jornais mais uma vez. Para convencer os coordenadores, Agostinho acionava capitais importantes, conquistados ao longo de sua trajetória de militante: a “análise de conjuntura”, a participação em ações anteriores realizadas pelo movimento. Ele ainda contava com mais um respaldo da “organização”: os advogados.

Caberia aos coordenadores explicar às famílias a importância de se criar um “fato político” e de se evitar o confronto direto com a polícia. Mas, principalmente, a importância de aprovar a proposta da saída da área. No primeiro momento, durante as reuniões de preparação para a ocupação, muito do sucesso da proposta das lideranças se deveu ao próprio

contexto em que realizavam aquelas reuniões: o anseio de boa parte dos acampados de saírem das margens da BR. Entretanto, como explicar agora à “base” que a volta ao acampamento não significava a volta para a falta de perspectivas?

Às quatorze horas, os núcleos se reuniram. O núcleo três é formado, em sua maioria, por jovens solteiros, sendo que alguns estão acampados com suas famílias, outros não. Amon participa desse núcleo. Amon tem vinte e seis anos e está acampado há quatro anos. Fazia parte da antiga direção do acampamento, mas não conseguiu se reeleger nas eleições realizadas no início de 2005. Segundo Jeremias, Amon recebeu quatorze votos: “Um fracasso para alguém que estava numa posição de liderança”. Mas Jeremias reconheceu que, apesar do “fracasso”, Amon ainda exercia uma certa influência sobre os jovens do seu núcleo.

Toda reunião, tanto no acampamento quanto durante a ocupação, era acompanhada por alguém da direção do acampamento ou da frente de massa. Nesse dia, porém, ninguém acompanhou o núcleo três porque estavam em reunião particular. Durante a reunião do núcleo, o coordenador expôs os apontamentos discutidos na manhã: defendeu a “mística da resistência”. Amon, por sua vez, pediu a palavra e se posicionou contrariamente a essa proposta. Ele defendia o confronto direto com a polícia, se preciso fosse, e a idéia de que não saíssem da área.

Em seu argumento, Amon mencionou que as lideranças da frente de massa estavam com um “pacote pronto” para os acampados. Amon tocava em um ponto sensível da relação entre lideranças e liderados: a de que a “base” estava servindo como “massa de manobra”, ou seja, a “base” estava sendo usada apenas para servir aos interesses dos líderes. Segundo Amon, estes estavam fazendo os acampados de “idiotas”: “Nos fazem sair de nossos barracos e agora vêm e dizem para a gente que era apenas para sair na imprensa. Nós queremos terra e essas lideranças querem se aparecer. Deveriam trabalhar em novela!”

O argumento de Amon convenceu os jovens, que imediatamente se posicionaram a favor do ex-dirigente. Barnabé, que é filho de assentado e desde os quatro anos de idade mora “sob a lona preta”, argumentou que no passado os sem terras não tinham tido medo de “resistir”. Disse também que agora as lideranças não levavam em consideração que os acampados queriam terra, e não aparecer. Os outros integrantes do núcleo não concordaram com a proposta do confronto com a polícia e justificavam essa opinião ao falar dos seus filhos pequenos. Havia, portanto, um impasse entre os sem terras desse núcleo, dificuldade que o coordenador não conseguia resolver.

No entanto, ao ser informado do que acontecia no núcleo três, Simão chegou para participar da reunião. Ao ouvir dos jovens que as lideranças da frente de massa estavam com

um “pacote pronto”, Simão se ofendeu. E começou a discussão entre Amon e Simão no meio da reunião: ambos se acusavam de estar mais interessado em uma posição de destaque e nas benesses advindas dessa posição que em representar os acampados. Os integrantes do núcleo três apenas ouviam em silêncio a discussão entre os dois.

O coordenador tentou acalmá-los, lembrando que a reunião tinha hora para acabar, e por isso pediu para que os acampados votassem a favor da permanência ou da saída. Todos os integrantes, incluindo os pais de família, votaram a favor da permanência e diziam que enfrentariam a polícia. A proposta da frente de massa tinha sido derrotada, apesar da presença de um dos seus integrantes, Simão. Mas o que influenciou a mudança de opinião dos pais de família, que momentos antes repudiavam o confronto com a polícia?

A reunião é o momento por excelência para a legitimação das lideranças, principalmente em relação aos seus pares de instância. Para a base também conta a atuação da liderança na reunião, mas há uma série de fatores em jogo nesse momento, além do fato dos representantes acionarem seus conhecimentos. Tais fatores também constituem a complexa relação entre lideranças e liderados no acampamento.

Um desses fatores é a “postura do militante”. De acordo com uma cartilha sem terra, onde constam os documentos básicos do MST, uma das características imprescindíveis de um militante social é “ser exemplo na prática de valores”: “indignar-se diante de qualquer injustiça, contra qualquer pessoa, em qualquer parte do Brasil e do mundo. E ser caprichoso com a saúde e aparência. Ser caprichoso e cuidar da natureza e dos bens coletivos: na comunidade, no movimento e na sociedade”. (MST, 2005:35).

Algumas regras de comportamento, tanto das lideranças quanto da “base”, encontram-se sistematizadas em cartilhas do Movimento Sem Terra, como a que foi citada acima. No entanto, os acampados apresentam interpretações específicas dessas regras, bem como instituem outras regras para a convivência no acampamento. Sendo assim, as regras de comportamento a serem cumpridas eram comuns entre “base” e “lideranças”, mas havia algumas que eram mais exigidas em relação às lideranças. A “postura do militante” é uma categoria que abrange um conjunto de múltiplas regras que a liderança deve seguir.

Amon não pertencia a nenhum cargo de direção. No entanto, sua atitude em confrontar a proposta da frente de massa era reconhecida pelos acampados como atitude de alguém que visa a restabelecer a antiga posição de dirigente. Isso porque era comum ver Amon confrontando as lideranças no acampamento para chamar a atenção dos acampados para si. Tendo em vista esses aspectos, os acampados interpretavam essa briga como uma briga entre duas pessoas que defendiam uma posição de poder.

Parte dos acampados, principalmente os jovens, ao se posicionarem a favor da proposta defendida por Amon, também o estavam legitimando como liderança. Porém, aqueles que não estavam de acordo com o confronto com a polícia, ao se posicionarem posteriormente a favor, faziam-no para expor seu descontentamento com a “postura” de Simão pelo fato de que este não soube defender a própria proposta, motivo pelo qual acabou discutindo com Amon na frente de todos.

Além de não conseguir defender a proposta de sua instância, a liderança, no caso Simão, ainda comprometeu a própria imagem e a imagem da instância em que atuava (a frente de massa) perante os acampados. Seu comportamento não dissipou as acusações de Amon de que as lideranças estavam usando a “base” para alcançar seus próprios objetivos (dentre eles, garantir uma posição de destaque na imprensa). E, ao mesmo tempo, sua atitude confrontava uma norma muito importante da “postura do militante”: não discutir na frente dos acampados.

Ao ser questionado sobre a influência da “postura” na legitimação das lideranças, Lucas foi enfático:

O dirigente tem que ter postura para que ele possa ter uma certa responsabilidade política para poder fazer os encaminhamentos. Por exemplo, eu posso fazer uma análise de conjuntura interessante para motivar as pessoas para ir para a luta, mas não vou motivar porque não tenho postura. Eu não sou uma liderança de verdade porque o povo não acredita naquela liderança que não tem postura, há uma dificuldade muito grande. Às vezes te respeitam mais pela instância, pela estrutura organizativa do movimento do que respeitar a liderança mesmo.

Amon, em sua tentativa de deslegitimar as outras lideranças, acionou a tensão existente entre representantes e representados. Jogou com o anseio dos acampados por soluções concretas, de forma que cabia a Simão argumentar que elas dependiam do tempo da política, ou seja, que era algo que não dependia apenas de uma vontade ou maior empenho das lideranças, mas sim de uma articulação de interesses e posicionamentos de outros atores. Todavia, o que os acampados questionaram não foi apenas uma proposta, mas também a legitimidade de uma liderança. É o que demonstram os fatos que se seguiram após essa briga.

A prática da “picunha” disseminou a discussão entre Amon e Simão para todo o acampamento, e, em poucas horas todos comentavam que a frente de massa estava com um “pacote pronto” para os acampados. As lideranças da instância em questão tinham pouco tempo para dissipar essa imagem e evitar a eclosão de conflitos internos por conta do comportamento de alguém que visava uma posição de liderança, mas, sobretudo, pelo comportamento de um dos seus integrantes.

Contudo, foi na reunião da coordenação, no outro dia de manhã, que o assunto foi tratado pelos coordenadores. Mais uma vez os advogados estavam presentes para informá-los que o confronto com a polícia pouco ajudaria judicialmente. Agostinho enfatizou que deveriam realizar um “bom debate nos núcleos”, para dissiparem a onda de desconfianças dos acampados em relação às lideranças. Nesse dia, toda a atenção das lideranças estava voltada para o núcleo três. Se na última reunião um representante da frente de massa só chegou ao final da reunião, nesta Agostinho e Simão se faziam presentes desde o início.

O coordenador novamente levantou a proposta da coordenação sobre a audiência com o INCRA (forma de resistência) e a volta para o acampamento-base. Tanto jovens quanto mães e pais de família se manifestaram a favor do confronto com a polícia. Amon permaneceu calado o tempo todo.

Agostinho, ao perceber que havia resistência em relação à volta ao acampamento-base, fez o papel de coordenador na defesa da proposta. Ao apresentar eventos anteriores àquela ocupação, Agostinho enfatizou que a volta não significava retrocesso: falou dos ganhos que tinham obtido com a ação e com o investimento nas lutas vindouras. E concluiu explicando que a forma como terão saído daquela terra influenciará nas próximas lutas, principalmente no que diz respeito à relação com a sociedade. Agostinho falava com propriedade, afinal já fazia tempo que atuava na “organização”.

Após acionar esses diversos elementos para construção do consenso em torno da proposta da volta para o acampamento, Agostinho novamente pediu para que as pessoas expusessem suas opiniões. Incitar a participação das pessoas era uma forma também de rebater os argumentos de Amon sobre o “pacote pronto” (nesse dia, foi nesse núcleo em que houve a reunião mais longa). Alguns fizeram comentários, e no final da votação o núcleo decidiu que era melhor voltar para o acampamento-base.

Quando Agostinho, um integrante da frente de massa, faz o papel do coordenador, ele está investindo os capitais adquiridos ao longo de sua trajetória de militante. Porém, o peso desses capitais varia proporcionalmente em relação a outros fatores que conformam essa trajetória, que também são capitais, tais como o cumprimento das regras de comportamento. Essas regras constituem um código moral, mas para compreendê-lo é necessário apresentar outras normatizações que o configuram.

Baseando-se na experiência de vinte e um anos de atuação no PT e na experiência como dirigente do acampamento, Lucas sempre destacava as diferenças entre um militante de partido e um militante de movimento social: no PT, ele tinha que construir redes, participar das discussões e sempre estar presente nas reuniões. O dirigente designava essas atividades

como “comportamento público”, ou seja, havia uma série de regras e normas de comportamento que deveriam ser cumpridas enquanto estivesse realizando as atividades do partido. No entanto, de acordo com Lucas, a atuação política no acampamento não diferenciava a vida pública da vida pessoal; os dois estavam intimamente relacionados. Isso porque as lideranças que ainda não conquistaram terras estão, na maioria do tempo, “em contato com a base”, não havendo uma separação de espaços privados e públicos. No caso de uma ocupação, chegam até a dividir o mesmo barraco.

Lucas indica alguns elementos que fazem parte da “postura do militante”:

Num primeiro momento, eu te diria que é não se diferenciar de todas as famílias que estão acampadas, é manter o vínculo sempre com a base, independente de a gente ter tarefa fora ou não... A socialização das atividades é bastante importante.

De acordo com Lucas, o “contato com a base” é uma condição para que a liderança mantenha sua posição. No entanto, é essa proximidade que permite a observação e o policiamento constante dos acampados em relação à vida pessoal das lideranças. Trata-se de uma política de observação que visa a fiscalizar o comportamento. Chamo política de observação o conjunto de práticas realizadas pela base para monitorar a “postura do militante”, sendo a “picunha” uma dessas práticas, a qual age como regulador social.

A “picunha” entra em cena não apenas quando há indícios de que lideranças estão querendo usar a base como “massa de manobra”, mas também quando o assunto é a vida sexual das lideranças. Esse controle visa principalmente ao número de parceiros(as). Tal controle é mais rígido em relação às lideranças femininas, embora os homens não escapem do olhar dos representados. Simão viu sua autoridade questionada quando os acampados do núcleo três não concordaram com sua proposta, devido principalmente ao fato de que a liderança não respeitou, ao brigar com Amon, um dos preceitos da “postura do militante”. Entretanto, essa mesma liderança sofreu em outras situações ao não cumprir uma outra regra muito importante da “postura do militante”:

Quando eu fui acampar, eu tinha vinte e três anos e logo fui escolhido como coordenador de núcleo. Isso porque as pessoas sabiam da trajetória do meu pai e conheciam a minha contribuição também. Mas eu pessoalmente tinha muitos desvios em relação às mulheres, e eu tive que mudar. As lideranças da frente de massa da minha região logo me chamaram a atenção em relação ao meu comportamento: ‘Nós sabemos que você é um piá bom, que é capaz de se relacionar bem com as pessoas, mas você tem alguns desvios, no sentido dessa questão de querer se vestir meio bem, de comer bem, de namorar além do normal’. Eu reconheci todos eles, e eles logo fizeram a crítica perfeita sobre a minha pessoa. Eu sabia disso porque o pai já tinha dito que eu ia enfrentar esses problemas dentro do acampamento. O pai já tinha me alertado... (risos)... As pessoas têm que ver você como um exemplo a seguir. Se você

não tem postura: bebe demais, fuma demais, anda vestido muito chique, se veste muito mal ou namora demais (cada semana troca de uma mulher, ou falcatrua a mulher do vizinho), que moral você tem para que as pessoas não façam isso? Então, a postura é fundamental...

No caso de Lucas e Pedro, um casal homossexual, durante a pesquisa não era recorrente escutar comentários preconceituosos dos acampados em relação a esses dirigentes. Diferente de quando falavam de outro integrante do MST, que não era acampado (trabalhava em um setor da “organização”), mas que era conhecido dos sem terras. Esse integrante, um rapaz solteiro, era homossexual assumido e sempre era alvo das brincadeiras preconceituosas dos acampados. Não era, porém, a posição de dirigente que inibia os comentários. É preciso enfatizar que Lucas foi eleito pelos próprios acampados. Na verdade, como podemos perceber nessa fala, Lucas diz que ele e Pedro são muito mais cobrados em relação ao comportamento que as lideranças masculinas heterossexuais:

No meu caso, se eu não tiver postura, ainda tem toda a questão do preconceito pela condição sexual. Na verdade, já tivemos outros homossexuais acampados. Temos um companheiro que é da “organização”... Mas a nossa situação é diferente da dele. E você vê, nós somos dirigentes, em instâncias diferenciadas: o Pedro trabalhando na construção de acampamentos e eu na direção.

O que diferencia Pedro e Lucas do rapaz que trabalha na “organização” para os acampados é que os dois dirigentes formam um casal. Quando os acampados se referem a um ou outro, acionam a mesma expressão para se referir aos casais heterossexuais: “Quero falar com o Pedro do Lucas” (tal como “Quero falar com o Jeremias da Ruth”). Isso não significa que o preconceito não existe pelo fato de formar um casal, mas que por serem casados e pelo fato de ambos não serem vistos com outros parceiros, a condição homossexual é mais aceita que no caso do homossexual solteiro que trabalha na “organização”. Na verdade, o preconceito em relação à homossexualidade pesará na trajetória de Lucas e Pedro quando um dos dois não cumprir corretamente as normas comportamentais. Nesse caso, sofrerão mais as penalidades que as lideranças heterossexuais.

No momento da reunião, a base avalia se a liderança está acionando com competência os capitais adquiridos ao longo da trajetória. Para tanto, as lideranças devem previamente investir na conquista de alguns desses capitais durante o cotidiano do acampamento através do cumprimento das regras de comportamento. É através da “picunha” que a base fiscaliza suas lideranças. Por outro lado, é no momento da reunião que ela acionará o capital ancorado nessa “política da observação”. Dessa forma, percebemos que, se cabe à liderança normatizar o

cotidiano, ela não está menos presa nessas regras que os acampados, tal como o exemplo apresentado por Elias (2001) sobre o rei prisioneiro da etiqueta.

Norbert Elias (2001) retrata a constituição do poder na sociedade de corte. Nessa obra, destaca como a estrutura hierárquica se fundamentava nas distinções concedidas pelo rei, um dos instrumentos de dominação era a etiqueta. Os elementos, porém, que configuram a relação de subordinação são também aqueles que configuram as relações de interdependência. Para manter o rigor do cerimonial como instrumento de distanciamento dos grupos em relação ao rei, bem como manter uma fonte de *status* que fazia com que os diversos grupos entrassem em conflito entre si, mas não contra o rei, este era refém da própria dominação. Isso porque “ele não podia submeter os outros indivíduos ao cerimonial e à coerção de representar sem submeter-se a si mesmo”. (ELIAS, 2001:150).

Elias demonstra que os diversos grupos sociais estão envolvidos em redes de interdependência. Ao atentarmos para esse aspecto das relações sociais, percebemos a existência de elementos sutis e complexos presentes na relação mando-obediência. O rei Luís XIV, para conservar seu poder, “tinha que organizar sua vida nos mínimos detalhes” (ELIAS: 2001:152). Para escapar da coerção da “política de observação” da base, a liderança sem terra tem que se refugiar na casa de parentes, fora do acampamento. Não obstante, se a “base” sofre sanções e reprimendas por ficar muito tempo fora do acampamento, a liderança, ao permanecer longe do “contato com a base”, corre o risco de perder a própria posição.

O MAESTRO E A SINFONIA DAS VOZES DISSONANTES: SOBRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS

Em um primeiro momento, os acampados acionaram seus capitais adquiridos a partir da “política de observação” e conseguiram bons resultados, pois Simão foi deslocado, momentaneamente, do seu lugar de representante devido ao descumprimento do código moral do acampamento. As próprias lideranças, ao se organizarem para colocar uma outra pessoa que se inseria na imagem que a base faz de um dirigente, reconheciam o peso desse capital investido. Mas mais que isso, Agostinho, para alcançar seu objetivo, além de acionar seus capitais, atuou com competência ao tratar das demandas concretas da “base” (a preocupação em voltar para a falta de perspectivas e, principalmente, o fato de a base acreditar que as lideranças a estavam fazendo de “massa de manobra” ao não explicar o porquê da saída da fazenda) sem perder de vista as preocupações políticas da “organização”. No fim da reunião,

Abel, que estava na ocupação com sua esposa e os quatro filhos, saiu satisfeito com a resolução da “mística de resistência”: “Eu quero resistir aqui, mas não quero pôr meus filhos em risco. Por isso acho melhor ir embora”. Abel, porém, foi um dos que tinham votado a favor do confronto com a polícia, após a briga entre Amon e Simão.

Agostinho, ao defender uma prerrogativa que é da “organização” (a saída da ocupação) mas que se confronta com as prerrogativas da “base”, aciona experiências passadas que são similares às que os acampados vivem no momento. Nesse momento, apreende-se o discurso híbrido por excelência, na medida que as prerrogativas da “base” se inscrevem nas prerrogativas da “organização”. Podemos, nesse caso, apreender como a liderança constitui o entre-lugar: “o fio cortante da tradução e da negociação” (BHABHA, 1998:69).

A competência dessa atuação se expressa na suspensão temporária dos conflitos, o que é possível apenas quando as diversas perspectivas e interesses em jogo entram em consonância. Ao falar em consonância de interesses e não em unissonância, respaldo-me nessa dinâmica de conflagração e suspensão temporária de conflitos, principalmente aqueles que ocorrem entre lideranças e liderados. A “postura” de Simão durante a reunião desencadeou uma ruptura à medida que os sistemas não entraram em diálogo através de sua mediação, pois saíram do âmbito discursivo para o âmbito do conflito. A liderança, tal qual um maestro, deve possibilitar a consonância das diversas vozes.

TERRA EM TRANSE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comerford (1999), ao discutir os temas enfocados em seu trabalho sobre as organizações de trabalhadores rurais, expõe que escolheu aspectos “frios” de um tema “quente”. O tema “quente” se refere aos conflitos no campo, à ação dos movimentos sociais que diariamente figuram na imprensa, nas discussões acadêmicas, no cotidiano das pessoas. Mas abordou aspectos marginais, “frios”, tais como os elementos que estruturam uma reunião (e não os seus conteúdos), para apreender a construção da sociabilidade nesses espaços.

Também enfoquei, neste trabalho, as reuniões por serem momentos privilegiados para a compreensão da vida no acampamento. Todavia, não posso dizer que priorizei temas “frios”, principalmente se tomarmos como referência os dois últimos capítulos: o processo de construção da distinção a partir de idealizações sobre a vida no campo e na cidade, e a dinâmica da relação entre representantes e representados no MST. Portanto, a partir da vivência dos sem terras do acampamento “Unidos Venceremos”, priorizei aspectos “quentes” de um tema que ainda continua “quente”: os conflitos agrários e os impasses em relação à implantação e definição de uma política pública, bem como as formas de ação e diretrizes políticas de um movimento social.

Na introdução, apresentei alguns elementos da discussão sobre os movimentos sociais, bem como a mudança no tom do debate acadêmico que se intensificou na década de 1980. Uma das justificativas do pessimismo em relação à ação dos movimentos sociais se deve aos próprios impasses encontrados por esses agentes para resolver seus problemas internos, dentre eles, a centralização das decisões.

Navarro (2002) aponta como um dos desafios dos movimentos sociais, principalmente no caso do MST, a democratização dos espaços decisórios. Ao tratar da organização do MST e da sua direção, argumenta que “é significativa a distância entre a base social e a agenda discursiva e as formas de ação social escolhidas pela direção, o sucesso mobilizador do MST sendo explicado por outras razões, diferentes da adesão consciente e voluntária de sua base social” (NAVARRO, 2002). Segundo esse autor, a adoção pelo MST de uma “perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos de tradição marxista” tem desqualificado as diferenças socioculturais de sua “base”.

Concordo com Navarro (2002) quando ele fala da ampla produção acadêmica, que, ao analisar o MST sob o foco de suas ações externas, tem contribuído mais para a elaboração de um discurso apologético das ações da “organização” que para compreender suas práticas e opções políticas. Assim, enfatizei que há um processo de normatização do cotidiano através de formas de organização e categorias clássicas do discurso político, tais como: “luta de classe”, “burguesia”, “camponês”, “operário”, “socialismo”. As diretrizes organizativas do MST explicitam essa normatização: “O campesinato brasileiro, como um todo, não tem cultura de luta política. Não tem consciência de ideologia de classe em si e, por isso, se deixa levar muito facilmente pelas ações do Estado ou pela propaganda dos políticos locais. E quando perde, emigra.” (MST, 2004:23).

Alguns acampados, como Dona Judite, reconheciam que antes de entrar no MST não utilizavam tais categorias para pensarem sobre sua posição na sociedade. No entretanto, mesmo aqueles que estão há meses acampados, eles as utilizam recorrentemente, como pude observar nos diversos momentos em que estive com os sem terras. A própria experiência de Dona Judite na Marcha Nacional nos fala um pouco da incorporação da “formação política” realizada pelo MST.

Dona Judite, assim como seus companheiros marchantes, tão logo chegou no estádio Serra Dourada, em Goiânia, já recebeu um chapéu de palha para se proteger do sol do Cerrado, bem como uma mochila e um colchonete. Naquele dia que iniciava a Marcha Nacional, Dona Judite estava à procura de uma caneta que “escrevesse bem”, pois queria decorar seu chapéu. Foi Edith quem a socorreu com uma caneta azul.

Durante boa parte da manhã do dia 1º de maio, Judite trabalhou a palha do chapéu com a tinta azul. Após escrever algumas frases, mostrou orgulhosa sua obra a mim e a Edith. Na aba do chapéu figurava a expressão: “Revolução Guarani”. “É uma homenagem a São Sepé”, informou-nos Judite.⁵⁶

De acordo com a “organização”, cada brigada deveria compor palavras de ordem para animar os duzentos quilômetros a serem percorridos até o dia 17. Foi Dona Judite que elaborou um pequeno hino e escolheu o nome de seu grupo na Marcha Nacional: “Nação Guarani”. A frase do chapéu a inspirou, mas o que inspirou a frase foi a infância na região das Missões, como explicou posteriormente ao relatar suas origens: “Meu pai era um índio camponês!”

O substantivo “revolução”, que precedia o adjetivo “guarani”, dona Judite o aprendeu nesses três anos em que está acampada, assim como aprendeu as outras palavras que compunham o hino que elaborou: “Nação Guarani, é luta e ação, seguindo seu exemplo, na organização”.

Fiz a entrevista com essa senhora quando estávamos na Fazenda Cabanha Dragão. Entre uma pergunta e outra, Dona Judite me falou de como entendia a presença dos sem terras naquela terra:

Eu era de acordo em deixar as tralhas lá no nosso lugarzinho, porque lá a gente não está incomodando o fazendeiro. Acho que a gente não tem que incomodar o fazendeiro. Tem que cuidar das coisas dos outros. A gente só entra aqui porque não tem como ficar lá. É para o governo ver que a gente está sofrendo... Mas eu não gosto de baderna, de destruir o patrimônio alheio!

Nos cursos de formação do movimento, dona Judite conheceu uma outra perspectiva que explicava sua condição de desempregada, de modo que, para superá-la, deveria ser “fiel à classe operária, ao socialismo e ao internacionalismo proletário” (MST, 2004: 29). De acordo com a cartilha de estudos do MST – material onde constam textos sobre planejamento e organicidade do movimento –, essa era uma lição que o comandante Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana de 1959, teria deixado aos injustiçados.

⁵⁶ Judite se refere a Sepé Tiaraju, índio guarani que teria liderado as milícias indígenas que atuaram contra as tropas luso-brasileiras e espanholas no conflito pela posse do território onde foram erguidos os Sete Povos das Missões, como ficaram conhecidas as reduções jesuíticas do século XVII situadas na região noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, na atual fronteira entre o Brasil e a Argentina. Sepé foi morto nesse conflito, e a ele é atribuído a fala: “Essa terra tem dono”. No mês de fevereiro de 2006, alguns movimentos sociais, dentre eles o MST, organizaram uma série de eventos nessa região para lembrar os duzentos e cinquenta anos da morte de Sepé Tiaraju. A suposta empreitada do índio guarani foi resignificada ao longo dos anos pelos diversos grupos: além de santo, ele é também apresentado como líder revolucionário. Para uma maior compreensão desse conflito e da história de Tiaraju, ver: GOLIN (1999).

Dona Judite incorporou a palavra “revolução” no seu cotidiano, mas repudia seu significado quando associado à violação do patrimônio alheio. Justificou sua presença em uma propriedade que não era sua ao me explicar que o “banco hipotecou a propriedade que era de meu pai”. A “revolução” que aparecia no seu chapéu estava associada ao personagem das guerras guaraníticas que foi santificado pelo povo, e também fazia referência ao lugar onde ela tinha nascido. Dessa forma, a palavra “revolução” estava ligada mais à experiência de vida construída em uma determinada região que precisamente ao “internacionalismo proletário”.

Martins (2004) argumenta sobre a distância entre os “pobres da terra” e seus representantes: “os pobres são excluídos porque foram excluídos e privados do direito de falar por si mesmos” (MARTINS: 2004:82). Os sinais da normatização cotidiana realizada pelos representantes dos “pobres da terra” podem ser vistos por qualquer um que chega ao acampamento ou acompanha, mesmo que pela imprensa, as ações dos sem terras. São gritos de ordem, camisetas estampadas com fragmentos de obras da literatura marxista ou com o retrato de algum personagem-ícone dos grupos denominados de esquerda (como Che Guevara e Fidel Castro). Todavia, essa incorporação de signos deve ser pensada em relação às práticas cotidianas do acampamento, se quisermos evitar o que Bhabha (1998) denominou “estrutura binária de oposição” entre representantes e representados.

Ao me deter na relação entre “sem terras” e “organização”, busquei entender as práticas políticas a partir da emergência (e não a partir de uma suposta origem), como propõe Homi Bhabha (1998), focalizando estratégias, contextos e conflitos da vida no acampamento. Essa é uma forma de evitarmos uma dicotomização redutora entre “sem terras” de um lado e “organização” do outro, além de evidenciar uma série de outros discursos que atuam na resignificação das falas e práticas, os quais são visíveis sempre que emergem.

No cotidiano do acampamento, pude observar cenas que demonstram a complexidade da relação entre porta-vozes e os chamados “pobres da terra”. Tal como a que foi protagonizada por Nelson. Esse senhor de setenta anos sempre vestia uma camiseta estampada com o logotipo da RBS, para desconforto de algumas lideranças. Nelson concordava com as lideranças quando elas afirmavam que a imprensa era “inimiga”, mas não deixava de mencionar: “Eu gosto do programa do Zambiasi”.

No último capítulo, menciono a existência do monopólio da fala como um direito da liderança sem terra e como isso é ativado no exercício da mediação entre “organização” e “sem terras”. Todavia, a dinâmica da relação entre lideranças e liderados no acampamento nos

permite relativizar idéias, como as de que a fala dos representantes seria “uma fala postíca e inautêntica, anômica” (MARTINS, 2004:69).

Isso porque, assim como há uma inscrição das práticas e narrativa política da organização na vida desses acampados, não podemos negar o processo de inscrição das práticas cotidianas dos sem terras na forma como a “organização” atua. Foi o que demonstrou o enfoque sobre a performance dramatizada por lideranças e “base” durante as reuniões, bem como a descrição sobre a distinção “urbanos” e “camponeses”, principalmente ao fazer menção de como a aliança entre mulheres e homossexuais modifica os métodos de trabalho da “organização” a partir do momento em que isso se apresenta de forma conflitiva na realidade do acampamento.

Entretanto, não podemos falar de completa harmonia entre representantes e representados; as práticas também demonstram o confronto das vozes dissonantes. Tais práticas por vezes não refletem o ideal da organização sobre a “formação do sujeito da reforma agrária”, pensado a partir das discussões marxistas sobre o agente histórico da revolução, bem como a partir de experiências históricas protagonizadas pela “classe trabalhadora”. Isso porque o processo de inscrição promove o deslocamento. São fatos que dialogam com as considerações de Bhabha (1998) sobre a emergência do objeto político: “contradições e conflitos, que freqüentemente distorcem as intenções políticas e tornam complexa e difícil a questão do comprometimento, estão enraizados no processo de tradução e deslocamento em que o objeto da política está inscrito” (BHABHA: 1998:51).

Ao falar em experiência sem terra, meu objetivo, neste trabalho, foi lançar luz sobre a dimensão da agência entre os denominados “pobres da terra”, outra categoria tão estranha quanto foram as categorias “burgueses”, “operários”, o que não quer dizer, porém, que não possa ser ou se tornar familiar. São também “camponeses” e “urbanos” na “luta pela terra”, bandeira que os unifica em determinados momentos, mas que traz em si a diversidade de interesses e significados daqueles que vêm nela mais uma perspectiva.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

BERGER, Cristha. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BERTOL, Raquel. Como os sem terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 31, p. 3-23, 2003.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

CHAVES, Christine de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DAWSEY, John C. O teatro dos "bóias-frias": repensando a antropologia da performance. In: *Horizontes Antropológicos*, vol. 11, n 24. Porto Alegre: dezembro de 2005.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960/1964*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrário do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo*: USP, 1994. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GAIGER, Luís Inácio G. *Entre as razões de crer e a crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n 27, ano 10, São Paulo, 1995.

_____. *Cultura, religião e política: um estudo da luta sem terra a partir do sistema cultural*. In: Cadernos CERU. Publicação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Série 2, n 7, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

HOFFMANN, Leandro S. Nunes. *Da cruz a bandeira: a construção do imaginário do MST/RS, 1985/1991*. Porto Alegre, 2002. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

_____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história pela reforma agrária*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Cartilha de Estudo: a organicidade e o planejamento – construindo coletivamente*, n 05. Curitiba: Editora Gráfica Popular, dezembro de 2004.

_____. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. *Caderno de Formação*, n 27, março de 1998.

_____. *Biblioteca: MST em dados*. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em 10 de janeiro de 2006.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terras no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, 1997.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PAIVA, V. (org.). *Igreja e Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1984.

POLETTI, Ivan. As contradições sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1984.

RAPCHAN, Eliane S. *De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré*. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, vols. I e II, 1969.

SCHIMITT, Cláudia Job. *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem terra”*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Tese Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. In: *Novos Estudos Cebrap*, n 58. São Paulo, 2000.

SILVA, Emerson Neves. *Formação e Ideário do MST*. Porto Alegre: Editora da Universidade do Vale do Rio Sinos, 2004.

SILVA, Marcio Antônio Both. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes no agro do planalto rio-grandense – 1850/1900*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

STÉDILLE, J.P. & FERNANDES, B. M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAMBIAH, Stanley. A performative approach to ritual. In: *Culture, Thought and social action: an anthropological perspective*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press, 1985.

TURATTI, Maria C. Manzoli. *Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre poder e sociabilidade em acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. São Paulo:USP, 1999. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

VELHO, G. e KUSCHINIR, K. (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

_____. Mediação e Metamorfose. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: *A nova comunicação: da teoria do trabalho de campo*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX*. Ijuí: Editora da Universidade do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, 2002.

RESUMO

Este trabalho se pauta em uma abordagem antropológica da experiência dos sem terras no período em que estão acampados. No presente caso, trata-se dos sem terras do acampamento “Unidos Venceremos”, situado a setenta quilômetros da cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A partir do trabalho de campo realizado em três momentos vividos pelos sem terras – o cotidiano do acampamento às margens da BR 290, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária realizada em maio de 2005 e a ocupação de uma fazenda –, discuto e apresento alguns elementos que perpassam a vivência desses indivíduos. Meu objetivo é compreender alguns dos diversos interesses e as diversas formas de inserção no que eles denominam “luta pela terra”.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Reforma Agrária, Acampamentos, Relações de Poder.

ABSTRACT

This paper is based on an anthropological approach of the landless workers experience while they are living in settlements. It deals with the landless workers from the “Unidos Venceremos” settlement, situated 70 kilometers far from Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Founded on the fieldwork carried out in three different moments experienced by the landless workers – the settlement daily life, near the BR 290 (a Brazilian highway); the Marcha Nacional pela Reforma Agrária (Agrarian Reform National Demonstration), that took place in May, 2005, and the occupation of a farm – I intend to discuss and present some elements that go through the experiences of these individuals. This paper aims to understand some of the different interests and ways of insertion in what they call “struggle for land”.

Keywords: Social Movements; Brazil’s Landless Workers’ Movement, Agrarian Reform, Settlements, Power Relations